

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcelo Amaral Lanfranchi

**De Lutero ao Concílio Vaticano II
O Sacerdício Universal do Povo de Deus**

MESTRADO EM TEOLOGIA

SÃO PAULO
2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcelo Amaral Lanfranchi

De Lutero Ao Vaticano II
O Sacerdício Universal do Povo de Deus

Mestrado em Teologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Teologia sob orientação do Prof. Dr. Ney de Souza.

São Paulo
2020

Banca Examinadora

“As grandes esperanças moram em horizontes
distantes e ainda desconhecidos.”

Dom Paulo Evaristo Arns

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Hécio e Clorinda, pelo amor e incentivo que sempre me deram.

Aos meus irmãos, Rodrigo, Gustavo e Felícia, pelo estímulo, pelo companheirismo e pela confiança que depositaram em mim.

À minha esposa Viviane e especialmente à minha filha Lúcia por terem suportado minhas angústias, decepções e ausências e por terem testemunhado e compartilhado da minha alegria a cada pequena vitória.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pe. Ney de Souza, que com carinho me acolheu e soube pacientemente me guiar nos momentos mais difíceis desse processo.

RESUMO

A presente pesquisa estabelece uma relação entre o conceito do sacerdócio universal do crente proposto por Lutero no século XVI e o sacerdócio comum do Povo de Deus, tema da constituição Dogmática *Lumen Gentium*, documento do Concílio Vaticano II. O sacerdócio de todo fiel batizado é de fundamental importância para o desenvolvimento da Igreja e isso pôde ser visto nos primeiros anos do cristianismo, com sua expansão e amadurecimento devido, principalmente, à colaboração de todos os fiéis, ordenados e não ordenados. Para tanto, recorreremos à bibliografia referente a Reforma Protestante, com centro em Lutero, bem como a seus escritos, a fim de identificar o desenvolvimento de sua teologia. Foram consultados também documentos da Igreja Católica dos Concílios Vaticano I e II para que se possa estabelecer um paralelo entre as propostas de Lutero e da Igreja Católica. Foram também examinados artigos da IECLB e documentos do CELAM com a finalidade de identificar qual o papel do leigo em ambas as igrejas no Brasil e na América Latina na segunda metade do século XX. A pesquisa propõe uma tentativa de diálogo ecumênico com foco na missão de seus ministérios.

Palavras-chave: Lutero; Reforma; Sacerdócio; Concílio Vaticano II; Povo de Deus.

ABSTRACT

This research establishes a relationship between the concept of the universal priesthood of the believer proposed by Luther in the 16th century and the common priesthood of the People of God, theme of the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium*, document of the Second Vatican Council. The priesthood of every baptized believer is of fundamental importance for the development of the Church, and this could be seen in the early years of Christianity, with its expansion and maturity due mainly to the collaboration of all the faithful, ordained and unordained. To this end, we refer to the bibliography concerning the Protestant Reformation, centered on Luther, as well as his writings, in order to identify the development of his theology. Documents were also consulted from the Catholic Church of Vatican Councils I and II so that a parallel can be drawn between the proposals of Luther and the Catholic Church. IECLB articles and CELAM documents were also examined to identify the role of the laity in both churches in Brazil and Latin America in the second half of the twentieth century. The research proposes an attempt at ecumenical dialogue focusing on the mission of their ministries.

Keywords: Luther; Protestant Reformation; Priesthood; Vatican Council II; God's people.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO GERAL.....	11
1. CAPÍTULO I: LUTERO, A REFORMA E O SACERDÓCIO UNIVERSAL DO CRENTE	
Introdução.....	17
1.1 A Igreja nos Séculos XV e XVI.....	19
1.1.1 Europa e Alemanha.....	22
1.1.2 Igreja e o Poder Papal no Renascimento.....	25
1.1.3 O Purgatório e os Sufrágios.....	29
1.2 A Teologia de Lutero.....	31
1.2.1 Martin Luder.....	33
1.2.2 As Indulgências.....	38
1.2.3 As 95 teses e as 5 Solas.....	42
1.2.4 Sacerdócio Universal do Crente.....	45
Conclusão.....	49
2. CAPÍTULO II: VATICANO II, <i>LUMEN GENTIUM</i> E O POVO DE DEUS	
Introdução.....	51
2.1 Pré Concílio.....	53
2.1.1 O Concílio Vaticano I.....	56
2.1.2 A Igreja no século XX.....	60
2.1.3 Aspectos Históricos – Europa Pós-Guerra.....	65
2.2 O Concílio Vaticano II.....	68
2.2.1 Preparação para o Concílio.....	71
2.2.2 O Concílio Vaticano II.....	74
2.2.3 <i>A Lumen Gentium</i> e o Povo de Deus.....	79
2.2.4 O sacerdócio ministerial.....	80
2.2.5 O ministério comum e o Povo de Deus.....	81
Conclusão.....	84
3. CAPÍTULO III: O SACERDÓCIO COMUM – O PAPEL DO LEIGO NA IGREJA CATÓLICA DA AMÉRICA LATINA E NA IECLB	

Introdução.....	86
3.1 A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).....	89
3.1.1 O ministério ordenado ontem e hoje.....	94
3.1.2 O fiel leigo e a IECLB.....	98
3.2 A Igreja Católica Apostólica Romana.....	101
3.2.1 O Povo de Deus na <i>Lumen Gentium</i> - Apostolicam Actuositatem..	104
3.2.2 A Igreja no contexto da América Latina.....	109
3.2.3 O leigo em Medellín e Puebla.....	112
Conclusão.....	118
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Decreto Apostolicam Actuositatem.

CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano

CDC – Código de Direito Canônico

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CIC – Catecismo da Igreja Católica

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DM – Documento de Medellín

DP – Documento de Puebla

GS – Constituição Dogmática *Gaudim et Spes*

LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*

TdL – Teologia da Libertação

INTRODUÇÃO

A Igreja é o Corpo De Cristo, um organismo sacerdotal, cuja cabeça e único mediador é Jesus Cristo, e é baseada no sacerdócio comum de todos os fiéis, no qual se baseia o sacerdócio ordenado. O caráter sacerdotal do Povo de Deus, foi prometido no antigo testamento e confirmado e realizado no Novo Testamento.

O sacerdócio do Novo Testamento se diferencia do sacerdócio do Antigo Testamento por ser associado, a todo e qualquer crente, discípulo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Esse sacerdócio comum a todos os fiéis, ordenados ou leigos, construiu uma nova forma de se relacionar com Deus e desenvolver o culto cristão. Até mesmo o ministério ordenado só faz sentido graças ao sacerdócio comum, que faz de todo batizado sacerdote unicamente pela sua fé e pertença a família de Jesus. Deve-se observar que um requisito básico para a ordenação na Igreja Católica Apostólica Romana é ser batizado.¹ E ser batizado faz do cristão um sacerdote. Assim afirma o Catecismo da Igreja Católica.

Os batizados tornaram-se “pedras vivas” para a “construção de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo” (1 Pd 2,5). Pelo Batismo, participam do sacerdócio de Cristo, de sua missão profética e régia; “sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para sua luz maravilhosa” (1 Pd 2,9). O Batismo faz participar do sacerdócio comum dos fiéis.²

E como sacerdotes, os fiéis são destinados ao apostolado, cada qual com seus deveres, segundo seus dons, dados por Deus.

§ 1. Uma vez que, como todos os fiéis, por meio do batismo e da confirmação, são destinados por Deus ao apostolado, os leigos, individualmente ou reunidos em associações, têm obrigação geral e gozam do direito de trabalhar para que o anúncio divino da salvação seja conhecido e aceito por todos os homens, em todo o mundo; essa obrigação é tanto mais premente naquelas circunstâncias em que somente por meio deles os homens podem ouvir o Evangelho e conhecer a Deus.

§ 2. Têm também o dever especial, cada qual segundo sua própria condição, de animar e aperfeiçoar com o espírito evangélico a ordem das realidades temporais, e assim dar testemunho de Cristo, especialmente na gestão dessas realidades e no exercício das atividades seculares.³

¹ CF. CDC, cân. 1024.

² CIC, n. 1268

³ CDC, cân. 225.

Conclui-se que é impossível exercer o sacerdócio cristão isoladamente, de maneira individual. O sacerdócio se exerce em comunidade, a fim de que não se deixe de fora do Reino de Deus nenhum de Seus filhos. Cabe a todo fiel evangelizar e cooperar para o estabelecimento do Reino, sem distinção entre leigo e ordenado, mas consciente que cada qual tem seu papel na construção da Igreja de Cristo.

Cristo, sumo sacerdote e único mediador, fez da Igreja “um Reino de sacerdotes para Deus, seu Pai” (Ap 1,6). Toda a comunidade dos fiéis é, como tal, sacerdotal. Os fiéis exercem seu sacerdócio batismal por meio de sua participação, cada qual segundo sua própria vocação, na missão de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei. É pelos sacramentos do Batismo e da Confirmação que os fiéis “são consagrados para ser... Um sacerdócio santo”. (LG 10)

O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis, embora “ambos participem, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo” (LG 10), diferem, entretanto, essencialmente, mesmo sendo, “ordenados um ao outro” (LG 10). Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal, vida de fé, de esperança e de caridade, vida segundo o Espírito, o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos. É um dos meios pelos quais Cristo não cessa de construir e de conduzir sua Igreja. Por isso, é transmitido por um sacramento próprio, o sacramento da Ordem.⁴

Assim, a fé em Jesus Cristo é a única condição para participar do Corpo de Cristo. E o testemunho é a função dos membros deste corpo. Cada membro com sua função, sem que possa trabalhar isoladamente, assim como um órgão do corpo não trabalha isoladamente do corpo. Não há membro ou órgão mais importante, simplesmente diferentes funções para diferentes necessidades na propagação da justiça, da caridade, da fé. Assim como um membro não existe para si, mas em função de um corpo, o sacerdócio também não é fundamentado no homem, mas em Deus. A Igreja não pode e nem deve ser fundamentada nos ministros, sejam ordenados ou leigos, a Igreja é fundamentada em Cristo e dele vem o sacerdócio. O que diferencia os seres humanos é ser ou não ser crente, admitir sua pertença ou não ao Corpo de Cristo e isso somente. É missão dos que creem, levar o sacerdócio a quem ainda não crê, fortalecendo o corpo, o Reino.

Ter consciência do sacerdócio universal, é aceitar também a teologia do Concílio Vaticano II, segundo a qual, a Igreja é o Povo de Deus, que caminha unido para a Jerusalém Celeste, é toda uma comunidade sacerdotal, não colaborativa, mas cooperativa, não dividida em níveis, mas horizontal, entrelaçada pelas suas vocações, dons e carismas.

⁴ CIC, n. 1546-1547.

A Nova Jerusalém é destino de todo o Povo de Deus, de todo fiel da comunidade sacerdotal, “pois todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu, nem grego, não há escravo, nem livre, não há homem, nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3, 27-28).

Diante do apresentado acima, escolheu-se trabalhar os conceitos do sacerdócio universal do crente, proposto por Martinho Lutero em seu escrito *À nobreza cristã da nação alemã acerca da reforma do Estado Cristão*, de 1520 e do sacerdócio comum do Povo de Deus, proposto pela constituição dogmática *Lumen Gentium*, promulgada em 21 de novembro de 1964, durante o Concílio Vaticano II.

A pesquisa parte da visão que se teve por muito tempo de que a Igreja é representada pela hierarquia, com o fiel leigo passivo, preocupado somente com sua natureza secular e pecadora, com uma divisão muito clara entre o fiel leigo e o clero. A proposta é demonstrar que tanto a Igreja Católica, com o conceito de Povo de Deus e o sacerdócio comum do fiel, quanto a Igreja Evangélica de confissão Luterana, com a continuidade do sacerdócio universal do crente, têm o mesmo objetivo, que é a união de todo batizado como um só povo caminhando para a edificação do Reino de Deus. Pretende-se também demonstrar que em ambas as Igrejas, a visão do ministro ordenado como centro da Igreja é algo bem comum e difícil de ser vencido, seja há 50 anos do Concílio Vaticano II ou 500 anos da Reforma. É importante perceber que os conceitos levam a uma mesma ideia e que o significado de Igreja é o mesmo para as comunidades de confissão luterana e para os católicos, assim como também é de suma importância que se perceba que o horizonte é o mesmo e que o que nos une é muito superior ao pouco que nos separa. A cabeça é Cristo e o corpo, são todos os cristãos.

No primeiro capítulo, trata-se do contexto histórico que levou Lutero a contestar algumas posições da Igreja Católica e desenvolver uma teologia que acabou levando ao seu afastamento e consequente desenvolvimento de uma teologia independente.

O momento histórico que compreende os séculos XV e XVI foi um momento especialmente complicado para a Igreja Católica, com abusos, exageros, confusão da autoridade religiosa com a secular por parte de alguns membros do clero. Conceitos já bem fundamentados teologicamente e sem dúvida de seu caráter salvífico, como as indulgências e o conceito de purgatório foram utilizados com abuso e erro por parte de membros da hierarquia e transformados em superstição e exagero. Afirmo o CIC:

Para compreender essa doutrina e esta prática da Igreja, é preciso admitir que o pecado tem uma dupla consequência. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, conseqüentemente, nos torna incapazes da vida eterna; esta provação se chama “pena eterna” do pecado. Por outro lado, todo pecado, mesmo venial, acarreta um apego prejudicial às criaturas que exige purificação, quer aqui na terra quer depois da morte, no estado chamado “purgatório”. Esta purificação liberta da chamada “pena temporal” do pecado. Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infligida por Deus do exterior, mas, antes, como uma consequência da própria natureza do pecado. Uma conversão que procede de uma ardente caridade pode chegar à total purificação do pecador, de tal modo que não haja mais nenhuma pena.

O perdão do pecado e a restauração da comunhão com Deus implicam a remissão das penas eternas do pecado. Mas permanecem as penas temporais do pecado. Suportando pacientemente os sofrimentos e as provas de todo tipo e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte, o cristão deve esforçar-se para aceitar, como uma graça, essas penas temporais do pecado; deve aplicar-se, por meio de obras de misericórdia e de caridade, como também pela oração e por diversas práticas de penitência, a despojar-se completamente do “velho homem” para revestir-se do “homem novo”.⁵

E conclui o CDC,

Indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das santificações de Cristo e dos Santos.⁶

Devido ao abuso por parte de autoridades religiosas e seculares, Lutero propôs suas 95 teses que deveriam ser debatidas com a Igreja. A partir daí, em seus textos, Lutero se torna cada vez mais incisivo e vai se distanciando da Igreja.

Neste primeiro capítulo pretende-se ainda demonstrar que Lutero, assim como a hierarquia que com ele debateu, eram frutos de seu tempo e não se questiona se haveriam esses embates sem Lutero, mas quando acabariam ocorrendo.

No segundo capítulo o foco é o desenvolvimento histórico da Igreja Católica Apostólica Romana, desde o final do século XIX, até o Concílio Vaticano II e a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

Deseja-se mostrar que pouco mudou a eclesiologia católica desde o Concílio de Trento, no século XVI, até o Concílio Vaticano I, no século XIX. E, mesmo com novos conceitos ideológicos na Europa, a Igreja não só não se moldou a eles, como lutou para derrubá-los, dizendo serem nocivos à fé cristã e à sociedade.

⁵ CIC, n. 1472-1473.

⁶ CDC, cân. 992.

A Igreja ainda passaria, além do modernismo, pela Revolução Russa, por duas Guerras Mundiais, pelo fascismo, pelo nazismo e pela Guerra Fria, o que representou uma grande mudança geopolítica, econômica, social e de costumes em poucos anos. Essas mudanças trouxeram para a Igreja problemas que fizeram do pontificado de Pio XII, um pontificado complicado e muito controverso.

Após o pontificado de Pio XII, em meio à guerra fria, João XXIII, de quem se esperava uma passagem breve e sem muitas realizações, convocou o concílio Vaticano II, o maior evento religioso do século XX, de um significado não imaginado para a Igreja, que mudaria a visão que a Igreja tem do mundo e de si mesma. O *aggiornamento* proposto por João XXIII e levado em frente pelo Papa Paulo VI mudou a eclesiologia católica em, praticamente todos os setores: liturgia, Bíblia, eclesiologia, ecumenismo.

No terceiro capítulo serão mostrados os caminhos percorridos pela IECLB e pela Igreja Católica na compreensão do conceito do sacerdócio comum e suas implicações em suas comunidades e no desenvolvimento da Igreja.

Em primeiro lugar, mostrar-se-á o desenvolvimento e estabelecimento da IECLB no Brasil, desde os primeiros colonos no Brasil até os dias de hoje, sua dificuldade em estabelecer um ministro ordenado e, com o envio de pastores da Europa para o Brasil, a cultura pastorcentrista, que dificulta o desenvolvimento do conceito de sacerdócio universal do crente. Posteriormente será comentado como a Igreja Católica, nos anos 1960 e 1970, no Brasil, com a TdL, influenciou a formação de comunidades de leigos na IECLB e a sua expansão para fora da comunidade exclusivamente descendente de países de língua germânica.

Serão também analisadas as propostas para o fiel leigo na Igreja Católica, na Constituição dogmática *Lumen Gentium* e no Decreto *Apostolicam Actuositatem* e sua recepção na América Latina.

Por ter um caráter completamente diferenciado em relação à Europa, o povo latino-americano, com o desenvolvimento político, econômico e social, o episcopado da América Latina, em suas conferências em Medellín e Puebla olharam para seu povo pobre e oprimido e reconheceram a importância do leigo na evangelização, não só em suas famílias, mas também no trabalho, em seu círculo social e na política.

Pretende-se mostrar que a situação do leigo hoje na IECLB e na Igreja Católica no Brasil se assemelha muito e sua finalidade e desejos são os mesmos.

Conhecer o outro, perceber que o que nos une é muito superior ao que nos separa é fundamental para um diálogo ecumênico e para a busca da consolidação de um único corpo, o corpo formado por todos os cristãos batizados em Cristo.

CAPÍTULO I

LUTERO, A REFORMA E O SACERDÓCIO UNIVERSAL DO CRENTE

INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as ideias e a teologia de Lutero como homem fruto de uma civilização europeia e medieval, tocada por uma profunda crise e ansiosa por mudanças sociais, econômicas e religiosas.

Em um primeiro momento será apresentada a situação da Igreja na Europa e especialmente na Alemanha no contexto das mudanças ocorridas a partir dos séculos XIII e XIV, que levaram à sociedade da qual Lutero recebeu instrução e inspiração para suas dúvidas, preocupações e propostas que dividiram opiniões e a própria Igreja.

Posteriormente, será apresentada a evolução da Teologia de Lutero, desde sua formação acadêmica até sua base teológica e suas famosas 95 teses, com especial ênfase no sacerdócio universal de todos os crentes, apresentado em seu texto *À nobreza cristã da nação alemã acerca da reforma do Estado Cristão*, de 1520.

Com isso, pretende-se não somente expor as inquietações do jovem monge Martin Luder, mas também o processo histórico que levou ao ambiente no qual suas ideias e propostas se opuseram a séculos de certezas de toda uma sociedade. Pretende-se mostrar também que os problemas que levaram a um reposicionamento da sociedade medieval e criaram um momento de ruptura do qual Lutero foi um dos principais protagonistas, já se iniciaram séculos antes do período da Reforma e evoluíram para o momento histórico no qual viveu Lutero. Diz Dawson, C.:

O colapso da síntese e a perda da unidade da cristandade no período medieval foi um processo gradual que abrangeu cerca de dois séculos e meio da história europeia, de 1275 a 1525. Esses duzentos e cinquenta anos de decadência progressiva correspondem ao período de unificação anterior – aos duzentos e cinquenta anos de movimento centrípeto que durou do ano 1000 a 1250 e que assistiu à fundação e o crescimento da reforma papal da Igreja do ocidente. Esse segundo período, de unidade decadente, é tão parte da cultura medieval quanto o primeiro.⁷

Em linhas gerais, pode-se dizer que o fim da época medieval foi marcado por um momento de crise em todas as camadas da sociedade, passando por tensões políticas e sociais, enfermidades, fome e uma profunda crise religiosa e de valores. O que se

⁷ DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014, p. 59.

questionava era a própria existência humana. Os valores sociais tidos como certas por séculos estavam sendo ameaçados e ainda não havia novos valores que orientassem a Europa Ocidental. Essa crise não foi oriunda de um único acontecimento, mas de uma série de fatos como crise agrária, aumento da população urbana (com consequente pobreza), questionamentos e incertezas religiosas e cismas que abalaram a credibilidade da Igreja.

A crise se manifesta em toda a sua amplitude quando atinge o nível essencial da economia rural. Em 1315-1317 uma série de intempéries traz colheitas ruins, alta de preços, volta da fome geral que quase desaparecera do Ocidente, pelo menos do extremo Ocidente, no século XIII. Em Bruges, duas mil pessoas, de trinta e cinco mil, morrem de fome.

A partir de 1348 a Grande Peste faz cair brutalmente a curva demográfica já descendente e transforma a crise em catástrofe. No entanto a crise é anterior ao flagelo, que apenas a acentuou, e suas causas devem ser buscadas no próprio âmbito das estruturas econômicas e sociais da Cristandade.

A redução da renda feudal. Os transtornos devidos à parte crescente da moeda nas prestações de contas dos camponeses põem em questão os fundamentos da força dos feudais.⁸

No século XIV, com o florescimento das cidades, houve uma grande migração de populações rurais para as áreas urbanas, motivando o crescimento de uma economia outrora natural, oriunda de produtos do campo, para uma economia baseada na moeda. A abundância de produtos agrícolas dos séculos anteriores já não existia mais e o que era produzido no campo era insuficiente para alimentar a população. Juntamente com a escassez de produtos alimentícios e a fome, vieram também longas mudanças climáticas, produzindo invernos rigorosos, secas e enchentes, favorecendo a migração para as áreas urbanas. Muitos dos que migraram para as cidades em busca de condições melhores de existência, acabaram na miséria, dependendo de trabalhos com renda insuficiente para prover os gastos familiares, muitos se entregaram à mendicância.⁹ O crescimento populacional das cidades também trouxe outro grave problema: a higiene. A falta de higiene e a aglomeração de pessoas iria mais tarde causar um problema ainda maior: a peste, que dizimou grande parte da população da Europa Ocidental.

Com a fraqueza pela falta de alimentos, higiene precária e aglomeração nas cidades, não foi difícil que a peste bubônica (assim chamada devido aos bulbos formados na pele), vinda dos portos do Mediterrâneo e transmitidas pelos ratos, atingir toda a Europa e dizimar aproximadamente um terço de sua população. É fato que algumas áreas não foram

⁸ LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2016, p. 94.

⁹ Cf. LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 51.

afetadas pela peste, mas outras áreas, normalmente densamente povoadas, foram totalmente dizimadas e a sensação causada pela aparência dos indivíduos afetados além do odor exalado pelas feridas causava pânico e a certeza que Deus estava punindo severamente a humanidade pelos pecados cometidos.

Acreditava-se no fim do mundo e não raramente eram vistas procissões feitas com intuito de pedir a Deus clemência e perdão pelos pecados da humanidade que estariam causando tanto sofrimento, miséria e morte.

As consequentes hordas de flagelados perambulando pela Europa são expressão de como as catástrofes deste mundo, sempre e imediatamente, podiam ser interpretadas como expressão da ação do Deus castigador: aqui estava em ação um Deus próximo, que reagia imediatamente à ação do ser humano.¹⁰

Como se não bastassem a fome e a peste, a Europa sofria com outra enfermidade: as guerras. A Guerra dos Cem Anos, entre a Inglaterra e a França (de 1337 a 1453), travada principalmente em terras francesas e várias revoltas camponesas, devido à dura jornada de trabalho imposta pelos senhores feudais. Rebeliões aconteceram na Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Itália. Essa revolta e o sentimento de opressão sofrido pelos camponeses ajudam a explicar a aceitação das ideias de Lutero na Alemanha do século XVI.

1.1 A IGREJA NOS SÉCULOS XV E XVI

As causas da Reforma ou Revolução Protestante ainda são alvo de controvérsia, com autores atribuindo motivos religiosos, políticos e sociológicos diferentes, sem que haja um consenso. A tese tradicional que relaciona a Reforma aos abusos da Igreja e ao poder papal já se tornou clássica dentre inúmeros historiadores.¹¹ Não se pode atribuir a Reforma a uma única causa, mesmo que religiosa. A Reforma surge devido a uma necessidade histórica¹². Durante os séculos XV e XVI, o senso crítico das pessoas já não era mais o mesmo de séculos atrás; estava mais desenvolvido (e em alguns aspectos, menos tolerantes), a mentalidade medieval já não era a mesma, não só no sentido religioso, mas político, social e intelectual. A unidade mantida durante séculos na Europa, sob o comando de uma Igreja forte, já não existia mais. A divisão entre os poderes

¹⁰ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_ Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014, p. 196.

¹¹ Cf. MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 2014, p. 51.

¹² Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 44.

espirituais e seculares fez da Igreja mais um território governado por seu príncipe, o Papa, o qual, não raras vezes tinha que se submeter aos poderes seculares para garantir a sobrevivência e certa influência da Igreja. Nasceram as igrejas nacionais, sob responsabilidade das nobrezas europeias. O cativo em Avignon e o cisma do ocidente fizeram com que nem os Santos estivessem de acordo em relação ao detentor do trono de Roma e, conseqüentemente, que o povo se acostumassem a viver sem a necessidade da supervisão de um Papa. A autoridade e a cobrança de tributos por parte de Roma já vinha incomodando muito a Igreja na Alemanha, o que facilitou a simpatia dos alemães às ideias de Lutero. Além disso, a identificação da Igreja com o antigo e tradicional encontrou oposição no movimento humanista, que crescia na Europa, questionando também a maneira de pensar. Assim, no movimento humanista, começou a surgir um sentimento antiescolástico, anticlerical e até antirromano.

Indubitavelmente, entre humanismo e Reforma não existe uma ligação de causa e efeito, mas o humanismo condicionou profundamente o mundo europeu no qual as reformas protestante e católica se desenvolveram. Sem o humanismo, as duas reformas não teriam tido a estrutura que de fato adquiriram, lembre-se também que entre os primeiros reformadores protestantes havia alguns humanistas: zwinglio, Bucer, Melancton e, na segunda geração, o próprio Calvino. Os elementos comuns ao humanismo e à Reforma são: a acentuação da piedade e da fé pessoal, individual, interior; a crítica à Igreja existente (pelo seu legalismo, farisaísmo, formalismo), em nome de uma Igreja mais espiritual; a ruptura com a escolástica medieval e ao retorno às fontes (Sagrada Escritura), e a sua interpretação no contexto original; as tentativas de reforma da escola e da universidade (Wittenberg, Estrasburgo, Genebra); o uso da imprensa.¹³

A tudo isso se junte o mal-estar causado pelos desvios de ordem moral e falta de preparo teológico de boa parte do clero.

Eram frequentes, nesse período, as reclamações a respeito da formação do clero e dos religiosos, para os quais não existiam seminários nem programas formativos homogêneos. Poucos prelados tinham os estudos universitários completos, durante os quais aprendiam o latim e as *artes*, mas não necessariamente a teologia. Às vezes havia um teólogo ou uma escola de teologia unto às catedrais; em geral se estudava o latim na escola local ou se praticava o aprendizado como *famulus* de um pároco, que ensinava “como ser padre”.¹⁴

Todos esses fatores se juntaram para que a época fosse propícia para profundas transformações na Igreja¹⁵. Há documentos de Adriano VI (Papa entre 31 de agosto de

¹³ ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 53-54.

¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 44-46.

1522 e 14 de setembro de 1523) reconhecendo erros da Igreja e recomendando ao núncio da Alemanha uma ampla reforma, desde o tratamento com os fiéis até reformas na cúria. Essa recomendação nada tem a ver com o movimento iniciado por Lutero na Alemanha, mas já era fruto de problemas anteriores, relacionados à formação do clero e seu desconhecimento da doutrina Católica. Eram críticas que já se faziam presentes desde antes da Reforma Protestante, e posteriormente foram amplamente discutidas no Concílio de Trento. Também o povo já não admitia receber os sacramentos por um clero corrompido e não se sentia mais satisfeito e aliviado de culpa com a confissão auricular. É bem verdade que o poder papal e a confiança no clero já se encontravam abaladas e isso foi notado pelo Papa e pelos bispos da Igreja. Havia uma crise de identidade religiosa por toda a Europa, mas é de se notar que crises religiosas e abusos da Igreja já haviam ocorrido em outras épocas sem que, no entanto, houvesse qualquer tentativa de revolta contra Roma. Se assim fosse, muito provavelmente a revolução teria origem em Roma, onde os problemas da Igreja afetavam mais claramente e com maior intensidade o povo e o poder secular.

O que se nota, principalmente em Lutero, não é uma indignação em relação aos abusos do alto clero, mas sim uma vontade muito forte de abolir o que considera superstições e erros da Igreja em relação à doutrina e à liturgia, e descaso do magistério em relação a assuntos de fé.

Na realidade, em numerosos textos nós os vemos preocupados não em arrancar males morais e em melhorar a disciplina decaída, mas em extirpar tudo o que lhes parecesse superstição. Lembremo-nos de Guilherme Farel, que, encabeçando bandos armados, assaltava as igrejas, não para punir os párocos por causa de sua imoralidade, mas para lhe tirar das mãos a hóstia consagrada, visando pôr um fim à fé na presença real.¹⁶

Segundo Martina, G. (2014) os protestantes desejavam um retorno à Igreja primitiva e queriam abolir tudo o que consideravam excessos, superstições ou atos que acreditavam que não condiziam com as Escrituras ou com a Igreja dos primeiros séculos do cristianismo. Lutero, por exemplo, não desejava se separar da Igreja e nem propunha uma reforma moral ou administrativa. Outros reformadores buscavam uma religiosidade mais direta, sem intermediários humanos com a certeza de ser perdoado por Deus sem a necessidade da confissão auricular. Essa segurança viria mais tarde com a proposta de Lutero da justificação pela fé.

¹⁶ MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 53.

Assim, o proposto pela Reforma seria uma volta às origens do cristianismo, sem superstições ou alterações na fé produzidas pelo Magistério da Igreja, como alguns sacramentos e o sacrifício da missa. A Igreja Católica Romana havia se distanciado do autêntico cristianismo, segundo os protestantes.¹⁷

Como afirma Martina, G.:

De acordo com os protestantes, os reformadores quiseram, portanto, evocar o genuíno e autêntico sentido do cristianismo, do qual a Igreja romana há tempo se separara. [...] Lutero, se, de um lado, de palavra, não quer se separar da Igreja, de outro, na realidade, quer uma transformação, uma recusa de pontos essenciais da doutrina católica, como o primado, a justificação entendida no sentido tradicional, o sacrifício da Missa, etc. Não se tratava, portanto, de uma reforma moral ou administrativa.¹⁸

A forma como estavam sendo divulgadas as indulgências, principalmente na Alemanha, causou indignação em Lutero e conseqüentemente no povo alemão que não mais admitia enviar dinheiro a Roma. Porém Lutero não se posicionou contra a doutrina das indulgências e inicialmente não pretendia se separar da Igreja, mas era contra a forma como a necessidade e cobrança das indulgências estavam sendo pregadas. Tomou uma posição firme e se propôs a debater o assunto com a Igreja. Segundo a maioria dos historiadores, aí tem início a Reforma Protestante.

1.1.1 Europa e Alemanha

A Europa já vinha passando por mudanças em sua estrutura social e econômica desde o século XIII. Juntamente com a fartura e aquecimento das atividades comerciais produzida nos séculos XII e XIII, houve também um aumento populacional que posteriormente prejudicou o abastecimento da população, causando um movimento migratório para os centros urbanos. Essa migração acabou modificando a economia que se baseava no trabalho rural, em uma economia monetária. Para tanto, eram necessários postos de trabalho que não conseguiam ser gerados em quantidade suficiente para abranger a crescente população. Além disso, o desenvolvimento tecnológico permitiu que poucos trabalhadores pudessem exercer o trabalho antes dedicado a um número maior de pessoas. Assim, em consequência do aumento populacional, sem emprego suficiente e sem estrutura social para a população nos centros urbanos, a maioria das pessoas que

¹⁷ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 44-45.

¹⁸ MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 53-54.

conseguia emprego, trabalhava em péssimas condições e com baixos salários, normalmente insuficientes para manter as condições mínimas de subsistência da família. Aumentavam também os desempregados e mendigos. A miséria e a fome não eram exceções.

Juntamente com a fome e agravando o problema, vieram condições climáticas desfavoráveis, que dificultaram muito a vida da população. Enchentes que chegaram a inundar grandes regiões, principalmente na França, alternadas a grandes períodos de seca, que prejudicavam as plantações e criações de animais e invernos rigorosos que congelavam rios e plantações e matavam animais, destruindo a vida no campo.

Por volta do ano de 1320, quase todo o norte da Europa estava sofrendo de fome, precipitada e disseminada por uma série de safras perdidas em decorrência de um clima excepcionalmente ruim. Crônicas da época listam sucessivas enchentes, invernos rigorosos e secas severas. No sul da França, chuvas inundaram a região de Provença em 1307-8 e em 1315.¹⁹

Há relatos também de pragas de gafanhotos, que puniam severamente a produção agrícola. A dependência dos centros urbanos em relação à produção da zona rural só fez agravar a crise. A queda na produção de alimentos afetou diretamente a nobreza, que reagiu aumentando o controle dos tributos pagos pelos camponeses. Os camponeses, sentindo-se sufocados, reagiram, matando nobres e incendiando castelos. Essas revoltas foram combatidas com extrema violência, dizimando milhares de camponeses. Chegou-se a pensar no fim do mundo e procissões de clérigos e leigos pediam o perdão de Deus, que aparentemente não vinha. Para o povo, a misericórdia divina parecia nunca chegar. A crise financeira e a fome pareciam se agravar ainda mais.

A fome, a miséria e a falta de higiene devido ao excesso populacional nos centros urbanos trouxeram outros problemas: doenças pulmonares, febre tifoide, sífilis e principalmente uma terrível doença que dizimou cerca de um terço da população da Europa, a peste negra.

Todos esses desastres tiveram um efeito desmoralizador na Igreja e na cultura cristã em geral. Os efeitos da peste Negra, por exemplo, no clero e nas ordens religiosas, foram sérios e extensos, uma vez que reduziu, ao mesmo tempo, o número de clérigos e enfraqueceu a disciplina eclesiástica.²⁰

¹⁹ LINDBERG, C. *História da Reforma*, 1. Ed., Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 51.

²⁰ DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014, p. 65.

O comércio marítimo com o oriente trouxe consigo uma doença vinda da Ásia, principalmente da Mongólia, da China e da Índia, a peste bubônica, assim chamada devido à infecção das glândulas linfáticas que se tornam inchadas e dolorosas, que são conhecidas como bubões. Normalmente esses bubões aparecem na virilha, axilas e pescoço. No início, a peste veio do rato-preto, nos porões dos navios e era transmitida ao homem pela pulga do rato. Como medida preventiva, os portos da Europa ficaram em quarentena e conseguiram conter temporariamente a sua disseminação. Porém, como a transmissão não se dá unicamente pelas pulgas dos ratos, mas também pela inalação de espirros ou tosse de indivíduos doentes, não se conseguiu evitar o contágio fora das regiões portuárias. A população fraca, mal nutrida e com péssimas condições de higiene, além da alta população nos centros urbanos fizeram com que a peste que chegou à Sicília, sul da Itália em 1347, em menos de dois anos se alastrasse pela Alemanha, França, Inglaterra e praticamente toda a Europa, causando a morte de praticamente um terço da população.

Os sintomas da doença, tosse, febre alta, os bubões, a dor aguda, alteração na cor da pele, vômito com sangue, manchas escuras pelo corpo e delírio, bem como o óbito em poucos dias ou até mesmo em horas, formavam um espetáculo de horror vivido por quem presenciasse a evolução da doença. Além disso, o terrível odor exalado pelo suor, saliva e respiração tornava a convivência com o doente insuportável. Normalmente o doente era abandonado pela família para morrer só e em agonia, sem os ritos fúnebres que tinham como objetivo entregar os falecidos nas mãos de Deus. Isso fez com que a fé fosse duramente testada nesse período. Movimentos de autoflagelação e procissões se tornaram comuns e a ideia da morte repentina fez com que as pessoas acreditassem fielmente que a doença era causada pelo julgamento de Deus sobre a humanidade.

Até cantigas infantis refletiam horror, como sugerido pela rima *Ring Around The Rosey* (Anel em volta da rosa). A “rosa” era o “anel” avermelhado que precedia as manchas na pele; *pocket full of posies* (um bolso cheio de buquês) se refere ao uso de flores para mascarar o odor e, supostamente, prevenir infecção; *ashes, ashes* (cinzas, cinzas) é a abreviação de *ashes to ashes, dust to dust* (de cinza a cinza, de pó a pó); e *we all fall down* (todos caímos) é o resultado inevitável. Diversas vezes houve pânico, comportamento bizarro e projeção de culpa e medo em outros.²¹

Quem sobrevivia à peste acabava se sentindo amaldiçoado e abandonado. E presenciar a morte, sem a possibilidade da confissão e do justo arrependimento, fortaleceu

²¹ LINDBERG, C. *História da Reforma*, 1. Ed., Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 53.

a doutrina do purgatório (Concílio de Florença, de 1438 a 1445, e de Trento, de 1545 a 1563) e as missas pelos defuntos.

O receio com o tempo de sofrimento que poderia ser enfrentado no purgatório após a morte, trouxe a preocupação em conseguir o maior número possível de missas para os defuntos. Essa mostra de zelo e caridade para com os falecidos revela uma adaptação da Igreja a essa nova situação onde o foco dos fiéis era a morte.

É bem verdade que à época de Lutero o perigo da peste já havia diminuído, mas Ulrich Zwingli quase foi mais uma vítima da doença, que também chegou a Wittenberg, onde causou medo e desespero, com mortos, inúmeros doentes e pessoas abandonando a cidade quando podiam.

O comportamento do homem medieval frente a todos esses problemas e novos sentimentos se estabeleceram, buscando respostas para uma vida cheia de incertezas.

O que domina a mentalidade e a sensibilidade dos homens da Idade Média, o que determina o essencial de suas atitudes é o sentimento de sua insegurança. Insegurança material e moral para a qual, segundo a Igreja, como vimos, só há um remédio: apoiar-se na solidariedade do grupo, das comunidades da qual se faz parte, evitar a ruptura dessa solidariedade, pela ambição ou pela degradação. Insegurança fundamental que é, decididamente, a da vida futura que não é assegurada para ninguém e que as boas obras e a boa conduta jamais garantem completamente.²²

O medo da morte, a insegurança religiosa, a fome, a exploração dos camponeses e as guerras trouxeram consigo, para o período da Reforma, um ambiente propício a uma busca por uma autoridade forte que pudesse garantir um novo futuro, não só para o povo, mas para toda uma sociedade que não sentia mais a tranquilidade e firmeza do controle da Igreja Católica.²³

1.1.2 Igreja e o Poder Papal no Renascimento

O Concílio de Basiléia, convocado por Martinho V, em 1431, e aberto por Eugênio IV, confirmou os decretos de Constança que afirmavam a superioridade do Concílio sobre o poder do Papa, quando este fosse considerado herético ou responsável pela separação da Igreja. Eugênio IV, prevendo o resultado e com o intuito de controlar o Concílio tentou, sem sucesso, transferi-lo para Bolonha. Após ter sido transferido para Ferrara e

²² LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2016, p. 315.

²³ Cf. DAWSON, C. *A Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014, p. 117.

posteriormente para Florença, houve forte oposição dos padres de Basiléia resultando em um cisma e na excomunhão de Eugênio IV. Em Florença foram definidos a precessão do Espírito Santo, a existência do purgatório (fundamental para as indulgências que posteriormente seriam combatidas por Lutero) e a jurisdição do Papa sobre toda a Igreja.²⁴

Contudo, o prestígio da autoridade papal diminuiu perante o povo e muitos soberanos se aproveitaram para conseguir da Igreja, substanciais “contribuições” para manter sua fidelidade e obediência.²⁵ Na França, a identidade nacional da Igreja fica bem clara, com autonomia em relação a Roma e condicionada ao poder civil, uma vez que desde o século XV era uma tradição as assembleias dos religiosos acontecerem sob o controle do rei. A França não chegou a proibir o clero de receber contribuições de seus fiéis, mas determinou que o dinheiro recebido em seu solo, em qualquer ocasião, não saísse do país. Na Alemanha, as críticas com relação a Roma se intensificam e os príncipes passam a cobrar tributos sobre os bens da Igreja em seus territórios e consideram exageradas as somas em dinheiro que deixam a Alemanha para favorecer a Igreja Romana. Os príncipes começam também a nomear ofícios eclesiásticos em solo alemão, sem necessariamente a indicação ou recomendação de Roma. O Cardeal Enea Silvio Piccolomini, em 1457, chegou a afirmar que os alemães, por serem um povo rico, deveriam pagar tributos a Roma, pois a romanização tirou os germânicos de seu estado outrora pobre e primitivo e os levou a um alto nível econômico e intelectual. Porém, a voz do Cardeal não se fez ouvir e foi rapidamente esquecida. Além disso, na região de Lutero, bem como em outras regiões da Reforma, o contato com Roma já estava se enfraquecendo há algumas décadas, o que viria a facilitar, com a ajuda da imprensa, a divulgação das ideias reformistas, principalmente no norte e oeste da Alemanha.

A gravidade da crise religiosa entre o povo não estava atrelada necessariamente à disputa do poder econômico e político entre Roma e a nobreza, mas à busca da ideia de Agostinho, que afirmava que a sociedade humana estava sujeita à vontade de Deus (a Cidade de Deus). Ser membro da Igreja dava ao povo o conforto e a certeza de estar sob os desígnios divinos, de não pertencer simplesmente a uma sociedade qualquer, mas pertencer à sociedade regida por Deus. A Igreja seria então uma intermediária legítima entre o poder do céu e as dificuldades terrenas e o clero, o agente responsável pela

²⁴ Cf. MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 73.

²⁵ CF. ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 28.

transmissão da ordem divina e sua adequação à sociedade dos homens. Assim, a perda da credibilidade em elementos do clero poderia colocar abaixo todo o sistema religioso e a estrutura social da época. E o papado do Renascimento não era necessariamente um exemplo de santidade, uma vez que estava se tornando apenas mais uma corte renascentista e o Papa, meramente um príncipe italiano preocupado com seu erário e com a defesa de seus territórios. As atividades pastorais pareciam ser de segunda importância, ou de nenhuma importância.

O Renascimento entrou para a história da Igreja não pelos seus méritos teológico-pastorais, mas pelo mecenato. Desde Nicolau V, fundador da Biblioteca do Vaticano, passando por Sisto IV, que fez construir para si a Capela Sistina, e Júlio II, que encomendou a Bramante o primeiro projeto da Basílica de São Pedro, o interesse, a proteção e o incentivo à arte, trouxeram a Roma nomes como Michelangelo, Ghirlandaio e Perugino.

Entretanto, a cúria vivia num faustoso luxo: cada cardeal tinha sua suntuosa corte, com palácios e casas de campo dentro e fora de Roma. Esse nível de vida exigia muitas despesas, às quais se fazia frente por meio variados expedientes: acúmulo de benefícios (os cardeais tinham muitas vezes o governo de várias dioceses, das quais estavam habitualmente afastados); venda de cargos, que chegou ao auge sob Inocêncio VIII; aumentos de impostos e concessões de indulgências com fins lucrativos. E, naturalmente, o sistema continuava por todos os níveis da série: os que compravam os cargos se ressarciam das despesas à custa de seus clientes, vendendo bulas e falsificando numerosos documentos. Sarcasticamente se dizia em Roma: “O Senhor não quer a morte do pecador, mas que viça e pague”. Nem mesmo nessa época, é verdade, faltavam ao povo verdadeiros santos... o mau exemplo vinha de cima.²⁶

Assim, com o papado mais próximo dos prazeres oferecidos pelo poder terreno do que das palavras de Jesus e seus apóstolos, a credibilidade da Igreja foi gradualmente se reduzindo. Papas como Rodrigo Bórgia, eleito em 1492 como Alexandre VI, e que havia sido nomeado cardeal por seu tio, o Papa Calisto III, ficou famoso por nepotismo e simonia desde o início de seu papado. Escândalos envolvendo seu filho Cesare Bórgia, feito cardeal aos 16 anos e braço armado de seu pai, com imoralidades, homicídio (inclusive de seu irmão e de um dos maridos de sua irmã, Lucrecia Bórgia) e sua filha Lucrecia Bórgia, que por ordem do pai, casou-se por motivos políticos várias vezes, com suntuosas festas no palácio do Vaticano e que chegou a ser nomeada regente do Vaticano

²⁶ MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 89.

em uma das campanhas militares de Alexandre VI, fizeram o nome Bórgia ser sinônimo de corrupção e busca desenfreada pelo poder.²⁷

Júlio II, Papa entre os anos de 1503 e 1513, foi conhecido por sua dedicação em expulsar estrangeiros da Itália e visto mais como um príncipe da guerra do que o que se esperava de um pontífice, o Príncipe da Paz. Isso fez com que os fiéis questionassem o papel do Papa na condução da Igreja. Assim como Alexandre VI e os outros Papas renascentistas, Júlio II também foi um grande patrocinador das artes e estava determinado a reconstruir a Basílica de São Pedro.

Essa determinação fez com que Roma necessitasse de grandes somas em dinheiro e deu origem às indulgências que foram posteriormente questionadas nas “Noventa e cinco Teses” de Martinho Lutero.

O sucessor de Júlio II foi o Papa Leão X, a quem se atribuiu a frase “Agora que Deus nos deu o papado, desfrutemos dele”.

A busca de poder envolvendo os membros da cúria fez com que os Papas, inseguros em relação à fidelidade dos cardeais, nomeassem prioritariamente membros de suas famílias para cargos de confiança, com o objetivo de manter seu prestígio político mesmo com o prejuízo da imagem da Igreja. Nem sempre os familiares nomeados pelo Papa tinham a competência necessária para exercer as funções para as quais eram designados, comprometendo a autoridade papal.

Nesse período, era bastante generalizada no alto clero a ausência de empenho na *cura animarum*, ocupado como estava em outros setores (mundanos, políticos, familiares), inclusive porque, com frequência, o “benefício” era separado da *cura animarum*, quando devia estar ligado. Aliás, o entrelaçamento entre o religioso e o político era quase que inevitável numa situação de “cristandade” esfacelada, onde os príncipes também detinham grandes poderes na área religiosa, dentro do próprio território. Muitos bispos, sendo príncipes feudais, membros da nobreza ou dela dependentes por causa de favores ou de proteções quando da nomeação, se dedicavam amplamente aos interesses do próprio Estado ou estavam diretamente ao serviço do seu príncipe, como embaixadores, legados, chanceleres.²⁸

Com essa obsessão pelo poder e envolvimento em corrupção, características comuns entre os Papas do Renascimento, bem como seu comportamento ora belicoso, ora sexualmente promíscuo, já não havia mais dúvidas se a igreja deveria ser reformada, mas quando isso ocorreria.

²⁷ Cf. KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola, Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014, p. 168-169.

²⁸ ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 29.

1.1.3 O Purgatório e os sufrágios

O Catecismo da Igreja Católica afirma que os fiéis podem obter para si e para as almas dos defuntos a remissão das penas temporais, devidas aos pecados praticados. Nas Sagradas Escrituras (2Mc 12, 43-46) Judas Macabeu pede que ofereçam um sacrifício em favor dos mortos pela sua purificação, de modo que a oração pelos defuntos já estava inserida na fé dos judeus e posteriormente dos cristãos, desde longa data. Cria-se na purificação dos eleitos, mesmo após a morte, de modo que haveria um estado entre o inferno e o Paraíso, que seria chamada de purgatório, no qual o pecador poderia expiar seus pecados para que, purificado, pudesse chegar à visão beatífica de Deus. A crença de uma vida anterior ao Paraíso, onde pudesse haver perdão, também fora também confirmada no Evangelho de Mateus: “Mesmo se alguém falar uma palavra contra o Filho do Homem, lhe será perdoada. Mas, se falar contra o Espírito Santo, não será perdoado, nem neste mundo, nem no mundo que há de vir” (Mt 12, 32). Assim, a oração pelos mortos, bem como as esmolas, as obras de penitência em favor dos defuntos e as indulgências eram altamente recomendados pela Igreja, desde seu início.

Entre os séculos IV e IX, o que mais contribuiu para o nascimento da ideia de purgatório foi a prática das preces pelos mortos, assim como as esmolas e missas. Se a Igreja recomendava essas práticas, deveria acreditar que havia uma possibilidade de salvação para as almas que ainda não estavam condenadas e conseqüentemente, não se encontravam no inferno. Tais almas também não estavam ainda no Paraíso, visto que necessitavam de sufrágio de seus entes queridos e da Igreja. No entanto, o conceito de purgatório ainda não se encontrava bem desenvolvido e só teria sua doutrina formulada nos Concílios de Florença (1431, transferido para Ferrara em 1438) e, posteriormente, de Trento (1545-1563).

A terceira via a ser explorada no caminho do purgatório é a da liturgia. Talvez seja ao mesmo tempo a mais decepcionante e a mais rica da preparação para a nova crença. De um lado, não há nada ou quase nada que faça alusão à remissão dos pecados depois da morte, mas, de outro, a evolução no fervor dos vivos para rezar pelos mortos cria estruturas de recepção para o purgatório.

Viu-se na epígrafe funerária a preocupação dos cristãos pelos mortos. Reencontra-se essa preocupação na liturgia, mas o que se pede para os defuntos é, se não o paraíso imediatamente, pelo menos a espera tranquila e a promessa da vida futura. As noções que melhor correspondem a esses desejos são as do *refrigerium* (refrigério) e o seio

de Abraão. A fórmula mais comum será a do “lugar de refrigério, de luz e de paz”.²⁹

O conceito de Purgatório, como estágio intermediário entre a vida na Terra e a salvação no Paraíso, começa a tomar força somente a partir do século XII. A antiga concepção de Inferno e Paraíso e a retórica dualista de Santo Agostinho, passam a não mais fazer sentido. O pensamento de São Tomás de Aquino, com a razão em primeiro lugar, trava um duelo com Santo Agostinho e apresenta novas ideias à Igreja, ideias essas que são rapidamente aceitas, não só pelo clero, mas também pelos leigos. O senso de justiça da época faz com que se pergunte sobre o destino dos “não completamente maus” e dos “não completamente bons”, dos que se confessaram e demonstraram um verdadeiro arrependimento, mas que morreram sem cumprir sua pena aqui na terra e dos que cometeram pequenos pecados (pecados veniais) e não deveria ser condenados à danação eterna. Essas almas não mereceriam a condenação eterna, mas, por outro lado, também não estariam no Paraíso. A Igreja sugere orações por esses mortos como testemunho do amor de seus entes queridos, o que contribuiria para sua salvação.

O sucesso das orações e missas que a Igreja dedicava aos mortos, era baseada na ideia de que a Igreja teria um “saldo” de boas obras e santidade acumulada pelos atos de Cristo, dos Santos e dos Mártires (*thesaurus ecclesiae*), que poderia ser usado em favor dos defuntos, já que havia boas obras em abundância. Essa remissão da pena temporal concedida pela Igreja sob determinadas condições era chamada de indulgência.

A literatura, a partir do século XII apresenta uma ideia mais concreta de purgatório como um lugar onde as almas purgariam, com penas temporais, seus pecados e atingiriam a graça de Deus. Tratam sobre esse tema, textos de grandes teólogos desta época, como São Boaventura, São Tomás de Aquino e Guilherme d’Auvergne, até que em 1274, o Concílio de Lyon II oficializa e dá forma ao conceito de purgatório.

Alexandre de Hales (c. 1185-1245) deu um passo à frente, sendo o primeiro homem a escrever um comentário sobre as *Sentenças* de Pedro Lombardo e o primeiro professor a usá-las como seu principal texto teológico. Em sua interpretação de *Sentenças* 4.21m expôs a teoria penitencial de Lombardo no contexto do purgatório, apresentando os seguintes pontos:

1. O purgatório é um fogo que queima os pecados veniais.
2. O purgatório limpa as punições dos pecados mortais que não forem suficientemente pagos.
3. O purgatório é mais severo do que qualquer punição terrena.
4. O purgatório não é um castigo injusto ou desproporcional.

²⁹ LE GOFF, J. *O Nascimento do Purgatório*, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2017, p. 187.

5. O purgatório é um lugar de fé e esperança, mas sem a visão celestial de Deus.
6. Quase ninguém é bom o suficiente para escapar da necessidade de passar pelo purgatório.³⁰

Assim, o purgatório bem como os sufrágios pelos mortos se consolida a partir do século XIII, não somente na teoria, na doutrina, mas também na pregação e na literatura em língua vulgar, para melhor compreensão e aceitação do cristão leigo. Porém, juntamente com a preocupação dos piedosos pelos seus mortos, o amadurecimento da ideia das indulgências daria margem a exageros que colocariam em dúvida a bondade e a boa fé dos que as incentivavam.

Nas regiões meridionais da França, por exemplo, onde subsistem reticências, e mesmo resistências, ao julgamento particular e ao terceiro lugar, difunde-se a “bacia das almas do purgatório” que se faz circular na igreja no momento da missa para coletar o “dinheiro dos fiéis” e que vem alimentar uma caixa particular, “a obra do purgatório”, bem estudada por Michelle Bastard-Fournié. É o trocado da comunhão dos santos.³¹

As indulgências acabaram sendo intercambiáveis, uma penitência poderia ser comutada pelo seu equivalente em dinheiro. Uma peregrinação a Roma, por exemplo, poderia ser trocada por uma soma em dinheiro equivalente aos gastos dessa viagem. Era possível também se pagar a penitência por uma parente ou ente querido, vivo ou morto. O papa Silas IV (Francesco Della Rovere) prometeu alívio das penas temporais também aos mortos, em sua bula *Salvator Noster* (1476), oficializando essa prática. O dinheiro arrecadado com as indulgências poderia ser utilizado para o pagamento de obras da Igreja, de modo que os pregadores eram incentivados a arrecadar o máximo possível para os cofres de Roma. Foi esse clima de exagero e a exploração da fé do povo (principalmente do povo alemão, que já pagava tributos a Roma) que provocou Lutero a colocar-se contra as indulgências e publicar suas 95 teses.

1.2 A TEOLOGIA DE LUTERO

A educação de Lutero e sua incessante busca pela salvação o levaram da pequena Eisleben, local de seu nascimento, até Wittenberg onde, como sacerdote e professor, começou a pregar e refletir sobre suas leituras do Novo Testamento. Lutero, devido ao seu contato com o povo, desenvolveu uma linguagem acessível a todos e pouco se deixou

³⁰ BARRET, M. *Teologia da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 73.

³¹ LE GOFF, J. *O Nascimento do Purgatório*, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2017, p. 540.

influenciar por correntes filosóficas de sua época. Suas ideias vieram de suas reflexões, de seus pensamentos e de seus conflitos pessoais. Assim, tal como os humanistas, posicionou-se contra sua educação inteiramente baseado na escolástica. Isso não significa que não havia consistência em seu trabalho. Lutero mostrou ser um incansável pensador, que buscava nas Escrituras fundamentos para as suas afirmações e procurou por toda a sua vida, fundamentar muito bem suas ideias, mesmo entrando em conflito com o Magistério da Igreja e com suas tradições. Essa posição o levou a afirmar que todo o conhecimento e a fé encontra-se somente nas Escrituras, o que não era a posição da Igreja Católica. Afirma Dawson:

Surpreendentemente, apesar de seu zelo pela vida religiosa, a luta de Lutero não foi contra os desmandos e o modo de vida do papado e do clero, que não condizia com o discurso da Igreja, mas contra certas práticas que julgava serem superstições, como a missa e os sacramentos. Porém, o estopim de seu inconformismo foram os abusos nas indulgências, principalmente a pregação de Johann Teztel (1465-1519) na cúria de Alberto de Brandemburgo (1490-1545), arcebispo de Mainz, que tinha como finalidade suprir as necessidades financeiras desta cúria.³²

Com suas 95 teses que versavam sobre penitência, indulgências e salvação, Lutero pretendia discutir com teólogos católicos, a fim de reformar aspectos que acreditava que deveriam ser esclarecidos pela Igreja. Porém, a tradução de suas teses para a língua alemã e a divulgação pela imprensa tornaram impossível uma discussão puramente acadêmica.

A resposta que obteve da Igreja às suas ideias causou uma forte oposição ao papado e à Roma, o que acabou levando-o a abandonar o catolicismo e à sua consequente condenação e excomunhão.

Como pilares de sua reforma, foram propostas 5 *Solas*; *Sola Fide* (somente a fé), *Sola Scriptura* (somente as Escrituras), *Solus Christus* (somente Cristo), *Sola Gratia* (somente a Graça) e *Soli Deo Gloria* (somente a Deus a Glória). Essas propostas delinearão as diferenças entre as igrejas reformadas e a Igreja Católica.

Porém, as críticas à Igreja de Roma e a defesa do sentimento do povo alemão, revelaram-se antes de seu definitivo afastamento, iniciando com os escritos *À Nobreza Cristã da Nação Alemã*, *Do Cativo Babilônico da Igreja* e *Da Liberdade do Cristão*.

No seu escrito *À Nobreza Cristã da Nação Alemã*, Lutero afirma que “(...) na verdade, não há diferença entre leigos, padres e bispos, ou entre “espirituais” e

³² DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014, p. 117.

“seculares”, como os denominam, exceto o ofício e a ocupação, mas não a “classe”, pois todos pertencem á mesma classe (...)”³³. concluindo que na sociedade, cada um tem seu ofício e sua posição, mas, perante Cristo, todos os batizados são seus sacerdotes. Os pastores e mestres têm apenas a autoridade da palavra, mas todo Cristão tem o poder e dever de julgar o ensinamento e rejeitar, caso não esteja de acordo com as Escrituras. Com isso Lutero não quis em momento algum afirmar que cada cristão é seu próprio sacerdote, mas que cada cristão tem o dever de evangelizar e que o que os separa de um sacerdote ou ministro é seu ofício de evangelizar. Desta maneira, somos todos sacerdotes um do outro e um ministro, mais estudado nas Escrituras tem o dever de orientar os cristãos na palavra. Desta maneira, Lutero rompe com a divisão de classes adotada pela Igreja Católica entre clero e laicato. Assim, os ofícios cristãos deixariam de ser privilégio de uma classe especial, os sacerdotes, para ser dever de todo cristão. Cada cristão tem o dever de ser sacerdote de seu irmão e por ele interceder, de modo que Lutero acaba definindo a Igreja de Cristo como uma comunidade de santos, uma só santa família, em Cristo Jesus.

1.2.1 Martin Luder

Martinho Lutero (Martin Luder) nasceu em Eisleben, Alemanha, em 10 de novembro de 1483, filho de Hans Luder e Margarete Lindermann. Mudou-se ainda criança para Mansfeld onde seu pai, minerador, dirigia algumas pequenas minas de cobre. Apesar de não ter se tornado rico, Hans Luder alcançou uma vida financeiramente estável, podendo assim propiciar estudos ao ainda muito jovem Martin. Hans Luder, filho e neto de pequenos agricultores, matriculou seu filho aos cinco anos de idade em uma escola de latim em Mansfeld, já pensando no em seu futuro: gostaria que continuasse com a ascensão social da família, como um bom advogado ou talvez até mesmo conselheiro de algum príncipe. Os professores de Lutero eram severos e exigentes, não raramente castigando os alunos com surras de vara. Lutero os classificava como tiranos e mestres da paulada. Talvez a disciplina rígida que o pequeno Martin recebeu de seus pais e professores tenha feito com que o jovem passasse a ver a Deus como uma figura paterna e também severa, influenciando sua incessante busca pela salvação. Porém, não se pode afirmar que Hans Luder agia como um pai tirano, uma vez que seguia a educação que era

³³ LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 94.

dada às crianças em sua época. Mas isso de certa forma afetou Lutero, uma vez que, já adulto, recomendara uma educação mais moderada às crianças e jovens.³⁴

No início do verão de 1505, Lutero começou seus estudos na faculdade de artes da Universidade de Erfurt (uma das três maiores e mais importantes cidades da Alemanha, não muito menor que a Roma da época, com aproximadamente dez mil habitantes) e, após quatro anos tornou-se *Magister Artium*, Mestre em Artes. Em Erfurt Lutero teve contato com o humanismo, estudando literatura clássica (o que muito provavelmente o influenciou mais tarde em sua exegese). Na Universidade, Lutero passava a maior parte de seu tempo na biblioteca. Leu alguns clássicos, mas não teve muito apreço pela poesia, era mais conhecido como bom cantor e músico (mais tarde compôs hinos que foram cantados por gerações) do que como apreciador da boa literatura. Mas seu contato com os humanistas de Erfurt e seus estudos da literatura clássica o levaram a afirmar que era fundamental a aproximação filológica do texto para sua melhor compreensão. Muito provavelmente essa sua afirmação sobre o texto o tenha levado ao estudo do hebraico e do grego, contribuindo posteriormente para seu estudo bíblico.³⁵ Acredita-se que em Erfut. Lutero tenha tido, pela primeira vez, contato com a Bíblia.

Em Erfurt, assim afirma, teria tido, pela primeira vez, uma Bíblia em suas mãos e... dado uma olhadinha. Seus biógrafos afirmam que ela estava acorrentada e aproveitaram a deixa para atestar que ele teria libertado a Escritura de seus grilhões. A afirmação carece de objetividade: o valor de uma Bíblia de Gutenberg equivalia a uma junta de bois. Caso fosse roubada, o prejuízo seria grande. O jeito era acorrenta-la.³⁶

Após tornar-se Mestre em Artes, escolheu para a alegria de seu pai, o estudo de direito e não de teologia. Satisfeito, Hans o presenteou com uma edição completa do *Corpus Iuris*, pensando em sua formação e ascensão social. Mas, após um mês de estudos na área de direito, quando voltava a pé para a casa de seus pais, em 2 de junho de 1505, desesperado com uma tempestade, após um raio quase o atingir, prometeu à Santa Ana, santa muito popular de sua região naquela época, que se fosse salvo dessa tempestade se tornaria monge. Cumpriu sua promessa e para decepção de seu pai, ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt.

³⁴ Cf. DREHER, M. *De Luder a Lutero-Uma Biografia*, 2. Ed, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, p. 24.

³⁵ Cf. KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014, p. 247.

³⁶ DREHER, M. *De Luder a Lutero-Uma Biografia*, 2. Ed., São Leopoldo: Sinodal, 2017, p. 27.

Em 17 de julho, Lutero, após abandonar seus estudos em direito, ingressa no Mosteiro Negro (que era assim chamado devido à cor preta usada pelos monges), o mosteiro agostiniano de Erfurt.

O mosteiro era uma pequena ilha isolada do mundo. A obediência acontecia em relação aos superiores da ordem, que se distinguia de outras por hábito, regra e costumes. O monacato, do qual Lutero passou a participar, tinha uma longa história. Foi um dos grandes poderes do Ocidente, o qual ajudou a conformar, mas que encontrou seu fim com o movimento de Lutero. É verdade que ordens religiosas continuaram a existir após a Reforma, mas não tinham mais o brilho e a importância de outrora.³⁷

Já no mosteiro, Lutero teve um contato mais profundo com a Bíblia, adquirindo conceitos e conhecimentos mais desenvolvidos e aprofundados. Como monge, dedicou-se profundamente a alcançar a salvação, impondo-se autoflagelação, jejum por longos períodos e constantes orações que por muitas vezes não o deixavam dormir. Essa prática não trouxe nenhum alívio à sua angústia, somente lhe provocou uma doença que o acompanhou por toda a vida. Sua rígida rotina não o convenceu que alcançaria a tão almejada salvação, mas o tornou ainda mais disciplinado e metódico ao ponto de seu superior, Johann Von Staupitz recomendasse ao jovem Lutero que continuasse seus estudos em um doutorado.

Sobre sua vida como monge, não há muitos documentos que descrevam sua passagem pelo monastério e nem sobre suas relações com os outros monges. Mesmo seus colegas e irmãos agostinianos pouco falaram sobre o assunto. O próprio Lutero não diz muito a esse respeito, a não ser que tentou com todas as suas forças ser obediente, casto, pobre e distante da vida mundana. E tudo indica que assim o foi. O mosteiro, como deveria ser, era um mundo à parte da sociedade; silêncio era a regra, bem como vários momentos de oração. E Lutero seguia fielmente as regras impostas aos monges. Quando fala de sua tentação enquanto monge, não relaciona os pecados da carne somente ao sexo, mas à luxúria, à ira (juntamente com muitos episódios de depressão, vinham pequenos episódios de ira e isso o acompanhou até sua morte) ou à preguiça.

Ao celebrar sua primeira missa, em Erfurt, no dia 2 de maio de 1507, Lutero conta que ficou apavorado diante do poder de Deus e que sentia vontade de correr. Este pequeno relato mostra a seriedade (e temeridade) com que tratava das coisas de Deus e de seu ofício de monge e sacerdote.³⁸

³⁷ DREHER, M. *De Luder a Lutero-Uma Biografia*, 2. Ed., São Leopoldo: Sinodal, 2017, p. 33.

³⁸ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014, p.248.

Após ter sido ordenado sacerdote, foi enviado a Wittenberg, como professor de filosofia e moral. Deixou para trás a rica e próspera cidade de Erfurt para uma cidade pequena e sem prestígio nenhum. A recém fundada Universidade de Wittenberg, era mais um ensaio de universidade do que universidade propriamente dita.

A universidade fundada há poucos anos tinha parte considerável de seus professores pertencente aos agostinianos. Tinham voto de pobreza e, por isso, eram “baratos”. Luder passou a residir no mosteiro de Wittenberg e ali permaneceu até o fim de seus dias. A “Universidade” não era lá essas coisas. É verdade que tinha 22 professores, mas a maioria não teria condições de atuar em universidades de nossos dias. Os estudantes não passavam de 200, muitos deles quase pré-adolescentes.³⁹

A Universidade de Wittenberg fora fundada pelo Príncipe Frederico III, “O Sábio”, como a única universidade da Saxônia Eleitoral, já que, com a divisão da Saxônia, a Universidade de Leipzig ficou na Saxônia Ducal.⁴⁰ Contudo, após Lutero começar a lecionar em Wittenberg, a universidade começou a se tornar muito conhecida e respeitada, atraindo jovens de toda a Europa, inclusive o príncipe Hamlet da Dinamarca.

Após completar seu doutorado, Lutero foi nomeado professor de Leitura Bíblica da Faculdade de Teologia e começou a ficar famoso com suas preleções nada simples e por muitas vezes controversas, fazendo severas críticas a autoridades do presente e passado, à corrupção em Roma e até ao próprio Papa. Considerava ser fundamental a leitura do texto em sua língua original, e para tanto serve-se da tradução grega do Novo Testamento de Erasmo de Roterdã. Porém, o foco de Lutero continuava a ser a sua eterna busca da salvação.

Utilizando-se das ferramentas linguísticas que dispunha das leituras dos humanistas, Lutero passou a entender que a salvação não está ligada ao homem, às suas virtudes ou obras. Jamais seria salvo se assim fosse. A concepção de então, e principalmente de Lutero, é que sempre se pode fazer melhor. E Lutero tentou o tempo todo fazer o seu melhor em busca da santidade. Essa mudança radical de entendimento, afirmando agora que a salvação era dom de Deus, por intermédio do martírio e da cruz de Jesus, Seu Filho que morreu por nós, e não por meio das ações humanas, mudou toda a sua concepção de teologia e estudos bíblicos, descartando totalmente o pensamento aristotélico e em seu lugar a Bíblia como única autoridade. Isso contrariava o pensamento de sua época, os ensinamentos catequéticos e jogava por terra o Magistério e a Tradição católica.

³⁹ DREHER, MARTIN N., *De Luder a Lutero-Uma Biografia*, São Leopoldo, Editora Sinodal, 2017, p. 52.

⁴⁰ Cf. LINDBERG, CARTER, *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 92.

Para Lutero, o pecado está nas paixões, para o catolicismo, o pecado está na vontade – no ato de escolha. Em termos freudianos, o pecado de Lutero é libido, o pecado dos católicos é ego. Daí derivam inúmeras consequências. Do ponto de vista luterano, a conclusão que se segue é a de que como ninguém é totalmente despido de paixões (muito menos tipos essencialmente passionais como Lutero), não pode haver liberdade do pecado neste mundo. O homem nasce e morre na iniquidade. O máximo que pode alcançar é a certeza de que isso não será computado contra ele – que o sofrimento redentor de Cristo tudo abarca. Consequentemente, a justiça é só *imputada*: eis o conceito luterano que se tornara o centro da controvérsia.⁴¹

Segundo os pensamentos de Aristóteles, “semelhante é conhecido por semelhante”, o que, aplicado à teologia, afirmava-se que como Deus é Santo, para sermos reconhecidos por Ele também devemos ser santos. Dessa maneira, o homem precisava de virtudes para chegar aos céus. Cada virtude seria como um degrau a mais em sua escada para o céu. Ainda segundo Aristóteles, a pessoa se torna o que é pelo treino, pela prática. Dessa maneira, para ser santo o homem precisa praticar boas ações e receber os dons de Deus por intermédio dos sacramentos. Mas como é possível saber se estamos perto de Deus, da salvação? Para Lutero, isso seria impossível, a não ser por uma intervenção divina. E essa intervenção divina já houvera acontecido por intermédio da morte e ressurreição de Cristo.

Lutero atribuiu importância decisiva a uma imprevista iluminação que teria tido, talvez em 1517 quando, estando em seu quarto, num setor do convento em forma de torre (daí o nome dado ao episódio, *Turmerlebnis*, experiência da torre). Meditava sobre o trecho da carta aos Romanos 1, 17: “Porque como está escrito: O justo viverá pela fé!”⁴²

Somente a graça de Deus nos salvaria. Afinal, segundo Rm 1:17, “O justo viverá pela fé” e em Rm 3:25, “É ele que Deus destinou a ser, por seu próprio sangue, instrumento de expiação mediante a fé. Assim, Deus demonstrou sua justiça, deixando sem castigo os pecados cometidos outrora, no tempo de sua tolerância”.

Meditando sobre a graça e fé, Lutero propõe que a salvação não depende do homem e de suas ações, não há nada que se possa fazer que venha a contribuir para a salvação, somente a fé, somente a graça salva. *Sola Fide, Sola Gratia*. E o cristianismo começa mais uma importante página de sua história.

⁴¹ DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014, p. 115.

⁴² MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume I-O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 125.

1.2.2 As Indulgências

As indulgências surgiram a partir do conceito das penitências. Assim como o batismo integrava o cristão ao seio da Igreja, o sacramento da penitência o reintegrava após uma ruptura causada pelo pecado. O medo de que pequenos delitos afastassem o fiel da Igreja fez com que o sacramento da penitência fosse interpretado como o último recurso rumo à salvação.⁴³

Acreditava-se na necessidade da pena por ocasião do pecado; o pecador não seria aceito como salvo a não ser que pagasse pelos seus pecados, mesmo após um arrependimento sincero. Deveria haver contrição, confissão e satisfação. A falta deveria ser reparada, mesmo que após a morte. Assim, surgiu e foi reforçado o conceito do purgatório ou do fogo reparador, lugar onde as almas pagavam pelos seus pecados ainda remanescentes após a morte, em um estado de intenso sofrimento.

A fundamentação teológica para as indulgências veio bem depois das práticas eclesásticas. A reconciliação passava pela diferença entre culpa e pena. Para o alívio da culpa de cristãos no começo da Igreja, era comum a prática de pedir a intercessão de mártires a beira da morte e acreditava-se que essa intercessão era eficiente no alívio da culpa pelo pecado. Essa prática originou as orações pelos pecadores que poderiam ser feitas unidas a uma prestação de serviços, como participar na construção de uma igreja ou combater infiéis. Essas intercessões eram tidas como eficazes perante Deus. A fundamentação teológica só veio por volta do século XII, por intermédio de teólogos como Huguccio e Hugo de San Caro, com a doutrina do *Thesaurus Ecclesiae*, que era formado pelos méritos acumulados pelos monges, mártires e santos durante a história e sobre os quais a Igreja poderia dispor em favor dos penitentes. Desta maneira, a concessão das indulgências seria atributo exclusivo dos Papas que detinham as chaves da Igreja.⁴⁴ As indulgências para a remissão da penalidade temporal dos pecadores, foi imposta pela Igreja como forma de compensar uma pesada pena, substituindo essa pena por um ato em favor da Igreja ou por uma soma em dinheiro. Essa penalidade, nos primeiros séculos, era dada ao penitente que se acusasse voluntariamente e estivesse verdadeiramente disposto e comprometido com sua salvação. A pena imposta pela Igreja deveria ser pública com longos jejuns, vagar pelos campos vivendo de esmolas ou até mesmo a autoflagelação. Poderia também ficar afastado da missa, porém com a obrigação de permanecer na porta

⁴³ Cf. LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 100.

⁴⁴ Cf. HUBERT, J. *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 93.

da igreja, descalço e sem capa. Muitas vezes o penitente não tinha condição de saúde para pagar a penalidade resultante de seu pecado, o que fez com que a Igreja, com o tempo, fosse abrandando as penas impostas aos penitentes, mas as indulgências permaneceram.

O sacramento da penitência era o lado subjetivo do sacramento da missa. Por meio dele, a Igreja provia não apenas a absolvição da culpa, mas também o meio para satisfazer ações desordeiras e religiosamente ofensivas das pessoas. Afirma-se que a ideia da expiação dos pecados por meio da oferta de uma satisfação comensurada tem raízes alemãs e feudais. Prática secular penal permitia a “redenção” de uma punição por dinheiro. A plicada à prática religiosa, isso queria dizer que um jejum poderia ser substituído pelo custo da refeição ou uma peregrinação, pelo custo da jornada.⁴⁵

A prática das indulgências se alastrou e, a partir do século XIII, surgiram também as indulgências pelos fiéis defuntos, corroboradas por teólogos e canonistas. Alguns sugeriam que as indulgências poderiam ser aplicadas até mesmo em pecados mortais, de maneira que, tendo o dinheiro necessário para que fossem concedidas as indulgências, os pecados estariam perdoados. A mentalidade popular, induzida por alguns pregadores, distorcia o significado de indulgência (remissão da penalidade temporal imposta pela Igreja por causa do pecado) como um bilhete de entrada para o céu⁴⁶ Desta maneira, as indulgências, que surgiram como alternativas a certas penalidades muitas vezes exageradas, acabaram se tornando uma fonte de renda muito atrativa para o clero.

Percebendo a rentabilidade da venda das indulgências, a nobreza (principalmente a nobreza alemã) resolveu tomar parte na sua arrecadação proibindo a prática em seus territórios caso nada recebessem, ou oferecendo facilidades quando tomavam parte nos lucros. Até mesmo o Duque Jorge da Saxônia, inimigo público de Lutero, proibiu a venda de indulgência em seu território por não conseguir um acordo financeiro que o satisfizesse.⁴⁷

Em 1507, Júlio II iniciando a construção da nova Basílica de São Pedro, concedeu indulgências a quem ajudasse com esmolas a financiar suas obras. Este ato foi confirmado e renovado por Leão X, em 1514. Na Alemanha, Alberto de Brandemburgo em 1513, aos 23 anos, já era arcebispo de Magdeburgo e administrador apostólico da cidade de Halberstadt, quando em 1514 o capítulo de Mogúncia reivindicou também para Alberto o episcopado desta cidade, função muito desejada, pois traria consigo a importante qualidade de príncipe eleitor. Porém, além da complicação da acumulação de cargos,

⁴⁵ LINDBERG, C., *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 100.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 102.

⁴⁷ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 96.

proibida pela Igreja (o que não seria problema para Leão X desde que fosse resolvido financeiramente), essa nomeação obrigava um pagamento a Roma da ordem de 14000 ducados para a confirmação do cargo e do pálio de arcebispo. Teve que pagar também um adicional de 10000 ducados para poder acumular os cargos para os quais havia sido indicado. Tal embaraço só pôde ser resolvido recorrendo ao banco da família Függer. O arcebispo recorreu a um empréstimo de 29000 florins de ouro renano, que seria pago com juros. O acordo foi fechado com a condição que o arcebispo aceitasse, por oito anos, a venda de indulgências a favor da igreja de São Pedro em sua região.⁴⁸ Para pagar os Függer e o Imperador, Alberto teria que conseguir a soma de 52286 ducados.

A pregação das indulgências se transformou assim num grande negócio comercial no qual envolveram-se diversas pessoas: Alberto de Brandemburgo (que podia reter cerca de metade da renda conseguida com as ofertas), os Függer (que deviam recuperar o empréstimo com juros), o papa (para a Basílica de São Pedro), e até o Imperador (que reservara 2143 florins para o próprio caixa).⁴⁹

Os Függer enviavam pessoas de sua confiança para supervisionar os pregadores de indulgência e se certificar que estavam recebendo sua parte. Essas pessoas já confiscavam sua parte diretamente dos pregadores, quando recebiam o dinheiro devido à comercialização das indulgências.⁵⁰ Johannes Tetzel chegou a Juerberg, cidade próxima de Wittenberg em abril de 1517, com o objetivo de pregar a indulgência.

O dominicano Johannes Tetzel (1465-1519) foi um exímio vendedor de indulgências, oferecendo a passagem para o céu, inclusive para os mortos no purgatório. Tetzel ensinava corretamente que a indulgência é remissão apenas da pena imposta pela Igreja, mas nem sempre se mantinha dentro da ortodoxia, exagerando no alcance das indulgências. Uma frase sua, muito usada e conhecida na época era: “mal a moeda cai na caixa de esmolas, a alma é libertada do Purgatório”.⁵¹ Tetzel obteve muito sucesso e era procurado por fiéis nas cidades em que adentrava. Sua entrada em uma cidade era algo grandioso: algumas semanas antes, já era anunciada sua chegada, que era cheia de pompa, com trombetas, tambores, bandeiras e um grande cortejo. Seus sermões nas praças e igrejas versavam sobre a dor dos parentes mortos pagando seus pecados no purgatório, pedindo pela intercessão dos vivos. Salientava o quanto seria piedoso por parte do povo

⁴⁸ Cf. MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, I - O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 130.

⁴⁹ ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 73.

⁵⁰ Ibidem, p. 73.

⁵¹ Cf. MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, I - O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 131.

ajudar seus mortos e isso poderia ser feito com missas, intercessões e, principalmente, indulgências.⁵² Tetzel já tinha de antemão, antes de entrar em uma região, um levantamento sóciofinanceiro que o indicava os valores pelos quais uma indulgência poderia ser negociada.

A quantia em dinheiro a ser oferecida, para se enquadrar nessa última disposição, era minuciosamente estabelecida, tomando-se por base os bens que o ofertante possuía: 25 ducados para os muito ricos, 3 para os ricos, 1 ducado para os artesãos, meio ducado para os artesãos pobres e para os lavradores; os pobres não precisavam doar nada, mas deviam oferecer preces e jejuns.⁵³

Tetzel não podia entrar em Wittenberg, pois Frederico III o proibira para que suas indulgências não rivalizassem com as muitas relíquias e indulgências do próprio Frederico. Porém, os exageros de Tetzel chegaram aos ouvidos de Lutero por intermédio do testemunho de seus penitentes que diziam não precisar mais de missa, confissão ou penitência, pois já haviam comprado de Tetzel sua entrada no paraíso.

Lutero, como pastor preocupado com a salvação das almas de seus paroquianos, acreditou que precisava adverti-los a respeito do exagero e da falsa doutrina pregada por Tetzel.

No início, segundo o próprio Lutero, pregava com prudência por não saber exatamente do que se tratavam as indulgências e pela pouca informação que tinha de sua comercialização. Depois de tomar conhecimento, começou a pregar fervorosamente contra as indulgências, pela verdadeira penitência e conversão. Em seu tratado *De Indulgentiis*, Lutero afirma que a indulgência trata unicamente da remissão da pena aplicada pela Igreja ao penitente, pelo seu confessor, não diminuindo a culpa perante Deus e nem a ação de sua Graça. Sendo assim, a culpa seria afetada somente por uma verdadeira e sincera conversão com o desapego do pecado. Desta maneira, não é possível redimir-se somente com indulgências. Lutero atribuiu as pregações de Tetzel, inicialmente às convicções pessoais deste, porém ao tomar conhecimento da *Instructio Summaria* do arcebispo de Mogúncia a respeito das indulgências, percebeu que Tetzel pregava segundo instruções oficiais da Igreja.⁵⁴ A ação de Tetzel nos arredores de sua comunidade e o conteúdo da *Instructio Summaria* só vieram a fortalecer sua convicção dos erros que estavam sendo pregados e o levaram a elaborar as 95 teses, nas quais tratou mais

⁵² Cf. LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 102.

⁵³ ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 74.

⁵⁴ Cf. HUBERT, J. *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 100.

especificamente das indulgências, sugerindo uma discussão acadêmica a respeito do assunto.

1.2.3 As 95 teses e as 5 Solas

Segundo a tradição, Lutero teria afixado suas 95 teses sobre as indulgências nas portas da Igreja de Wittenberg na véspera do Dia de Todos os Santos (dia 31 de outubro) de 1517. Porém, muitos autores condenam essa ideia, já que quem a divulgou foi Melanchton, em seus escritos de 1546. E Melanchton só chegou a Wittenberg em 1518, após a divulgação das 95 teses.⁵⁵ Lutero as enviou aos bispos imediatamente interessados para que houvesse um debate acadêmico. Não fosse assim, não as redigiria em latim em um lugar onde a grande maioria das pessoas mal sabia ler o alemão. Eram teses acadêmicas, redigidas com o propósito de gerar debates sobre seus temas.

Sua intenção já pode ser sentida na introdução:

Por amor à verdade e no empenho de sondá-la, as seguintes proposições deverão ser discutidas em Wittenberg, sob a presidência do digníssimo padre Martinho Lutero, Mestre das Artes e da santa Teologia e catedrático dessa disciplina nessa localidade. Portanto, ele solicita que os que não puderem estar presentes para debater conosco oralmente o façam, mesmo que ausentes, por escrito. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo, amém.⁵⁶

A introdução às 95 teses mostra claramente que a intenção não era afrontar a Igreja ou o Papa, mas sim promover um debate acerca de assuntos que Lutero condenava, por achar que não eram apropriados à Igreja e a seus fiéis, que buscavam salvação com a compra de indulgências. Em seu texto ele afirma que a remissão da culpa cabe somente a Deus, após se apresentar em confissão a um sacerdote. O papa não tem o poder e nem a função de perdoar ninguém e nem pode dispensar almas do purgatório.

O papa não quer nem pode absolver pena alguma, com exceção daquela que ele mesmo impôs, seja por arbítrio próprio, seja por meio de cânones (tese 5). Deus não perdoa a culpa de ninguém, sem que ao mesmo tempo o subordine, em total humildade, ao sacerdote, seu vigário (tese 7). Portanto, os pregadores de indulgências erram ao dizerem que, mediante a indulgência do papa, o homem é perdoado e liberto de todas as penas (tese 21). Com efeito, o papa não dispensa as almas do purgatório de uma única pena que segundo os cânones deveria

⁵⁵ Segundo HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia* Tomo V, 1972, p. 101, ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., 2011, p. 73, LINDBERG, C. *História da Reforma*, 2017, p. 103 e KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, 2014, p. 256, a afixação nas portas da Igreja de Wittenbrg não passa pura especulação. A divulgação teria sido feita por amigos, de forma impressa ou manuscrita e em pouco tempo se tornaram muito conhecidas na Alemanha e além de suas fronteiras. Lutero mesmo teria ficado surpreendido com o alcance de sua publicação.

⁵⁶ LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 39.

ter sido paga nesta vida (tese 22). Todo cristão que se arrepende verdadeiramente recebe pleno perdão da pena e da culpa, mesmo sem carta de indulgência. (tese 36).⁵⁷

Lutero assim, combate os exageros das indulgências e das remissões de culpas pregadas para fomentar suas vendas, confirmando a necessidade da confissão e do verdadeiro arrependimento, não admitindo uma correlação entre as penas eclesiásticas e as determinadas por Deus, mantendo-se dentro da teologia de então, que era nominalista e dizia que nem mesmo a absolvição sacramental seria capaz de apagar a culpa e a pena eterna, apagaria somente as já cometidas e perdoadas. Lutero separa a ação do humano, mesmo eclesiástico, da ação divina. Para ele Deus tomaria o trabalho da Igreja como uma ação humana saudável por Ele regida.⁵⁸

Ainda assim Lutero não rejeita por completo a indulgência como forma de perdão das penas aplicadas pela Igreja, “Por isso, quando o papa declara “pleno perdão de todas as penas”, ele simplesmente não está se referindo a todas, mas apenas àquelas que ele mesmo impôs” (tese 20).⁵⁹

O texto, apenas parcialmente homogêneo, não pode ser considerado um documento estritamente reformador, embora resplandeçam nele traços fundamentais de sua nova teologia, como na questão da autoridade eclesiástica, que é claramente relativizada, mas também na acentuação da obra salvífica de Cristo. É possível falar de uma maciça redução da atual doutrina da indulgência que, em si, como o mostram os eventos seguintes, continha material explosivo, que detonou na evolução desse pensamento. Lutero explicou as teses em 1518 numa breve pregação, o *Sermão sobre indulgência e graça* (*Sermon von Ablass und Gnade*), bem como, detalhadamente, para o Papa Leão X nas *Resolutiones disputationarum de indulgentiarum virtute*, naquele mesmo ano. Mas então já havia se iniciado uma evolução que trouxe admiráveis consequências.⁶⁰

Aparentemente a preocupação de Lutero era pastoral, afinal alertou Albrecht von Brandenburg, supondo que Teztel estava corrompendo e abusando da autoridade da Igreja a ele outorgada como pregador das indulgências. Em sua carta, que julgou ser um dos documentos mais importantes de sua vida, pede que sejam feitas correções aos pregadores de indulgências.

A formulação da carta é cuidadosa. Menciona todos os títulos do arcebispo e não se cansa de acentuar a indignidade do missivista, que “tem o dever de temer a seu Senhor e Pastor em Cristo”. Diz ter vacilado

⁵⁷ LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 40, 41 e 43.

⁵⁸ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972, p. 103.

⁵⁹ LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 41.

⁶⁰ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola: Paulus; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2014, p. 256.

muito tempo, mas que agora sua consciência o estava impelindo. Relata o que ouviu e afirma, expressamente, não ter ouvido os sermões de Tetzl. Preocupa-se, porém, com o fato que muitas pessoas foram induzidas ao erro pelos sermões e imaginaram falsidades. “Com tais ensinamentos, as pobres almas que estão sob tua proteção, amado pai, são levadas à morte.” Exalta-se e vai além da humildade contida nas formulações introdutórias e concluintes da carta: o arcebispo terá que prestar contas do desastre que está acontecendo. Anexa suas teses e menciona os pontos principais.⁶¹

Lutero mesmo ficou impressionado e surpreso com a dimensão que a divulgação de suas teses tomou. Suas teses foram vistas como um ataque direto à autoridade papal e isso o tornaria passível da acusação de heresia. Leão X, de início, pareceu não se incomodar muito com os escritos de um pequeno monge e os enviou ao teólogo dominicano Silvestro Mazzolini, conhecido como Prierias, que rebateu as 95 teses com formulando um documento resposta (*In praesumptuosas Martinii Lutheri conclusiones de potestate papae dialogus*) e chamando Lutero de herege.⁶² Lutero, de início, nada temeu, pois não via em suas teses um ataque direto à Igreja.

Pensou que poderia debater suas “opiniões”. Na realidade, o cartaz com suas 95 teses era pura dinamite. Não questionou as indulgências, mas mostrou sua insignificância. Não questionou a autoridade papal, mas limitou seus poderes. Não negou a doutrina do “tesouro da igreja”, mas anunciou que o verdadeiro tesouro da igreja é “o evangelho da glória e da graça de Deus”. E ali inseriu uma formulação política: “Esse tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos. Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros”. Reproduz o que ouve do povo: por que o Papa não dá a indulgência de presente ou invés de vende-la? Por que não constrói a Basílica de São Pedro com meios próprios? Por que não esvazia de vez o purgatório se tem tanto poder sobre ele?⁶³

Apesar de não ver problemas nenhum em suas teses e de não dar muita importância à resposta de Prierias, Lutero foi intimado a comparecer a Roma em um prazo de 60 dias para se defender da acusação de heresia. Contudo, devido a problemas políticos envolvendo o Papa Leão X e sua vontade de impressionar príncipes seculares com o objetivo de finalizar as obras da Basílica de São Pedro, Lutero escapa de uma condenação mais rigorosa, como foi a de Jan Huss.⁶⁴

Lutero, por intermédio de seu protetor, o príncipe Frederico III, fundador da Universidade de Wittenberg, conseguiu ser ouvido pelo Cardeal dominicano Caetano, em

⁶¹ DREHER, M. *De Luder a Lutero – Uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, p. 88.

⁶² LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 103.

⁶³ DREHER, M. *De Luder a Lutero – Uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, p. 96.

⁶⁴ Cf. LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 106.

Augsburg. Porém, ao contrário do que pensava Lutero, que queria um debate, Caetano veio com a missão de conseguir retratação da parte de Lutero, o que acabou não acontecendo. Lutero recorre ao Papa e acaba, posteriormente, sendo confrontado por João Eck, vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt. Com os ânimos acirrados, as posições de Lutero acabam se definindo (como a falibilidade papal e a *Sola Scriptura*). Finalmente, em 15 de junho de 1520, a bula de Leão X *Exurge Domine* reconhece como válidas 54 teses e exige que Lutero se retrate das outras 41 teses. Lutero queima publicamente a bula e definitivamente se opõe à Igreja Católica.

1.2.4 O Sacerdócio Universal do Crente

Lutero estava convencido de que sua missão era combater o mal presente na Igreja Católica com suas normas e superstições agregadas por desejo humano por séculos de ignorância e más intenções dos Papas de Roma, seus bispos e cardeais. A Igreja, segundo Lutero, não está sujeita ao comando e direção do Papa, mas pertence somente a Cristo, que é a cabeça de sua Igreja invisível, formada por todos os seus membros. Essa Igreja não deve se apresentar como uma sociedade civil com direitos legais, mas deve ser entendida como uma comunidade existente unicamente devido à fé em Cristo Jesus.⁶⁵

Sua facilidade em escrever, utilizando tanto o latim quanto o alemão (seu alemão era de fácil assimilação pelo povo), fizeram que seus textos fossem bem aceitos por uma Alemanha já predisposta a não aceitar mais imposições vindas de Roma. A imprensa também muito ajudou na divulgação de seu trabalho.

Sua capacidade de produzir textos foi louvada por amigos e inimigos e é fonte inesgotável de pesquisas. Lutero chegava a produzir entre vinte e trinta publicações por ano. Houve época em que três impressores editavam, ao mesmo tempo, seus textos. [...]

Tudo o que Lutero escrevia era publicado, até mesmo o mais insignificante “bilhete”, como ele chegou a escrever. Em resposta à sua produção, surgiu também uma infinidade de panfletos, livros, teses, antíteses, ataques, defesas. Se no século XXI nos queixamos que a produção de livros é interminável e as bibliotecas já não dão conta de cataloga-los, podemos ter certeza de que o início desse dilúvio remonta aos dias da Reforma.⁶⁶

Lutero já havia demonstrado sua oposição ao papado em textos escritos como resposta a Agustinus Alvedt e Silvestro Mazzolini da Prierio onde afirmou que a Igreja

⁶⁵ Cf. KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014, p. 268.

⁶⁶ DREHER, M. *De Luder a Lutero – Uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, p. 139.

não teria relação com a hierarquia e chegou a afirmar que o Papa seria o anticristo.⁶⁷ Contudo, os escritos nos quais Lutero mostrou definitivamente sua ruptura com Roma e com o Papa vieram em 1520: *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão, Do Cativo Babilônico da Igreja e Da Liberdade do Cristão*.

O primeiro desses escritos, talvez o mais polêmico, foi *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*, no qual Lutero questiona o poder eclesiástico, o direito exclusivo do Papa e do magistério da Igreja de interpretar as Escrituras e a convocação de concílios unicamente pelo Papa. Diz Lutero:

Para abater o primeiro obstáculo, basta proclamar a doutrina do “sacerdócio universal” de onde todos os cristãos, negando que existam dois “estados”, o espiritual e o mundano, pois existe apenas um, o espiritual, e por isso todos são iguais e todos são papa, bispo e sacerdote. A única distinção possível é a das funções, que são determinadas pela comunidade que elege o próprio pároco, (bispo) e o encarrega da função sacerdotal (pregação e sacramentos), com a prerrogativa de poder depô-lo, se ele se mostrar indigno.⁶⁸

Lutero se coloca contra a hierarquia da Igreja e afirma que a Igreja deveria ser formada por grupos de cristãos que se encontrariam para estudo da Palavra, oração e apoio mútuo. Com isso, Lutero não sugere o fim dos Ministros da Palavra (que pregariam as Escrituras e administrariam os sacramentos), mas afirma que estes seriam fundamentais para o desenvolvimento e fortalecimento da fé⁶⁹, porém seriam escolhidos dentre os membros da comunidade, com esse ofício específico, assim como são os ofícios de um outro trabalhador qualquer da mesma comunidade. Segundo Bayer, M., assim se entende o ministério da Palavra, em Lutero:

Do ministério da palavra, que funda a igreja, fala-se – bem no sentido da teologia de Lutero – em concisão clássica no artigo 5 da Confissão de Augsburgo, diversas vezes mencionado: “Para conseguirmos essa fé (justificadora), instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos (...)” Contrariamente à aparência inicial – o uso da palavra “ofício da pregação” parece sugerir isso –, não se fala aqui apenas do ministério vinculado à ordenação, o ministério pastoral; desse se fala, num ponto já mais distanciado, no artigo 14, o qual registra “que sem chamado regular ninguém deve publicamente ensinar ou pregar ou administrar os sacramentos na igreja”. O artigo 5 não fala especificamente do ministério pastoral, mas bem basicamente do *ministerium (...) evangelii*, isto é, do ministério da palavra, como ele foi confiado a todo batizado, de acordo com 1 Pe 2.9s, todo batizado está autorizado e tem o dever de proclamar o ato de libertação de Deus

⁶⁷ Cf. DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, 2014, p. 117.

⁶⁸ ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011, p. 82.

⁶⁹ Cf. BARRET, M. *Teologia da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 511.

acontecido em Jesus Cristo. A palavra não depende do ministério, mas o ministério depende da palavra vocacionadora – assim como todos os ministérios na igreja dependem da palavra vocacionadora. A palavra já é o fundamento da criação; ela também é o fundamento da nova criação, da comunidade dos santos. Portanto a palavra nunca é posse da igreja ou de alguma forma integrada nela ou subordinada a ela; ela é, antes, o fundamento da igreja.⁷⁰

Lutero faz um julgamento acerca do papel dos sacerdotes e leigos, defendendo que não existe diferença entre as ordens temporais e espirituais, de modo que sacerdotes e leigos seriam iguais e os sacerdotes seriam apenas funcionários da sociedade cristã, responsáveis pela educação espiritual de pequenos grupos sob sua jurisdição. Esses sacerdotes seriam eleitos dentre os membros da comunidade e também poderiam ser afastados de seu cargo, voltando à sua ocupação original, qualquer que fosse. Não caberia somente ao clero decidir o rumo da igreja, mas a toda a comunidade, sem privilégios ou hierarquia, devido à posição espiritual ocupada por seus integrantes. Desta maneira, até mesmo a exegese dos textos bíblicos não caberia unicamente aos sacerdotes, mas a todo o povo. Essa postura de Lutero mostrou um confronto claro e direto ao papa, aos bispos e a toda a hierarquia da Igreja Católica. Desta maneira, ele afirma que seria desnecessário um estado clerical especial, rompendo com a eclesiologia católica e, conseqüentemente, com a primazia papal. O direito da Igreja em relação à nobreza também caía por terra, já que o papa não teria poder nenhum sobre os territórios e seus governantes.

Afirma Lutero:

Os romanistas, com grande destreza, edificaram três muros ao redor deles, com os quais têm se defendido de modo que ninguém tenha conseguido reforma-los. Isso tem sido a causa da terrível queda de toda a cristandade. Em primeiro lugar, quando pressionados pelo poder secular, estabeleceram decretos e afirmaram que o poder secular não tem jurisdição alguma sobre eles; pelo contrário, o poder espiritual está acima do poder secular.⁷¹

Contestando a posição da Igreja sobre a superioridade do poder temporal, Lutero tira todo o prestígio do Papa perante a nobreza, não só da Alemanha, mas de todo o ocidente, causando prejuízo político e também econômico, fato este que foi muito bem aceito em uma Alemanha que não suportava o fato de ter que pagar tributos à Roma.

Continua Lutero, em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*:

⁷⁰ BAYER, O. *A Teologia de Martin Lutero: uma atualização*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007, p. 186-187.

⁷¹ LUTERO, M., *Martinho Lutero, Uma Coletânea de Escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2107, p. 91.

É pura invenção que o papa, os bispos, padres e monges devam ser chamados de “classe espiritual; príncipes, senhores, artesãos e camponeses de “classe secular”. Isso é, de fato, uma invenção e um engano muito sutil. Ainda assim, ninguém deve ser intimidado por isso; e por este motivo: na verdade, todos os cristãos são a “classe espiritual”, e não há entre eles diferença alguma, a não ser a ocupação que possuem, como Paulo afirma em 1 Coríntios 12.12: somos todos um único corpo, ainda que cada membro tenha seu próprio trabalho, por meio do qual serve os outros. Como consequência, temos um batismo, um evangelho, uma fé e somos cristãos da mesma classe; pois o batismo, o evangelho e a fé, e só eles nos tornam “espirituais” e um povo cristão. Entretanto, que o papa ou um bispo unge, tonsura, ordena, consagra e se veste de modo distinto dos leigos, isso pode gerar hipócritas e ídolos, porém jamais gera um cristão, ou uma pessoa “espiritual”. Portanto, por meio do batismo todos somos consagrados como sacerdotes, como Pedro afirma em 1 Pedro 2.9; “vós sois geração eleita e sacerdócio real”, e o livro de apocalipse: “por meio do teu sangue nos constituístes sacerdotes e reis” (Ap 5.10). Assim, se não houvesse uma consagração superior concedida pelo papa ou pelos bispos, essa consagração por eles jamais tornaria alguém padre, nem autorizaria alguém a celebrar missa, pregar um sermão ou conceder absolvição. [...] Para tornar isso mais claro: se um pequeno grupo de cristãos leigos e piedosos fosse capturado e colocado em um deserto e não tivesse entre eles padre algum consagrado por um bispo, e ali no deserto eles concordassem em escolher um deles, casado ou solteiro e o encarregassem do ofício de batizar, celebrar a missa, absolver e pregar, tal homem seria de fato padre como se todos os bispos e padres o tivessem consagrado. [...] Foi dessa maneira, mencionada anteriormente, que os cristãos no passado escolheram entre eles bispos e padres, que eram depois confirmados por outros bispos, sem todas as cerimônias atuais. Foi assim que Santo Agostinho, Ambrósio e Cipriano se tornaram bispos.⁷²

Esse texto de Lutero deixa bem claro sua posição em relação à ordenação sacerdotal e o papel do sacerdote na comunidade, tira o caráter espiritual da ordenação dos padres, assim como dos bispos e até mesmo do Papa. Lutero rompe com a hierarquia e sugere que esta hierarquia não só é desnecessária, como é também uma “invenção” da Igreja Católica Romana, que dividiria a humanidade em duas classes e colocaria em superioridade a “classe espiritual”, formada pelos monges, padres, bispos e o Papa. Para Lutero todos os cristãos são iguais, como o papel de sacerdote adquirido com o batismo. Ou seja, todo cristão batizado é um sacerdote e tem a obrigação de assim permanecer. A igreja, segundo Lutero, não deve mais ter divisão entre leigos e clero. Todos são clero, todos são sacerdotes. O ministério não é mais um estado, mas um ofício de um dos membros da comunidade.

Diz Dreher, M.:

⁷² LUTERO, M, *Martinho Lutero, Uma Coletânea de Escritos*, São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 92-93.

O primeiro desses muros é a “invenção”, a diferença entre estamento espiritual e estamento temporal, distinguindo entre papa, sacerdotes, gente dos mosteiros, de um lado, e príncipes, senhores, artesãos e agricultores, do outro. Que ninguém se deixe “intimidar” por tal diferenciação, pois “todos os cristãos são verdadeiramente do estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles a não ser a força do ofício, conforme Paulo diz em 1 Coríntios 12.12ss: “Todos somos um corpo, porém cada membro tem sua própria função com a qual serve os outros”.

O espiritual só tem um “ministério”. Através do batismo somos todos espirituais, chamados e ordenados ao sacerdócio: “Pois quem saiu do batismo pode gloriar-se de já estar ordenado sacerdote, bispo e papa, se bem que não convém a cada um exercer esse ofício”. O sacerdote só é sacerdote enquanto exerce seu ministério. Quando for demitido, é camponês ou burguês como os demais, pois o caráter indelével do sacerdote é invenção. Um sapateiro, um ferreiro, um lavrador, cada um tem um ofício e a ocupação próprios de seu trabalho [...] e cada qual deve ser útil e prestativo aos outros com seu ofício e ocupação.” Assim surge uma comunidade na qual os membros do corpo servem uns aos outros.⁷³

Dessa maneira, nenhum cristão precisa de mediadores humanos, pode-se chegar a Deus livremente. Afinal, todo crente tem acesso a direto a Deus e o ministério eclesiástico não pode ser uma instituição, mas deve caminhar junto à congregação, à comunidade sacerdotal, diferenciado somente pela função exercida, não havendo assim um caráter especial com propriedades salvíficas devido à posição sacerdotal. Afinal, sacerdotes são todos os membros da comunidade.

Conclusão

Desde que o cristianismo foi aceito e imposto como religião oficial do Império Romano, a hierarquia eclesiástica já estava estabelecida, com o topo ocupado pelo Papa e pelos bispos, e os leigos, naturalmente, na camada mais baixa. O clero, formado pelo Papa, bispos, padres e monges estavam ligados a um poder espiritual que se sobrepunha ao poder secular ocupado pelos leigos. Cabia ao clero administrar os sacramentos e o ensino religioso e espiritual, enquanto os leigos deveriam procurar seu trabalho no mundo, no ambiente profano e inferior ao sagrado. Essa diferenciação entre clero e leigos foi aceita como divinamente estabelecida e assim perdurou por séculos. Não havia intenção ou estímulo algum para que os leigos questionassem sua posição na Igreja.

Os exageros vistos por Lutero na Igreja, principalmente em relação às indulgências o levaram a propor mudanças que, segundo ele, visavam combater “superstições”

⁷³ DREHER, M. *De Luder a Lutero – Uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017, p. 142-143.

incluídas pelos homens ao longo dos séculos. Lutero propõe, com suas 95 teses, um debate sobre esses erros e, a partir de sua publicação, continua escrevendo e propondo suas ideias e reformas que acreditava que levariam ao retorno a uma igreja sem práticas criadas pelos homens, sem inspiração divina.

Lutero em sua obra *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão* propôs que não existia essa divisão entre as classes clericais e o laicato, que não era verdade que cabia ao clero a responsabilidade espiritual e ao leigo, o ambiente profano. Não admitia que se reservasse um caráter sagrado ao clero ou uma superioridade em relação aos leigos, rejeitando a hierarquia católica e a primazia papal. O sacerdócio universal de todos os crentes propôs a primazia do crente, dando a ele o papel de sacerdote, responsável pela Palavra de Deus e protagonista na Igreja, o que nunca havia sido imaginado pela Igreja Católica.

Caberia a todo batizado o papel de sacerdote e portador da palavra, dando ao laicato uma responsabilidade nunca antes pensada pelo clero ou pelo povo. O papel de ministro da Palavra (educação religiosa, pregação e administração dos sacramentos) ficaria delegada a um membro da comunidade preparado especialmente para isso. Mas seria somente uma função de um dos elementos da comunidade e não uma classe especial, dotada de um caráter sagrado.

Assim, o papel de pregar e divulgar a palavra sairia das mãos de umas poucas pessoas privilegiadas e seria dividida por todo o povo de Deus, povo este que é testemunha do Senhor e porta voz da palavra de Jesus Cristo. Dispensa-se a hierarquia e eleva-se o santo sacerdócio de todo crente iluminado pelo poder do Espírito Santo.

Cinco séculos mais tarde, com o fiel leigo ocupando papéis mais atuantes na evangelização, a Igreja Católica virá a repensar o protagonismo do fiel leigo e o assunto será tratado no Concílio Vaticano II, principalmente em dois documentos: Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e Decreto Apostolicam *Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos. Todo católico é, pelo batismo, sacerdote e o papel dos fieis leigos passará a ser valorizado e tido como fundamental na sociedade civil.

CAPÍTULO II

VATICANO II, LUMEN GENTIUM E O POVO DE DEUS

Introdução

Neste capítulo pretende-se mostrar como evoluiu o conceito de Igreja desde o final do século XIX, passando por guerras, revoluções, rupturas, nacionalismos, ideologias e mudanças sociais até a metade do século XX, como Concílio Vaticano II acontecendo em meio à guerra fria.

De início será analisado o momento histórico que cercou o Concílio Vaticano I, suas preocupações, e as correntes de pensamento que afligiam a Igreja no século XIX. A interrupção desse concílio devido à guerra franco-prussiana e o resultado dessa interrupção. A subordinação inquestionável ao papa e sua infalibilidade e seus resultados. Pretende-se também fazer uma rápida análise do período entre guerras e como isso modificou a Igreja.

A seguir, a evolução da Igreja no século XX e o difícil pontificado de Pio XII antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial, sua luta para carregar um fardo suficientemente pesado para um pastor de uma Igreja constantemente ameaçada política e até fisicamente. Posteriormente, será apresentado um panorama histórico da Segunda Guerra Mundial e finalmente o Concílio Ecumênico Vaticano II, com suas inovações e o Sacerdócio Comum.

Pretende-se demonstrar que a Igreja passa a ter sobre si uma outra visão, mais próxima de seu povo, mais via e participativa e que esta mesma Igreja, outrora fechada às novidades e a outras dominações religiosas, passa a desejar um papel mais ativo de seus fiéis, assim como mostra o desejo de interagir com outros cristãos, com diferentes denominações religiosas e com o mundo moderno. Exige-se da Igreja um necessário *aggiornamento* para que possa conviver com a sociedade moderna e com as mudanças pelas quais estava passando. Assim escreve Kaufmann:

O concílio Vaticano representa para a Igreja, o fim de um processo e, por outro, também o início de uma nova época. Às vésperas do Segundo Vaticano, o antimodernismo e o integralismo já tinham perdido em grande parte sua influência marcante sobre a direção da Igreja e o povo católico. Pio XI e Pio XII já haviam analisado a possibilidade de dar continuidade ao concílio Vaticano I que fora apenas adiado. Mas coube só a João XXIII convocar a Igreja para um movimento de abertura, ao

qual deu o nome de *aggiornamento*. Muitos tinham ansiado por esse ato ou o tinham temido como uma ruptura de dique quem com o passar do tempo, haveria de provocar inclusive “efeitos colaterais” não intencionados.⁷⁴

Pode-se afirmar que os acontecimentos e mudanças sociais desde o final do século XIX, passando pela revolução industrial, com a encíclica *Rerum Novarum*, o Vaticano I e a infalibilidade papal, sua inesperada interrupção, o modernismo, o liberalismo, as duas grandes guerras, a Questão Romana e a guerra fria, criaram uma árdua estrada pela qual caminhou a Igreja até o Vaticano II. As situações, os problemas, as ideias, as mudanças sociais, tudo contribuiu para a nova visão que a Igreja teria de si durante o Vaticano II. “O concílio Vaticano II é o último de vinte concílios, mediante os quais a Igreja Católica definiu a própria caminhada na história; ele é o último dessa longa corrente, marcada pelas experiências e pela herança do passado”.⁷⁵

Sobre as mudanças sociais que ocorreram sobretudo na Europa nos anos que antecederam o Concílio Vaticano II, analisa Souza;

O período que antecede o concílio Vaticano II revela uma sociedade repleta de mudanças. Em pouco tempo diversos acontecimentos trouxeram grandes transformações que afetaram a humanidade. O evento convocado pelo Papa Pio IX, O concílio Vaticano I (1869-1870), não chegou ao seu fim devido a uma guerra franco-prussiana. O fato particular é na realidade revelador de uma série de fenômenos que se pensava terem sido superados cinquenta anos antes...

O modo capitalista de produção, sustentado pelas técnicas da industrialização, inserir-se-ia de maneira sempre mais determinante por toda a sociedade. (...) Por meio do sistema industrial, criou-se um mercado mundial que favoreceu a penetração europeia em todos os países do mundo...

Poder-se-ia afirmar que o anúncio do concílio Vaticano II foi inesperado, sobretudo se comparado com os antecedentes históricos. Por outro lado, ao analisar os pontificados anteriores e a relação da Igreja com o mundo moderno, será possível constatar uma grande diferença entre alguns pontificados, como o de Pio XII e o de João XXIII. Roncalli, talvez sem consciência disso, foi um catalisador histórico dos tempos.⁷⁶

⁷⁴ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE Editora Sinodal, 2014, p. 348-349.

⁷⁵ ZAGHENI, G. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999, p. 341.

⁷⁶ SOUZA, N., Contexto e Desenvolvimento Histórico do concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Perspectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p. 17-18.

Todas essas mudanças levaram a Igreja, em sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, a apresentar-se para o mundo como Corpo Místico de Cristo, formado não só pela hierarquia, presidindo um povo passivo, mas por todo o Povo de Deus;

E assim como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cfr. 1 Cor. 12,12). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza e as necessidades dos ministérios para utilidade da Igreja (cfr. 1 Cor. 12, 1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submeteu também os carismáticos (cfr. 1 Cor. 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela coesão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente; e se algum membro recebe honras, todos se, alegram (cfr. 1 Cor. 12,26).

A cabeça deste corpo é Cristo. Ele é a imagem do Deus invisível e n'Ele foram criadas todas as coisas. Ele existe antes de todas as coisas e todas n'Ele subsistem. Ele é a cabeça do corpo que a Igreja é. É o princípio, o primogênito de entre os mortos, de modo que em todas as coisas tenha o primado (cfr. Col. 1, 15-18). Pela grandeza do Seu poder domina em todas as coisas celestes e terrestres e, devido à Sua supereminente perfeição e acção, enche todo o corpo das riquezas da Sua glória (cfr. Ef. 1, 18-23) (7).

Todos os membros se devem conformar com Ele, até que Cristo se forme neles (cfr. Gál. 4,19). Por isso, somos assumidos nos mistérios da Sua vida, configurados com Ele, com Ele mortos e ressuscitados, até que reinemos com Ele (cfr. Fil. 3,21; 2 Tim. 2,11; Ef. 2,6; Col. 2,12; etc.). Ainda peregrinos na terra, seguindo as Suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos nos seus sofrimentos como o corpo à cabeça, sofrendo com Ele, para com Ele sermos glorificados (cfr. Rom. 8,17).

É por Ele que «o corpo inteiro, alimentado e coeso em suas juntas e ligamentos, se desenvolve com o crescimento dado por Deus» (Col. 2,19). Ele mesmo distribui continuamente, no Seu corpo que é a Igreja, os dons dos diversos ministérios, com os quais, graças ao Seu poder, nos prestamos mutuamente serviços em ordem à salvação, de maneira que, professando a verdade na caridade, cresçamos em tudo para Aquele que é a nossa cabeça (cfr. Ef. 4, 11-16 gr.).⁷⁷

2.1 Pré Concílio

A Igreja, no século XIX, deve ser vista no contexto do liberalismo, do capitalismo e da Revolução Industrial, de uma visão com estrutura familiar patriarcal, baseada na felicidade individual, proporcionada pelo sucesso econômico. O sucesso econômico viria de um contrato social, no qual o cidadão produzia e a nação crescia economicamente, produzindo um Estado forte, sem a intervenção divina. Assim, havia uma separação entre

⁷⁷ LG, n. 7.

Igreja e Estado, onde a laicidade desse Estado não era vista pela população como algo prejudicial. Obviamente tal situação não era bem vista pela Igreja ⁷⁸.

No início, a modernização, que possibilitou ao homem dominar a natureza, produziu riqueza, atingindo praticamente todas as classes sociais. Porém, com o avanço da industrialização, os setores dominantes passaram a exigir e oprimir cada vez mais as camadas menos favorecidas, produzindo uma minoria muito rica e uma multidão de proletários, que trabalhavam não raramente em condições desumanas.

Por boa parte do século XIX, e, nos países onde o desenvolvimento se deu mais tarde, também nos primeiros decênios do século XX, os proletários são quase sempre oprimidos pela miséria e aviltados pelo trabalho desenvolvido em condições desumanas. Horários que, no início, chegam a catorze horas e dezessete horas, durante as quais o operário deve, via de regra, repetir mecanicamente o mesmo movimento, numa atmosfera física e moralmente nociva; recrutamento indiscriminado de mulheres e crianças, até abaixo dos seis anos; falta de qualquer segurança diante de acidentes e doenças; salários apenas suficientes para manter só o operário. Não a família; subalimentação; moradias insalubres e superlotadas nos aglomerados das cidades; eis as condições habituais da vida do proletário urbano, que Marx, no *Capital*, e Dickens, em seus romances, retrataram com realismo.⁷⁹

Para a Igreja, o liberalismo era o inimigo causador de todos esses males e deveria ser combatido. Junto com ele, veio a razão, que era o único Deus a ser adorado, como ser supremo e guia de todos os seres humanos. A Igreja reagiu aperfeiçoando posições teológicas e doutrinárias, condenando severamente as opiniões consideradas erradas, heréticas ou ofensivas e expondo a alternativa: o pensamento da Igreja. Assim, a Igreja passou a ser a “mestra, oferecendo respostas e normas de conduta, divulgados por intermédio de encíclicas. A maioria das encíclicas envolviam problemas locais, mas com o tempo, foram envolvendo um número cada vez maior de questões. Em relação às classes trabalhadoras, Leão XIII se mostrou favorável à luta por melhores condições de vida e de trabalho. O’Malley escreve:

Em 15 de maio de 1891, leão publicou a encíclica *Rerum Novarum*, “sobre a condição dos operários”. Embora proclamasse a propriedade particular um direito natural, insistiu em seus limites, na necessidade de um salário justo pela jornada diária e em condições decentes de trabalho; talvez mais notável, reconhecia que os trabalhadores tinham o direito de se organizar para alcançar seus objetivos. Isso significava que até certo ponto a ordem social devia ser formada por movimentos vindos de baixo e também por autoridade e poder descendo de cima a

⁷⁸ Cf. ZAGHENI, G. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999, p. 88.

⁷⁹ MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 27-28.

Rerum Novarum é uma longa encíclica na qual problemas são discutidos e plenamente desenvolvidos. Embora considere o socialismo e o comunismo não soluções e movimentos perigosos, fala em estilo plácido, livre do discurso bombástico.⁸⁰

Sobre contratos e salários, diz a encíclica:

Mas é mister julgar de modo diferente, quando ao caráter de personalidade se junta o de necessidade, que no pensamento se pode abstrair, mas na realidade não. Efetivamente, ficar em vida é dever universal de cada um, e faltar a ele é crime. Daí nasce necessariamente o direito de procurar as coisas com que a vida se sustenta; e para quem é de classe mais baixa a possibilidade disso provém do salário do seu trabalho. Sendo assim, ainda que o operário e o patrão façam livremente um contrato e cheguem inclusive a combinar o preço do salário, sempre subjaz algo que vem da justiça natural, maior e mais antiga que a livre vontade dos contratantes, a saber, que o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado. Mas se, constrangido pela necessidade ou forçado pelo receio de um mal maior, o operário aceita condições mais duras, que, mesmo não querendo, ele deve aceitar porque lhe são impostas pelo patrão ou empregador, então é isto certamente sofrer uma violência contra a qual a justiça eleva seu clamor.⁸¹

É verdade que alguns setores católicos posicionaram-se contra Leão XIII e a encíclica, afirmando que o Papa deveria se manter ao lado dos governantes e não se envolver em causas operárias. Porém a *Rerum Novarum* abriu espaço para que outros papas viessem a se envolver em questões sociais. Isso fez com que a autoridade do Magistério da Igreja ganhasse mais importância e respeito, o que viria a fortalecer a Igreja Católica do século XX.

Após a morte de Leão XIII foi eleito Giuseppe Sarto, o qual adotou o nome de Pio X, segundo ele em memória dos papas que teriam lutado contra os erros e seitas do passado. Seu pontificado se caracterizou por ser mais pastoral do que político, com reformas no ensino do catecismo, comunhão de crianças e organização de seminários.

Em 1914, morre Pio X e é eleito o papa Bento XV (Giacomo Giovanni Battista della Chiesa), que teve seu pontificado ofuscado pela Primeira Guerra Mundial. Procurou manter-se neutro e ofereceu uma proposta de paz em 1º de agosto de 1917, com conversações sobre desarmamento e o não pagamento de reparações de guerra. No entanto, não teve sucesso, os governos envolvidos não levaram em consideração a sua

⁸⁰ O'MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo, Edições Loyola, 2014, p. 75.

⁸¹ DENZINGER, H, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo: Paulinas/Loyola, 2006, n. 3270.

proposta. Sem possibilidades de negociação, Bento XV ocupou-se com as vítimas da guerra e com os desaparecidos.⁸²

Sobre as tentativas de negociar a paz e atitudes humanitárias de Bento XV e da Santa Sé, escreve Mondin:

Todos os seus prementes apelos pela paz não foram atendidos e faliram também todas as tentativas de mediação entre as grandes potências beligerantes, inclusive seu “apelo à paz” de 1917; Rússia, França e Itália não se dignaram nem mesmo a responder, ao passo que outras potências deram apenas respostas evasivas. As tentativas do papa surtiram talvez até efeitos contraproducentes. Cada passo, cada gesto que parecesse encaminhado a abreviar o conflito era bastante criticado por uma e por outra parte que visava à paz só depois da vitória e não a uma transação prematura. (...)

Mas, enquanto toda a atividade diplomática da Santa Sé durante o período bélico se revelou estéril e ineficaz, a sua atividade humanitária, expressão viva da caridade cristã, assumiu proporções gigantescas. O que o Vaticano conseguiu realizar durante e depois da guerra em favor dos prisioneiros, dos abandonados, dos feridos, dos desabrigados foi impressionante. A obra assistencial desenvolvida pelo papa foi realizada sem ligar para a identidade religiosa, nacional ou étnica dos necessitados. Essa linha de conduta encontrou um reconhecimento amplamente apreciado na elevação, em Constantinopla, de um grande monumento a Bento XV, em dezembro de 1921.⁸³

A Igreja ainda enfrentaria a crise entre guerras, a Questão Romana e a Segunda Guerra Mundial, com os pontificados de Pio XI e Pio XII, que mudaram todo o contexto social e geopolítico da humanidade e formaram a sociedade da época do Concílio Ecumênico Vaticano II.

2.1.1 O Concílio Vaticano I

O Concílio Vaticano I foi convocado pelo Papa Pio IX e ocorreu entre 8 de dezembro de 1869 e 20 de outubro de 1870, depois de ocorridos mais de 300 anos do final do Concílio de Trento. Teve que ser interrompido, mesmo no início de suas atividades, devido à guerra franco-prussiana e a ocupação de Roma pelos italianos, o que tornou impossível a continuação dos trabalhos. Assim, o Papa suspendeu os trabalhos, que

⁸² Cf. KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE Editora Sinodal, 2014, p. 160.

⁸³ MONDIN, B., *Dicionário Enciclopédico dos Papas: história e ensinamentos*, 1. Ed., São Paulo: Editora Ave Maria, 2007, p. 630-631.

deveriam continuar em uma época mais apropriada, o que nunca voltou a ocorrer. Escreve Alberigo:

O tempo transcorrido entre a conclusão de Trento e a convocação do concílio seguinte é o intervalo mais longo da história da igreja entre dois concílios gerais; mais de três séculos. Um eclipse tão prolongado explica-se pela importância e prestígio do Tridentino, que havia fornecido matéria para um longo e complexo esforço de reorganização do catolicismo, e pela imagem de organicidade e de coisa definitiva que as suas decisões adquiriram durante toda a contra-reforma. De outro ponto de vista. Pesou também a divisão do cristianismo ocidental, agravada pelo crescente conflito com a cultura moderna e com os Estados.⁸⁴

O contexto histórico e filosófico que marcou o Concílio Vaticano I, fez com que fosse um concílio com busca de “respostas” à modernidade. Segundo Souza,

No âmbito filosófico e teológico, deve-se considerar a emergência de diversas filosofias da modernidade, claramente marcadas por um antropocentrismo e pela centralidade da razão que redimensionou determinadas questões colocadas anteriormente de forma teológica, mas que foram colocadas com centralidade no homem concebido como sujeito histórico e livre. A razão, por sua vez, fora concebida como substituta da revelação e efetivamente autônoma em relação a Deus e à religião. Em contraposição ao racionalismo, surgiu o fideísmo, defendendo uma determinada “pureza” da fé, isentando-a da historicidade e de articulação com a razão.

Diante da avalanche da modernidade presente na Revolução Francesa e nas filosofias modernas, e de sua contraposição evidenciada no imaginário do concílio de Trento e do fideísmo, urge a necessidade de defender a fé de “erros modernos” e preservar o seu caráter revelador e sua credibilidade na história. A modernidade apresentava um novo espírito histórico e antropológico, que poderia abdicar de Deus e da religião, incidindo no ateísmo e na secularização, ou então poderia tornar a teologia efetivamente racionalista. O fideísmo e as forças antimodernas pretendiam afirmar Deus e a religião, submetendo a razão à fé ou até mesmo abdicando as razões para afirmar a fé. Dessa contraposição, resulta o movimento apologético, protagonizado pelo magistério eclesiástico, e que serviu para afirmar a fé em seu conteúdo sistemático e suscitar ainda mais a necessidade do Concílio Vaticano I, com o propósito de afirmar a fé e o magistério papal.⁸⁵

O Concílio Ecumênico Vaticano I foi aberto oficialmente na Basílica de São Pedro, em Roma, na solenidade da Imaculada Conceição de Maria, com a participação de 744 bispos, a grande maioria deles, latinos. Havia a dúvida sobre convidar ou não chefes de Estado e também ortodoxos e protestantes. Sobre isso, diz Zagheni:

⁸⁴ ALBERIGO, G., O Concílio Vaticano I (1869-1870), In: ALBERIGO, G. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015, p. 367.

⁸⁵ SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*, São Paulo: Paulus, 2013, p. 50.

Na fase de preparação do concílio surgiram dois problemas: se se devia ou não convidar os chefes de Estado e os não católicos. Quanto aos chefes de Estado, decidiu-se não convidar nenhum deles, mas deixar aberta a possibilidade de os que quisessem, participarem do concílio. Quanto aos ortodoxos e aos protestantes, decidiu-se enviar, junto com a Bula de convocação do concílio, uma carta exortando-os a retornarem à unidade romana, aproveitando a realização do concílio. O tom da carta, enviada aos bispos orientais, era duro e inoportuno; além disso, foi publicada pelos jornais antes mesmo de ser recebida pelo patriarca de Constantinopla, e isso tornou ainda mais antipática. Acrescentou-se que uma decisão do Santo Ofício de 17 de novembro de 1869 matava a ideia de instituir uma comissão especial que durante o concílio trataria com os não católicos, sobretudo com os anglicanos.⁸⁶

Porém o assunto que proporcionou mais controvérsias foi a questão da infalibilidade papal, já tratado em sínodos provinciais, mas considerado inútil por outros. Sobre isso, diz Kaufman:

Mal o concílio havia começado, os adeptos da infalibilidade alcançaram também seu segundo objetivo. Para a eleição da deputação decisiva que trataria das questões dogmáticas, elaboraram uma lista internacional, na qual não havia nem um único adversário da infalibilidade. Mesmo assim ficou logo claro que cerca de um quinto dos padres não aprovaria uma definição da infalibilidade papal. Como o regimento interno previsse até então que, em questão de fé, deveria haver uma unanimidade moral, tornou-se precaução de mudar o regimento do Vaticano I: para todas as decisões do concílio passou a ser suficiente a maioria simples. Estavam preenchidos portanto os requisitos fundamentais, mas o tema ainda não estava em pauta para ser discutido. A maioria entrou, então, com uma petição; 380 padres queriam discutir o tema, 136 pronunciaram-se contra. O santo padre apoiou a maioria.⁸⁷

Como resultado o concílio produziu duas constituições dogmáticas, *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*.

Aprovada em 24 de abril de 1870, a Constituição Dogmática *Dei Filius*, é composta de um longo próêmio, quatro capítulos, dezoito cânones com os anátemas e um epílogo. Neste documento são expostos os erros produzidos por correntes filosóficas: o materialismo, o panteísmo, o tradicionalismo, o racionalismo e o fideísmo. Segundo essa constituição dogmática, esses erros teriam origem no protestantismo. Diz também o documento que Deus pode ser conhecido de maneira segura, à luz da razão, como princípio e fim de todas as coisas. Continua falando da fé e virtude sobrenatural, reveladas

⁸⁶ ZAGHENI, G., *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999, p. 149.

⁸⁷ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE_Editora Sinodal, 2014, p. 154-155.

apenas por Deus. E encerra estabelecendo a razão entre a fé e a razão, afirmando que não pode haver oposição, de forma que essa oposição só poderia vir de um erro sobre a doutrina ou de uma falsa ideia sobre as conclusões ou interpretações dadas pela ciência. E conclui com dezoito cânones contra os erros considerados heresias.

Decerto, a esta revelação divina deve-se atribuir que, por todos, mesmo nas condições atuais do gênero humano, possa ser conhecido facilmente, com firme certeza e sem mistura de erro, aquilo que nas coisas divinas não é de per si inacessível à razão humana¹. Contudo, não se deve dizer que a revelação é absolutamente necessária por este motivo, mas porque Deus, em sua infinita bondade, ordenou o homem para o fim sobrenatural, isto é, para participar dos bens divinos, que superam de todo a compreensão humana; pois “o olho não viu, nem o ouvido ouviu, nem acedeu ao coração humano o que Deus preparou para aqueles que o amam” [1Cor 2,9; cân. 2 e 3].⁸⁸

Após a *Dei Filius*, começaram os trabalhos sobre um catecismo único, que fosse válido para toda a Igreja, que duraram pouco tempo, dando prosseguimento ao início da Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*.

No dia 18 de julho de 1870 foi aprovada a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, formada por um próêmio e quatro capítulos. Os capítulos 1 e 2 confirmam o primado de Pedro, enquanto o capítulo 3 deixa clara a abrangência e o significado do primado de jurisdição universal do papa, que obriga todos os fiéis e pastores a subordinação e obediência verdadeira ao Bispo de Roma.

Ensinamos, pois, e declaramos que a Igreja romana, por disposição divina, tem o primado do poder ordinário sobre todas as outras, e que este poder de jurisdição do Romano Pontífice, que é verdadeiramente episcopal, é imediato; e a ela estão obrigados, por dever de subordinação hierárquica e de verdadeira obediência, os pastores e os fiéis de qualquer rito e dignidade, tanto cada um em particular, como todos em conjunto, não só nas coisas referentes à fé e aos costumes, mas também nas que se referem à disciplina e ao regime da Igreja espalhada por todo o orbe; de tal forma que, guardada a unidade de comunhão e de fé com o Romano Pontífice, a Igreja de Cristo seja um só rebanho sob um só pastor supremo [cf. Jo 10,16]. Esta é a doutrina da verdade católica, da qual ninguém pode se desviar, sem perda da fé e da salvação.⁸⁹

Finalmente, o capítulo 4 define a infalibilidade papal como dogma revelado por Deus, de maneira que, quando o Sumo Pontífice fala *ex cathedra* a respeito de fé e moral, ensina de maneira infalível. Assim analisam Souza e Modena,

⁸⁸ DENZINGER, H, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo: Paulinas/Loyola, 2006, n. 3005.

⁸⁹ DENZINGER, H, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo: Paulinas/Loyola, 2006, n. 3060.

Ao dizer que a infalibilidade do papa é proclamado ex cathedra, o documento deixa claro que não se trata de dizer que o papa seja infalível, mas que no exercício de seu ministério eclesial, em comunhão com a fé de toda a Igreja, e sob a assistência do Espírito Santo, as verdades de fé e de costumes são confirmadas pelo papa, sucessor de Pedro, vigário de Cristo.⁹⁰

Analisando-se os documentos produzidos pelo Vaticano I, percebe-se que sua eclesiologia perdurou até o Vaticano II, com uma Igreja forte, submetida a uma hierarquia inflexível, já que não se produziu obras muito significativas, a não ser das que se opuseram à infalibilidade papal. Seus opositores afirmavam que o dogma da infalibilidade só fazia aumentar o poder do papa e diminuir o dos bispos. Após o Concílio Vaticano II, pode-se compreender o caráter incompleto dessa eclesiologia, sobretudo devido ao lugar que passaram a ocupar o povo de Deus, com o laicato e a colegialidade.

Como resultado, o concílio marcou um afastamento da política e colocou-se como um tipo de “resposta” aos problemas dos fiéis do século XIX.

Sobre a recepção do Concílio Vaticano I, escreve Alberigo:

De sua parte, o catolicismo não atravessava um momento particularmente criativo; seria, por isso, surpreendente que o Concílio Vaticano I tivesse encontrado forças para indicações prospectivas. Suas decisões tiveram claramente o objetivo de fazer frente “a essa terrível tempestade que, no mundo inteiro, ataca e atinge a Igreja, mestra de verdade, e que não pode ser atribuída a outras causas senão aos erros que o eterno adversário de Deus e dos homens difunde por toda parte, com o objetivo de a tudo subverter”, como se exprimia Pio IX no Breve antes lembrado, aprovando a declaração dos bispos alemães. Colocado na plurissecular história dos concílios, o Vaticano I adquire cada vez mais a fisionomia de evento de passagem entre o Tridentino (que tinha preparado o catolicismo moderno) e o Vaticano II (que fez o mesmo em vista do terceiro milênio).⁹¹

2.1.2 A Igreja no Século XX

Pio X, sucessor de leão XIII, logo no início de seu pontificado (em agosto de 1903), teve que enfrentar governos abertamente anticlericais, como os da França e de Portugal. Enfrentou também o modernismo, que tinha como característica relativizar as fórmulas de fé e dogma. Escreve Martina:

⁹⁰ MODENA, E; SOUZA, N., A Igreja no Mundo Contemporâneo; os antecedentes histórico-teológicos do Concílio Vaticano II. In: SOUZA, N. (org), *Vaticano II. História, Teologia e Desafios*, Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 27.

⁹¹ ALBERIGO, G., O Concílio Vaticano I (1869-1870), In: ALBERIGO, G. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015, p. 388.

Difundiam-se, portanto, nos ambientes católicos do início do século, um sentimento de mal-estar, uma ânsia de atualização, que apresentava todo um amplo leque de atitudes, ligadas entre si quando muito por um estímulo psicológico facilmente compreensível, não por um verdadeiro nexos intrínseco objetivo: do genérico reformismo do tipo rominiano se passava a um movimento social, a uma exigência de renovação dos estudos, sobretudo positivos, para acabar depois numa tentativa de dar novas bases a todo o cristianismo. Esta última tendência, ainda que animada pela ansiedade de salvar a Igreja do isolamento e da superação, abria o caminho ao subjetivismo, desvalorizava o caráter sobrenatural do catolicismo, esvaziando-o de sua essência. Tratava-se, portanto, de tendências diferentes, que deveriam ser avaliadas caso a caso, que é difícil reunir sob uma denominação comum, não só pela dificuldade própria de toda síntese, mas sobretudo porque, como afirmou um dos expoentes do movimento, Ernesto Buonaiuti, “O caráter distintivo foi a própria indeterminação do seu programa. De fato ele não se chocou com um ponto particular da disciplina oficial”. Infelizmente, repetiu-se no início do século XX, com Pio X, o que acontecera em meados do século anterior, com Pio IX: a cúria romana, até mesmo pelo caráter dos dois papas, não soube ou não quis distinguir os diversos aspectos, não separou os extremismos das posições moderadas, quem cria no transcendente e quem nutria dúvidas ou tinha perdido a fé, mas condenou em bloco as exigências da base. O problema, asfixiado e não resolvido, devia reaparecer, talvez com maior violência, em nossos dias.⁹²

Buonaiuti, professor de História da Igreja no seminário de Appolinare, acreditava que o método histórico revolucionaria toda a teologia cristã e o afirmou na obra *Programa dos Modernistas*, escrita principalmente por ele⁹³. Os modernistas eram céticos e críticos em relação ao escolasticismo/tomismo e defendiam uma democracia cristã, na qual os leigos tomariam parte na hierarquia da Igreja. A resposta veio com a encíclica de Pio X, *Pascendi Gregis*. Afirma O'Malley:

(...) o papa apresentou uma síntese dos ensinamentos dos modernistas na qual descreveu a heresia como baseada em dois falsos princípios: a rejeição da razão metafísica, que levou ao ceticismo a respeito das provas racionais da existência de Deus; e a rejeição do sobrenatural, que levou à ideia de que a doutrina derivava unicamente da experiência religiosa. O assunto era extraordinariamente grave, disse Pio, porque os “fautores do erro” não deviam ser procurados entre inimigos, mas “no próprio seio da Igreja”. Por essa razão eles eram “os mais perigosos inimigos da Igreja”.⁹⁴

Cabia à Igreja, na figura do papa Pio X, defender a fé dos erros da modernidade, o que não foi exatamente um ato estranho à Santa Sé. Historicamente, defender a fé das

⁹² MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 79-80.

⁹³ Cf. MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 88-89.

⁹⁴ O'MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 81.

ameaças doutrinárias, comportamentais ou morais que poderiam levar a uma desunião dentro da Igreja Católica, era uma prática regular e até esperada.⁹⁵

Para muitos historiadores, o pontificado de Pio X foi marcado prioritariamente pela condenação do modernismo. Porém, pode-se afirmar que foi um papa extremamente reformador, um dos mais reformadores da história eclesiástica: empreendeu reformas na liturgia, com a comunhão frequente, do canto sacro, da piedade popular, do direito canônico, da reforma dos seminários e formação do clero, dando vitalidade à igreja,⁹⁶

Em fevereiro de 1922, Achille Ratti foi eleito papa e adotou o nome de Pio XI. Seu papado aconteceu em meio aos problemas sociais e econômicos pós Primeira Guerra, do socialismo na Rússia e do fascismo na Itália e Alemanha.

Sobre Pio XI, afirma Zagheni,

O ano de 1922, da morte de Bento XV e da eleição de Pio XI, coincide com o ano do sucesso fascista na Itália e da proclamação oficial do nascimento da URSS. O ano de 1939, da morte de Pio XI e da eleição de Pio XII, é o mesmo da explosão da segunda guerra mundial.

Esse contexto histórico sugere a dramaticidade do pontificado de Pio XI: fascismo, nazismo, totalitarismo stalinista; a ideia de democracia é como que massacrada, pelo prestígio e pela força desses regimes; a própria vida da Igreja foi profundamente marcada por eles.

Nesse contexto, Pio XI orientou o seu pontificado segundo algumas linhas bem precisas: realizou a reconciliação com o Estado Italiano, superando a Questão Romana; dedicou-se com empenho à promoção da atividade missionária; lutou contra os regimes totalitários dominantes; procurou continuamente afirmar a autoridade moral e religiosa da Igreja, sobretudo através de grandes encíclicas (*Divini illius Magistri*; *Casti connubii*; *Quadragesimo anno*; *Mit brennender Sorge*).⁹⁷

O pontificado de Pio XI aconteceu sob o calor de uma época extremamente turbulenta e difícil, como afirma Souza,

O sentido do pontificado de Pio XI (1922-1939), no entre guerras, é necessário ser compreendido dentro dos acontecimentos políticos de seu tempo: uma humanidade oprimida pelos totalitarismos gerados pela sociedade de massa, as profundas diferenças ideológicas que tornaram particularmente dura a guerra civil, os valores cristãos e a Igreja hostilizados e perseguidos. O desenrolar do pontificado desse papa acontece durante a dramaticidade de grandes eventos que marcaram o mundo contemporâneo: fascismo, nazismo, totalitarismo stalinista.

⁹⁵ Cf. SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*, São Paulo: Paulus, 2013, p. 51.

⁹⁶ Cf. MONDIN, B., *Dicionário Enciclopédico dos Papas: história e ensinamentos*, 1. Ed., São Paulo: Editora Ave Maria, 2007, p. 627.

⁹⁷ ZAGHENI, G. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999, p. 262.

Todo esse contexto justificava, de certo modo, sua política concordatária na Itália através dos pactos Lateranenses de 1929.⁹⁸

Sobre o fascismo, pode-se dizer que Pio XI tornou-se afascista: nem fascista e nem antifascista, mantendo um projeto religioso independente, que procurava fortalecer o catolicismo. Escreve O'Malley:

No mesmo ano em que Pio foi eleito, Mussolini organizou a famosa Marcha sobre Roma e foi convidado pelo Rei Victor Emmanuel III a formar um governo, logo transformado em ditadura. A princípio, o papa acolheu com alegria essa mudança nos acontecimentos como estabilizadora da situação política e pôde. Finalmente, resolver com o governo de Mussolini a “Questão Romana”, o que resultou na criação em 1929 da cidade do Vaticano como Estado soberano independente. Na concordata que fazia parte do acordo, foi concedida ao catolicismo posição especial como religião oficial da Itália, embora outras Igrejas tivessem permissão para atuar.

Alguns comentaristas interpretaram esses acontecimentos como mais um sinal da propensão da Santa Sé a favorecer regimes de direita. Entretanto, em 1926, Pio condenou na França o movimento furiosamente monarquista e nacionalista *Action Française* e logo ficou desiludido com Mussolini e ainda mais com Hitler. Sua encíclica *Mit brennender Sorge*, que entrou às escondidas na Alemanha em 1937, era uma condenação do regime. Quando seu pontificado terminou, em 1939, o relacionamento entre a Santa Sé e esses dois governos, bem às vésperas da Segunda Guerra Mundial.⁹⁹

Pio XI não teve a mesma preocupação com o modernismo que teve seu antecessor e não chegou a publicar nenhuma condenação nesse sentido. Mas, por outro lado, condenou severamente o ecumenismo, proibindo católicos de participar de qualquer ato ecumênico. Condenou também métodos de controle de natalidade na encíclica *Casti conubii*, uma longa encíclica relacionada ao matrimônio.

Pio XI veio a falecer em 10 de fevereiro de 1939 e foi sucedido por Eugenio Pacelli, em março de 1939, que adotou o nome de Pio XII. Seu pontificado coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial, o que obrigou a viver com escolhas difíceis não só no campo religioso, mas também social e político, durante a Segunda Guerra, no período pós-guerra e no início da guerra fria. Afirma Souza,

Pio XII representava a encarnação do papado em toda a sua dignidade e superioridade. Herdara de seu antecessor uma Igreja fortemente centralizada. As atividades desse papa foram tendo outro tom diante, principalmente, de suas relações com a Alemanha e o nazismo. Seus textos e pronunciamentos levam à análise de que seu pontificado foi uma procura de propostas alternativas aos regimes totalitários. Sem dúvida, seu pontificado ficará marcado pela Segunda Guerra e por duas

⁹⁸SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*, São Paulo: Paulus, 2013, p. 102-103.

⁹⁹O'MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo, Edições Loyola, 2014, p. 93-94.

linhas historiográficas que estudam suas atividades. Uma o enaltece, devido a suas grandiosas ações diante do holocausto; a outra linha o critica, devido ao seu “silêncio” perante o holocausto.¹⁰⁰

O fato de não ter se pronunciado publicamente e com clareza sobre o Holocausto deu margem a críticas e controvérsias, embora tenha feito na véspera do Natal de 1944, um discurso no rádio no qual elogiava a democracia, dizendo que o futuro a ela pertence. No início, Pio XII procurou manter-se em campo neutro, defendendo a paz e a não agressão, tentou convencer Mussolini a frear Hitler em seus impulsos expansionistas, mas foi ignorado. Tentou ser cauteloso na condenação ao regime de Hitler a fim de não comprometer os católicos na Alemanha e causou a ira de Mussolini na Itália por seu discurso contra a guerra. Mesmo com toda a cautela em relação à situação na Alemanha, Pio XII fez um discurso, no Natal de 1942 pedindo que a paz fosse reconstituída e dizendo que pessoas sem culpa nenhuma, somente por sua raça ou nacionalidade, estavam sendo encaminhadas à morte. Isso foi visto negativamente pela Alemanha, mas o papa ainda evitou a ruptura. Resume Zagheni:

No conjunto, durante a guerra Pio XII orientou sua ação em quatro direções:

- tentou delimitar o conflito, começando pelas potências ainda não envolvidas;
- não perdeu nenhuma oportunidade de evidenciar as condições e os princípios que poderiam inspirar uma volta à paz;
- ativou todos os instrumentos possíveis, por parte da Igreja, para aliviar as consequências de uma guerra ilimitada;
- chegou a formular gradualmente uma doutrina bem articulada e capaz de oferecer pontos seguros aos povos e aos indivíduos, tendo em vista a futura reorganização do mundo no pós-guerra.¹⁰¹

O pontificado de Pio XII foi marcado pela continuidade em relação aos seus predecessores, mas teve também um caráter renovador devido às dificuldades e turbulências com as quais teve que lidar em todos os campos. Sintetiza O'Malley:

O pontificado estendeu-se, devemos nos lembrar, do começo da Segunda Guerra Mundial aos primeiros anos da Guerra Fria. Mudanças significativas aconteciam no mundo como um todo, algumas das quais teriam profundo impacto na Igreja e consequentemente no Concílio. Se o Vaticano II precisa ser entendido como repúdio a alguns aspectos do século XX e aceitação pressurosa de outros, ele também deve ser entendido como resposta às mudanças imediatas e profundas que aconteceram no mundo em meados do século XX. (...) No alinhamento político católico haviam ocorrido mudanças que teriam sido

¹⁰⁰ SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*, São Paulo: Paulus, 2013p. 105.

¹⁰¹ ZAGHENI, G. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999, p. 320.

impensáveis cinquenta anos antes. Liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade para praticar a religião de sua escolha eram agora aceitas sem problemas pelos democratas cristãos¹⁰²

Em 28 de outubro de 1958 foi anunciado que Angelo Giuseppe Roncalli então com setenta e sete anos de idade, foi eleito papa com o nome de João XXIII e, para quem esperava que fosse somente um papa de transição devido á sua idade, se surpreendeu quando apenas 3 meses depois (em 25 de janeiro de 1959), anunciou a um grupo de cardeais reunidos na Basílica de São Pedro um sínodo diocesano e um concílio geral. Esse anúncio provocou reações diversas, com esperança de renovação e atualização para alguns e de um continuísmo mais tradicionalista e conservador para outros.

Sobre isso, diz de Mattei:

Nessa altura, impõe-se uma consideração. Nos últimos cinco séculos do segundo milênio, tinha havido apenas dois concílios, o de Trento e o Vaticano I. A convocação de uma assembleia de tão amplo alcance é uma decisão que não pode ser tomada às pressas e com ligeireza, mas pressupões profundas reflexões e amplas consultas. Era o que tinha acontecido quando, quer Pio XI quer Pio XII, tinham considerado a possibilidade de retomar o Concílio Vaticano I, tendo ambos acabado por afastar essa hipótese. O historiador tem dificuldade em compreender como foi que João XXIII pôde assumir tão grande responsabilidade de modo tão fulminante, penas três meses depois de sua eleição, a menos que se conceba que teve uma espécie de iluminação do Espírito Santo, de que, contudo, não há registro do Diário da alma nem das agendas privadas do Pontífice. Não é, pois, de espantar a reação de estupefato silêncio dos cardeais em face da tranquila segurança com que o Papa recém-eleito lhes anunciava um evento que estava destinado a mudar a história.¹⁰³

2.1.3 Aspectos Históricos – Europa Pós-Guerra

A euforia com o final da Segunda Grande Guerra, com a destruição do nazismo, com Hitler e seus companheiros mais próximos mortos ou presos, fez com que a Europa acreditasse que voltaria ao seu cotidiano. Os países vencedores que estiveram no palco de guerra (principalmente Alemanha, França e Grã-Bretanha) já sonhavam com a normalidade, com uma vida tranquila e sem a violência experimentada nos anos anteriores. Porém, o que se notou foi o enfraquecimento sofrido por esses países. A Alemanha foi severamente bombardeada e destruída e teve sua população em idade produtiva extremamente castigada e teria que voltar a se levantar praticamente das cinzas.

¹⁰² O'MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo, Edições Loyola, 2014, p. 102-103.

¹⁰³ DE MATTEI, R., *O Concílio Vaticano II – Uma História Nunca Escrita*, São Paulo: Ambientes & Costumes Editora, 2013, p. 101.

A França, após a humilhação sofrida com a dominação nazista, obrigada a assistir à entrada de Hitler passando pelo Arco do Triunfo, destruindo o orgulho francês, levantava suspeitas entre seus cidadãos devido ao colaboracionismo ocorrido durante a ocupação. Um de seus maiores heróis da Primeira Guerra, Marechal Petán, foi julgado e condenado sob a acusação de ser colaborador dos nazistas e condenado à morte. A Grã-Bretanha, dona de vasto Império antes da Guerra, perdeu boa parte dele e viu seu poderio militar e econômico quase destruído pelos anos de Guerra, foi gradativamente perdendo duas colônias e se viu obrigada a reconstruir seu parque industrial com a ajuda dos EUA. Afirma Hobsbawn:

As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções de tempo de guerra). No caso extremo da URSS, o efeito econômico líquido da guerra foi inteiramente negativo. Em 1945, a agricultura do país estava em ruínas, assim como a industrialização dos Planos Quinquenais pré-guerra. Tudo que restava, eram uma imensa e inteiramente inadaptável indústria de armamentos, um povo morrendo de fome e em declínio, e maciça destruição física.¹⁰⁴

Pode-se afirmar que o único poder consolidado era o dos EUA. Já desde o final da Primeira Guerra, os EUA tornaram-se o fiel da balança para assuntos internacionais, com a vantagem de não fazerem parte do campo de batalha de nenhuma das Guerras (mesmo quando atacado, não o foram em seu grande território, mas em Pearl Harbor, a milhas de distância do continente).

Por outro lado, as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca, antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e serem o principal arsenal de seus aliados, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. É provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século 20, o que só começou a desaparecer aos poucos no fim do século.¹⁰⁵

A princípio, os EUA trataram de estender sua influência sobre a Europa Ocidental, mas, posteriormente, devido a uma guerra extremamente sangrenta com o Japão, na qual

¹⁰⁴ HOBBSAWN, E. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo; Companhia das Letras, 1994, p. 55.

¹⁰⁵ Idem, p. 55.

saiu vitorioso, viu-se na condição de auxiliar a recuperação e desenvolvimento desse país, montando inclusive, todo o sistema de defesa da ilha, fato este que fez com que os EUA fossem reconhecidos como uma grande potência mundial.

Outra grande potência a despontar após a Segunda Guerra Mundial foi a URSS, que após invadir e derrotar a Alemanha, foi vista como grande vencedora da Guerra. Após ser governada por uma nobreza corrupta e parasitária, dona de vastas propriedades e derrubá-la com a revolução de 1917, a Rússia parecia estar condenada a ser um país atrasado política e economicamente, mas o novo regime prometia crescimento e prosperidade para seu povo, o que de fato aconteceu, mas a duras penas, sacrificando principalmente a liberdade. Sob Stálin a Rússia cresceu e se tornou e, duas décadas a segunda potência mundial, deixando de ser um território agrícola, para se tornar uma potência industrial e militar. Com a moral elevada e devido à bravura de seus soldados, lançou-se sobre a Alemanha impondo uma vitória esmagadora, que proporcionou aos Aliados libertarem a França e acabarem com a guerra na Europa. Sua campanha na guerra e seu rápido desenvolvimento fez com que a influência russa na Europa se tornasse marcante, principalmente no lado oriental. Assim, segue Vizontini,

A URSS, por seu turno, exercera um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista, e gozava de imenso prestígio diplomático e militar, tendo seus interesses reconhecidos e uma esfera de influência junto a suas fronteiras europeias. O fortalecimento da esquerda em todo o mundo e a presença do Exército Vermelho no centro da Europa e no Extremo Oriente também acentuavam o poderio soviético.¹⁰⁶

Desta maneira, duas potências militares viram sua influência crescer não somente na Europa, mas em todo o mundo: Os EUA e a URSS.

Ficou decidido, em reunião entre Winston Churchill, Franklin D. Roosevelt e Josef Stálin, durante a conferência de Yalta, na Criméia, que os países libertados pelo Exército Vermelho na frente oriental, seriam países satélites da URSS e os da frente ocidental, atenderiam aos interesses americanos. A Alemanha seria ocupada pelas potências vencedoras e Berlim seria dividida em quatro setores. A Grã-Bretanha, como observadora, consentiu com essa divisão. Diz Wesson:

Depois da II Guerra Mundial, ainda houve uma certa esperança de que a Grã-Bretanha pudesse encarregar-se de razoável parcela das responsabilidades pela manutenção da ordem mundial, e era geral a expectativa de que as Nações Unidas ajudassem a preservar a paz. Mas logo se viu que a retirada americana seria praticamente equivalente a consentir que a maior parte ou toda a Europa e o resto do mundo caíssem sob a hegemonia da União Soviética, uma potência antagônica

¹⁰⁶ VIZENTINI, P. G. F., Da Guerra Fria à Crise, Porto Alegre: Editora da Universidade, 1990, p. 14.

e tirânica abertamente dedicada (de acordo com a sua ideologia oficial de luta de classes universal) à destruição da sociedade “burguesa” tradicional e da ordem internacional.¹⁰⁷

Dos EUA, após 1945, com a finalidade de reconstruir a Europa devastada pela guerra, surge a doutrina Trumann, cujo real objetivo era deter o avanço do comunismo na Europa. A resposta da URSS foi a imposição de dividir a Alemanha em duas partes, inclusive sua capital, Berlim. Assim, começa uma disputa, não somente de interesses na Europa, mas em todo o mundo, agora dividido entre duas grandes potências, não só econômicas, mas bélicas. Nessa disputa pelo domínio político e econômico do mundo, surge a Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois blocos muito distintos e bem delineados.

Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de “complexo industrial-militar”, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências. Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares. Pois na prática as superpotências mantiveram seu monopólio nuclear.¹⁰⁸

Foi nesse clima de medo e polarização, em meio a guerras de dominação ideológica e polarização, com mudanças de valores sociais e familiares, progresso tecnológico (que mudou a vida do campo para os centros urbanos) que João XXIII, assumindo como um Papa “de transição”, devido à sua avançada idade, depois de um papado marcado pela Vitalidade de Pio XII, convoca o Concílio Vaticano II, o maior e mais importante evento religioso do século XX.

2.2 O Concílio Vaticano II

¹⁰⁷ WESSON, R. G., *A Nova Política Externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 28.

¹⁰⁸ HOBBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo; Companhia das Letras, 1994, p. 233.

O pontificado de João XXIII, foi breve, mas intenso e marcante. Anunciou, convocou e abriu o Concílio Vaticano II, o maior e mais importante evento religioso do século XX, que trouxe a Igreja para o coração do povo e proporcionou uma atualização não imaginada pela maioria dos fiéis católicos. Afirmo Mondin:

Saudado como “papa de transição” devido à sua idade avançada, João XXIII logo desmentiu todas as previsões e desde os primeiros dias do seu intenso pontificado deixou entender que não seria, realmente, um papa inoperante aguardando seu sucessor, mas sim que tomaria pleno controle do timão da barca de Pedro para leva-la em frente para novas praias. Ele se entregou imediatamente ao trabalho para tapar os visíveis buracos que se tinham aberto na cúria romana durante os últimos anos do pontificado de Pio XII. Antes de tudo, com a nomeação do Secretário de Estado na pessoa do monsenhor Tardini (17 de novembro de 1958) e com a convocação de um consistório para a criação de novos cardeais, que durante o pontificado de Pio XII haviam chegado ao mínimo histórico. No consistório de 15 de dezembro de 1958. Criou 23 cardeais: o primeiro nome era o do bispo de Milão, monsenhor Giovanni Battista Montini. Com a nomeação dos 23 novos membros, João XXIII superou o teto dos 70 membros do colégio cardinalício, fixado por Sisto V. (...) No segundo consistório (dezembro de 1959), o papa João XXIII criou outros oito cardeais; no terceiro consistório (março de 1960, o número de cardeais foi aumentado para 85, e foram elevados à púrpura, pela primeira vez, um africano (monsenhor Rugambwa), um japonês (monsenhor Doi) e um filipino (monsenhor Santos).

Mas a data-chave do pontificado de João XXIII foi o dia 25 de janeiro de 1959, o dia em que de São Paulo fora dos Muros anunciou ao mundo a convocação do concílio ecumênico, a celebração do sínodo romano e a reforma do direito canônico. É devido a essa tríplice decisão, sobretudo por aquela ligada ao concílio ecumênico, que o papa João XXIII veio a ocupar um lugar importante na história do papado e da Igreja.¹⁰⁹

Sobre o anúncio do concílio, escreve Alberigo.

Quando, a 25 de janeiro de 1969, concluindo a semana de preces pela união dos cristãos, João XXIII anunciou e se tinha a sua decisão de convocar um novo concílio a surpresa foi geral, tanto mais que o clima de “guerra fria” (que contrapunha o bloco atlântico ao soviético) era ainda predominante e se temia que durasse indefinidamente. O Papa – eleito há menos de três meses e escolhido presumivelmente para que garantisse à Igreja uma tranquila transição, após o longo e dramático pontificado pacelliano – amadurecera sozinho a decisão, limitando-se a comunica-la, alguns dias antes, ao seu mais abalizado colaborador, o card. Tardini, pró-secretário de Estado. Diferentemente da acolhida por parte dos cardeais, o eco do anúncio tanto do catolicismo quanto junto às outras Igrejas cristãs e na própria opinião pública foi enorme. Alguns viram nele a promessa de uma renovação esperada há tanto tempo, outros valorizaram a possibilidade de colocar no primeiro plano o problema da unidade dos cristãos, e outros sublinharam a possibilidade

¹⁰⁹ MONDIN, B., *Dicionário Enciclopédico dos Papas: história e ensinamentos*, 1. Ed., São Paulo: Editora Ave Maria, 2007, p. 694-695.

de uma relação da Igreja com a sociedade em termos de fraternidade e não mais de contraposição.¹¹⁰

O Concílio durou de 11 de outubro de 1962 até 8 de dezembro de 1965 e passou pelo pontificado de dois Papas: João XXIII e Paulo VI. Pelas quatro sessões do concílio passaram mais de 2000 padres conciliares com direito a voto, some-se a isso, peritos e observadores.

Diferentemente dos concílios anteriores, a intenção não era condenar, mas oferecer um papel mais participativo da Igreja na sociedade utilizando, segundo o próprio João XXIII, mais a misericórdia do que a severidade. O modernismo e o integralismo já eram assuntos superados e não mais influenciavam a Igreja.¹¹¹ Dessa maneira, o objetivo não combater mais heresias ou proclamar novos dogmas, mas proporcionar à Igreja acompanhar as transformações do mundo e se aproximar da sociedade. Segundo a Constituição *Sacrosanctum Concilium*:

O Sagrado Concílio propõe-se a fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições suscetíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja.¹¹²

O Concílio Vaticano II produziu duas Constituições Dogmáticas: a *Dei Verbum* (Sobre a Revelação Divina) e a *Lumen Gentium* (Sobre a Igreja) e duas Constituições Pastorais Conciliares: a *Sacrosanctum Concilium* (Sobre a Sagrada Liturgia da Igreja) e a *Gaudium et Spes* (Sobre a Igreja no Mundo atual). Foram produzidos também os decretos *Ad Gentes* (Sobre a Atividade Missionária da Igreja), *Presbyterorum Ordinis* (Sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes), *Apostolicam Actuositatem* (Sobre o Apostolado dos Leigos), *Optatam Totius* (Sobre a Formação Sacerdotal), *Perfectae Caritatis* (Sobre a Conveniente Renovação da Vida Religiosa), *Christus Dominus* (Sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja), *Unitatis Redintegratio* (Sobre o Ecumenismo), *Orientalium Ecclesiarum* (Sobre as Igrejas Orientais Católicas) e *Inter Mirifica* (Sobre os Meios de Comunicação Social) e as declarações *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã), *Nostra Aetate* (Sobre a Igreja e as Religiões não-Cristãs) e *Dignitatis Humanae* (Sobre a Liberdade Religiosa).

¹¹⁰ ALBERIGO, G., O Concílio Vaticano II (1962-1965), In: ALBERIGO, G. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015, p. 394-395.

¹¹¹ Cf. KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE_Editora Sinodal, 2014, p. 349.

¹¹² SC, 1.

Passados mais de cinquenta anos, os resultados ainda hoje não foram totalmente entendidos e sua recepção é constantemente avaliada por teólogos do mundo todo. Escreve Souza,

Após pouco mais de meio século de conclusão do concílio Ecumênico Vaticano II, as definições conciliares têm sido retomadas e aplicadas de forma dinâmica e criativa pelo Papa Francisco. Eleito em 13 de março de 2013, o papa tem demonstrado o quanto o Vaticano II está por ser vivido. A simplicidade e o conteúdo de suas palavras e de seus gestos remetem diretamente às fontes documentais do Concílio. Em Francisco se lê o projeto de *aggiornamento* da Igreja de João XXIII, os gestos de coragem e despojamento de Paulo VI, e toda luz que irradia da eclesiologia conciliar.¹¹³

2.2.1 Preparação para o Concílio

Após o anúncio de suas intenções em relação a um concílio e sua comunicação em 25 de janeiro de 1959, na aula capitular da abadia de São Pedro, aos cardeais presentes e ao mundo, foi estabelecida uma comissão antepreparatória, tendo como presidente o cardeal secretário de Estado Domenico Tardini, com a missão de colher opiniões e analisar respostas para um futuro trabalho no concílio. Para tanto foram enviados questionários para os bispos do mundo todo. O Concílio se denominava e se pretendia realmente ecumênico, ou seja, pretendia reunir representantes de toda a Igreja Católica e de todas as denominações cristãs, pois a intenção era buscar a unidade. Mas não foi enviado um convite formal com iguais direito de participação e voto às comunidades não católicas, as quais deveriam enviar representantes como observadores.¹¹⁴ Dentre os temas no questionário estavam o apostolado sacerdotal, o papel exercido pelos leigos, a família, as relações entre Igreja e Estado, as missões, a doutrina sobre a Igreja, a doutrina social e a adequação aos tempos modernos. Porém, a ideia do questionário foi descartada e foi solicitado aos bispos que indicassem temas a serem tratados no concílio. O resultado foi a “Síntese analítica dos conselhos e sugestões dos bispos e prelados”, dividido em 18 partes e mais de 1500 páginas.

Pelo moto-próprio *Superni Dei nutu*, de 5 de junho de 1960, deu-se início a preparação do concílio e e ao trabalho técnico em sentido estrito da comissão preparatória. Foram criadas e começaram a funcionar uma comissão central e dez comissões para conteúdos específicos. A formação das comissões orientava-se nos departamentos da cúria, com

¹¹³ MODENA, E.; SOUZA, N., Igreja Testemunha da Misericórdia, do Diálogo e do Encontro no Mundo Contemporâneo. In: SOUZA, N. (org), *Vaticano II. História, Teologia e Desafios*, Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 78.

¹¹⁴ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia* IX, Barcelona: Editorial Herder, 1984, p. 168.

a qual existiam também estreitos laços de ordem pessoal. Com isso, podia-se afirmar que de fato o concílio estava confiado à cúria.¹¹⁵

Sobre a fase preparatória do concílio, escreve Alberigo:

Nos dois anos de trabalho, a estrutura preparatória produziu 70 esquemas, em geral prolixos e dedicados aos assuntos mais disparatados. Essa fase encerrou-se com um moto-proprio *Concilium*, com o qual João XXIII (a 2 de fevereiro de 1962) fixava para 11 de outubro desse ano o início dos trabalhos conciliares. Enquanto isso, delineavam-se alguns traços da fisionomia do concílio, sobretudo quanto a três aspectos. Não se tratava de um concílio “de união” entre as tradições cristãs divididas, como se chegou a falar, embora o papa João repetisse várias vezes que o evento conciliar deveria marcar uma virada na disposição católica de se envolver no processo ecumênico; o secretariado instituído em 1960 era o eixo institucional dessa linha. Um segundo traço característico referia-se à “pastoralidade” do concílio, como superação da dicotomia doutrina-disciplina, favorecendo uma consideração global das exigências da Igreja, no seu interior e nas suas relações com a sociedade; daí derivava uma indisponibilidade à definição de novos dogmas bem como à decretação de novas condenações. Enfim, a terceira característica referia-se à efetiva liberdade do concílio, em que os bispos deveriam ser os verdadeiros protagonistas, saindo da atitude passiva que – sobretudo depois das definições de 1870 – caracterizava o episcopado católico; isso, todavia, contrastava com a desinformação na qual os bispos foram mantidos a respeito do trabalho preparatório.¹¹⁶

Finalmente, em 25 de fevereiro de 1962, foi definida a data de início do concílio: 11 de outubro de 1962. 2540 padres conciliares com direito a voto, auxiliados por milhares de peritos (teólogos), começaram os trabalhos. Estavam também presentes representantes de dezoito comunidades cristãs não católicas, como observadores oficiais e a Igreja Ortodoxa Russa, com enviados que chegaram logo depois da abertura. Desata maneira, o Concílio Ecumênico Vaticano II coloca-se na perspectiva da unidade de todo o povo, não só católicos, mas cristãos não católicos e até mesmo não cristãos.

João XXIII deixou claro que não queria uma assembleia que trabalhasse no sentido de condenações, mas que promovesse um autêntico *aggiornamento* que permitisse à Igreja facilitar sua transição para sociedade e mundo modernos.

No dia 11 de outubro, João XXIII abre o concílio com o discurso *Gaudet Mater Ecclesia* (Alegra-se Mãe Igreja). O título já se mostra significativo, revela a intenção do papa com o concílio.

¹¹⁵ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE_Editora Sinodal, 2014, p. 352.

¹¹⁶ ALBERIGO, G., O Concílio Vaticano II (1962-1965), In: ALBERIGO, G. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015, p. 397-398.

Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro, com a proteção da Santíssima Virgem, de quem celebramos hoje a dignidade de Mãe de Deus...

4. Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais.

5. E assim, a celebração do Concílio torna a ser motivo e singular obrigação de grande reconhecimento ao supremo dispensador de todos os bens, por celebrarmos com cânticos de exultação a glória de Cristo Senhor, Rei glorioso e imortal dos séculos e dos povos.¹¹⁷

Vale ressaltar que João XXIII havia trabalhado com muito empenho nesse texto, sem nenhum *ghost writer*, escreveu sozinho e de próprio punho. Deixa claro que pretende combater os erros de doutrina, “tesouro precioso” da Igreja, porém com o espírito misericordioso e materno e não com a severidade utilizada anteriormente. Escreve João XXIII:

VII. Como se devem combater os erros

1. Ao iniciar-se o Concílio Ecumênico Vaticano II, tornou-se mais evidente do que nunca que a verdade do Senhor permanece eternamente. De fato, ao suceder uma época a outra, vemos que as opiniões dos homens se sucedem excluindo-se umas às outras e que muitas vezes os erros se dissipam logo ao nascer, como a névoa ao despontar o sol.

2. A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações. Não quer dizer que falem doutrinas enganadoras, opiniões e conceitos perigosos, contra os quais nos devemos premunir e que temos de dissipar; mas estes estão tão evidentemente em contraste com a reta norma da honestidade, e deram já frutos tão perniciosos, que hoje os homens parecem inclinados a condená-los, em particular os costumes que desprezam a Deus e a sua lei, a confiança excessiva nos progressos da técnica e o bem-estar fundado exclusivamente nas comodidades da vida. Eles se vão convencendo sempre mais de que a dignidade da pessoa humana, o seu aperfeiçoamento e o esforço que exige é coisa da máxima importância. E o que mais importa, a experiência ensinou-lhes que a violência feita aos outros, o poder das armas e o predomínio político não contribuem em nada para a feliz solução dos graves problemas que os atormentam.

3. Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe

¹¹⁷JOÃO XXIII, *Gaudet Mater Ecclesia*, Disponível em <http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html> Acesso em 03 nov. 2019.

amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados. Ao gênero humano, oprimido por tantas dificuldades, ela diz, como outrora Pedro ao pobre que lhe pedia esmola: « Eu não tenho nem ouro nem prata, mas dou-te aquilo que tenho: em nome de Jesus Cristo Nazareno, levanta-te e anda » (At 3, 6). Quer dizer, a Igreja não oferece aos homens de hoje riquezas caducas, não promete uma felicidade só terrena; mas comunica-lhes os bens da graça divina, que, elevando os homens à dignidade de filhos de Deus, são defesa poderosíssima e ajuda para uma vida mais humana; abre a fonte da sua doutrina vivificante, que permite aos homens, iluminados pela luz de Cristo, compreender bem aquilo que eles são na realidade; a sua excelsa dignidade e o seu fim; e mais, por meio dos seus filhos, estende a toda parte a plenitude da caridade cristã, que é o melhor auxílio para eliminar as sementes da discórdia; e nada é mais eficaz para fomentar a concórdia, a paz justa e a união fraterna.¹¹⁸

Em seguida, os padres conciliares se reuniram para começar os trabalhos, elegendo as comissões ou grupos de trabalho. Porém, logo em 13 de outubro o adiamento das eleições foi pedido pelos cardeais Liénart e Frings a fim de que houvesse uma melhor comunicação entre os padres conciliares e evitar que se dobrassem passivamente às decisões dos órgãos preparatórios. Como resultado, muitos membros das comissões preparatórias não foram eleitos¹¹⁹.

Por fim, o Concílio se desenvolveu em quatro períodos; o primeiro, de 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962; o segundo, de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963; o terceiro, de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964; o quarto, de 14 de setembro a 8 de dezembro de 1965.

2.2.2 O Concílio Vaticano II

Desde o início do concílio, pôde-se perceber duas correntes contrárias, uma de linha mais conservadora, contrária a mudanças e outra com posições mais abertas a mudanças e adaptações à sociedade e ao mundo moderno. Essas duas forças atuaram durante todo o concílio e a linha conservadora, que parecia ser mais forte na fase preparatória, mostrou-se uma minoria durante o concílio e suas resoluções. Duas grandes personalidades que representaram muito bem essas duas correntes foram os cardeais Alfredo Ottaviani, presidente da Suprema Congregação do Santo Ofício e Augustin Bea, designado presidente do Secretariado para a Unidade Cristã. Partilhavam das ideias de Ottaviani o

¹¹⁸JOÃO XXIII, *Gaudet Mater Ecclesia*, Disponível em <http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html> Acesso em 03 nov. 2019.

¹¹⁹ Cf. ALBERIGO, G., *Breve História do Concílio Vaticano II*, Aparecida: Editora Santuário, 2006. p. 53.

cardeal Ernesto Ruffini (foi o que mais falou em todas as sessões do concílio), Giuseppe Siri, Marcelo Lefebvre, Luigi Carli, Michael Browne e Dino Staffa. O grupo permaneceu pequeno, mas teve mais impacto do que se esperava, se opondo sempre a toda e qualquer mudança na Igreja. Os meios de comunicação não raramente ridicularizavam esse grupo, devido à sua intransigência. Porém eram muito bem assessorados por teólogos que sustentavam com propriedade suas posições. Acreditavam por ter laços com bispos da alta hierarquia italiana, deveriam ter uma influência marcante em todo o concílio. Esceve Martina,

A minoria era constituída da velha guarda italiana (Ottaviani, Ruffini, Siri... e por um certo número de bispos, como d. Carli, da minúscula diocese de Segni, batalhador até o fim, decididamente contrário às declarações sobre a liberdade religiosa e sobre os judeus), por um grupinho de espanhóis (entre os quais o cardeal Larraona, prefeito dos ritos, e d. Morcillo Gonzalez, então bispo de Saragoza, depois de Madri, de tendências favoráveis ao regime franquista), e por vários latino-americanos, representantes de escolas teológicas de certo prestígio, especialmente na Espanha. Entre os franceses destacava-se naturalmente Levebvre, até 1962 bispo de Dakar, demissionário justamente no momento da independência daquele país, nomeado bispo de uma pequena diocese francesa, Tulle, e depois superior geral de sua congregação. A maioria era constituída por um grande grupo da Europa central e do norte, a que pertenciam os cardeais Frings, Döpfner, Alfrink, König, Suenens, Liénart, Bea, aos quais se deve acrescentar Montini, Léger, o patriarca melquita Máximo IV, os bispos afro-asiáticos, uma grande parte dos bispos latino-americanos e a maioria dos bispos dos Estados Unidos. Se, durante os trabalhos preparatórios nas comissões a linha conservadora, composta substancialmente pelos curiais presentes, tinha sido forte e gozara de grande influência, embora em meio a muitos desacordos, nos trabalhos conciliares o episcopado em sua maioria esmagadora cerrou fileiras em torno das posições mais abertas e inovadoras; essencialmente as defendias por João XXIII e Paulo VI. Essa maioria era sensível às realidades do mundo, aos problemas da atualização do ecumenismo, de uma pastoral com mais possibilidade de atingir os fiéis e de se fazer entender e aceitar, pouco preocupada com as declarações doutrinárias, desconfiada da centralização que se intensificara nos últimos decênios, especialmente com Pio XII. A minoria provinha quase toda de países com ampla maioria cristã, onde a Igreja, com seus bispos, tinha ainda certo prestígio e notável influência; presa ao passado, desconfiava das novidades; via com terror a difusão do comunismo, que desejava fosse solenemente condenado, e a crescente secularização; tendia a confundir as verdades reveladas com as fórmulas dogmáticas estabelecidas há séculos.¹²⁰

¹²⁰ MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 291-292.

O primeiro período conciliar recebeu 2540 participantes com direito a voto. Com a nova eleição para as comissões, sentiu-se um clima de liberdade no concílio.

O primeiro esquema a ser discutido foi sobre a liturgia, pois estava mais adiantado e aparentemente seria o esquema com maior facilidade, afinal, estava na mesma linha do concílio. Porém, com o andamento dos trabalhos, ficou evidente a gravidade das disputas dogmáticas. Para que todos os fiéis pudessem participar ativamente do serviço religioso, as igrejas locais deveriam ser mais valorizadas para que a liturgia estivesse aberta a todas as culturas. Foi autorizado o uso do vernáculo nas celebrações, mas o esquema foi devolvido à comissão. O esquema sobre as fontes de revelação foi tão criticado, que o papa acabou por decidindo cancelá-lo. Foi proposto um terceiro esquema sobre os meios de comunicação públicos, o qual também foi retirado. O esquema sobre a unidade da Igreja, relativo às igrejas do leste, também foi deixado para ser discutido mais adiante, pois não faria sentido discutir esse esquema antes de se falar sobre a Igreja. Quanto a esse esquema, “Da Igreja”, mostrou-se demasiadamente antiquado, começando pela hierarquia, sem tocar no aspecto da sacramentalidade da Igreja, do mistério, do povo de Deus ou do ecumenismo. Assim, nenhum esquema proposto foi concluído nesse primeiro período.

Nos primeiros meses de 1963, agravou-se ao estado de saúde de João XXIII, que veio a falecer em 3 de junho de 1963, justamente na intersessão entre o primeiro e o segundo período do concílio. Escreve Souza:

No seu breve pontificado, João XXIII, paralelamente ao Concílio, havia indicado em muitas encíclicas novos caminhos a serem seguidos. Na encíclica sobre as missões, *Princeps pastorum*, de 28 de novembro de 1959, pronunciou-se a favor do clero indígena e do apostolado leigo nas missões e aprovou a adaptação às culturas não europeias. A *Mater et magistra*, de 15 de maio de 1961, continuava a tradição das grandes encíclicas sociais, publicadas a partir de Leão XIII. Uma grande herança deixada por Roncalli foi a encíclica *Pacem in terris*, de 11 de abril de 1963. Foram incisivas suas atitudes na Cúria Romana em relação à disposição sobre o sacro colégio: aos bispados suburbicários foram designados bispos residenciais. Os cardeais-diáconos receberam a sagração episcopal, na quinta-feira santa do ano de 1962, o próprio papa os consagrou.¹²¹

Foi eleito Giovanni Battista Montini, arcebispo de Milão, que adotou o nome de Paulo VI. Seu pontificado começa com dúvidas sobre o prosseguimento do concílio e,

¹²¹ SOUZA, N., Contexto e Desenvolvimento Histórico do concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Prospectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p.42.

caso o novo papa decidisse prosseguir, qual seria a linha adotada por ele. As dúvidas foram sanadas logo nos primeiros dias de seu pontificado, com um discurso a favor da continuidade do concílio, porém de maneira mais efetiva.

Para o segundo período, Paulo VI, esperava-se que já não houvesse mais dúvidas sobre o andamento dos trabalhos. O período de adaptação terminara. Finalmente seria aprovada a constituição sobre a liturgia, *Sacrosantum Concilium* e sobre os meios de comunicação social, *Inter Mirifica*. Apenas cinco anos após o papa Pio XII rejeitar o uso da língua vulgar, permitiu-se seu uso, especialmente nas leituras, admoestações e cânticos.

Dobre o esquema *De Ecclesia*, afirma Alberigo:

A discussão prosseguiu em torno de cada um dos quatro capítulos, nos quais o projeto estava articulado:

- I. sobre o mistério da Igreja na história da economia da salvação, desde o desígnio do pai até o peregrinar na terra;
- II. sobre a constituição hierárquica da Igreja e seus bispos, chamados por sua sagração a governar a Igreja em mútua comunhão entre eles (colegialidade);
- III. sobre o Povo de Deus e os leigos, e sobre o reconhecimento da participação de todos os batizados na missão;
- IV. sobre o chamado à santidade, como chamado comum de todos os fiéis.

Os nós cruciais eram: o batismo como único requisito para pertencer à Igreja – que tinha consequências imediatas sobre a condição eclesial dos cristãos não católicos e sobre as relações com as outras igrejas; a relevância do sacerdócio comum dos fiéis dentro de uma Igreja vista como povo de Deus; a dificuldade de caracterizar de modo satisfatório a vocação geral dos cristãos à santidade. Mas, acima de todos, atraiu atenção especial, suscitando também ásperas contraposições, a questão da colegialidade episcopal, ou seja, se os bispos constituem um “corpo” em seu todo, um “colégio” – ou seja, uma união fraterna de pessoas fiéis ao mesmo empenho – assim como os apóstolos eram “os doze”.¹²²

Em seguida foram discutidos o esquema sobre a autoridade e responsabilidade dos bispos. Como já se havia discutido a colegialidade, facilitou-se o trabalho na elaboração do documento. Posteriormente foram iniciadas as discussões sobre o ecumenismo, a qual foi recebida positivamente pela maioria dos padres conciliares. Os grandes problemas foram os capítulos sobre os judeus (que poderia apresentar uma característica também política para os árabes) e sobre a liberdade religiosa. Foi sugerida e acatada a proposta de figurarem em documentos separados.

¹²²ALBERIGO, G., *Breve História do Concílio Vaticano II*, Aparecida: Editora Santuário, 2006, p. 82.

Em maio de 1964, foi criado o Secretariado para os Não Cristãos, que mostrava a intenção da Igreja de dialogar com eles, mostrando uma nova visão do mundo e de sua jornada missionária.

O terceiro período começou com a expectativa de ser o último período do concílio. O que não se concretizou. A votação sobre a colegialidade dos bispos não tomou muito tempo, levou apenas nove dias para ser votada e aprovada.

Ainda havia a liberdade religiosa e os judeus. Sobre a liberdade religiosa, houve protestos no sentido de que a proposta poderia afrouxar a veracidade da revelação cristã, indo inclusive de encontro à doutrina tradicional da Igreja. O texto sobre os judeus suscitou uma discussão mais política do que teológica. Havia o receio de que os países árabes pudessem tomar o documento como apoio ao sionismo e prejudicar as relações dos cristãos com esses países.

Foram aprovados, nessa fase, os documentos “Sobre as Igrejas Católicas Orientais”, “Sobre a Igreja” e “Sobre o Ecumenismo”. Porém, segundo a análise de Kaufmann,

Ao final do terceiro período de sessões, a deliberação de três esquemas chegara a um ponto em que se poderia ter procedido à sua votação, a saber: os decretos sobre a Igreja, a liberdade religiosa e o ecumenismo. Mas isso não aconteceu, ao menos por enquanto não. Vários fatos, sumariamente conhecidos com “crise de novembro”, provocaram um suspense. Primeiro, por ordem do papa tinha sido acrescentada à constituição sobre a Igreja, entregue aos padres conciliares em 14 de novembro, uma nota (*nota explicativa prévia*) a respeito da colegialidade dos bispos, na qual se esclarecia, entre outras coisas, que a colegialidade não devia ser entendida como cerceamento dos plenos poderes do papa. O problema era que essa nota não podia ser discutida nem votada. Devia ser entendida como complementação e interpretação autêntica as respectivas asserções da constituição sobre a Igreja. Depois, em 19 de novembro, chegou a vez de o projeto sobre a liberdade religiosa não ser liberado para votação. Antes de sua votação final, o decreto sobre o ecumenismo também tinha sofrido uma série de alterações que, por falta de tempo, já não puderam ser rebatidas, sua rejeição levaria à desaprovação do documento como um todo¹²³

Em seu discurso de abertura desse que seria o quarto e último período do concílio, o papa Paulo VI surpreendeu a todos com o anúncio que convocaria um sínodo de bispos, para o bem da Igreja. Do motu próprio *Apostolica Sollicitudo*, determinou-se que os membros do sínodo seriam eleitos pelas conferências episcopais., o que garantiria uma verdadeira representação de todos os bispos.

¹²³ KAUFMANN, T. (et al.), (orgs), *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE_Editora Sinodal, 2014, p. 360.

Inicialmente discutiu-se o projeto sobre a liberdade religiosa, com o ambiente conturbado, como já era de se esperar, devido à preocupação que pudesse ser entendido como uma relativização da fé cristã em detrimento de outros credos religiosos. Porém, o documento foi aprovado com grande maioria. O bispo de Bruges, De Smedt, deixou claro que não se pretendia comparar a verdade com os erros, nem tampouco liberar o indivíduo de seu dever em buscar a verdade, mas somente se referia à liberdade civil de crença religiosa, os atos de consciência religiosa não poderiam ser determinados por nenhum poder humano¹²⁴.

Também com grande maioria foi aprovado o esquema sobre a revelação, unindo a Escritura Sagrada e a tradição, afirmando que a verdade revelada não poderia estar apenas nas Sagradas Escrituras e que a tradição, orientada pelo Espírito Santo, seria também outra fonte de revelação.

Foram aprovados os documentos sobre o múnus pastoral dos bispos, sobre a renovação da vida religiosa, sobre a formação dos sacerdotes, sobre o apostolado dos leigos e a declaração sobre a educação (*Gravissimum Educationis Momentum*).

A constituição pastoral *Gaudium et Spes* foi considerada o coração do concílio. Tinha como objetivo ser a ponte entre a Igreja e o mundo, mas também só foi aprovada após acirradas discussões relativas à família, guerra e paz. Muitos esperavam uma condenação explícita ao comunismo, o que acabou não ocorrendo (até para não deteriorar a relação entre a Santa Sé e o bloco socialista). Foi muito aclamada, mas o tempo mostrou que foi o documento que mostrou menos receptividade.

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi encerrado em 7 de dezembro, com a aprovação dos decretos sobre a atividade missionária, os sacerdotes e a liberdade religiosa. Na ocasião também foi revogada a mútua excomunhão entre Roma e Istambul, de 1504.

Sem sombra de dúvida o Concílio Vaticano II foi o maior acontecimento religioso do século XX e teve alcance universal e marcou uma mudança no rumo da Igreja, porém sua mensagem ainda não foi completamente compreendida por parte da Igreja.

2.2.3 A *Lumen Gentium* e o Povo de Deus

¹²⁴ Cf. HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia IX*, Barcelona: Editorial Herder, 1984, p. 168.

A constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium* (Luz dos Povos) foi solenemente aprovada no dia 21 de novembro de 1964 com 2151 votos favoráveis e 5 votos contra. Essa esmagadora maioria de votos a favor demonstrava a concordância dos padres conciliares com a nova eclesiologia representada nesta constituição, que representava a Igreja como “sacramento em Cristo, luz dos povos”, que tem como meta o reino de Deus. A Igreja é representada por seu povo, povo este com qual Deus fez sua aliança na fé e no sacerdócio comum, respeitando-se os diferentes dons de cada um. A Igreja pode ser representada pela hierarquia, presidida pelo Sumo Pontífice, mas nela não se esgota.¹²⁵

Conforme afirma Souza, a constituição *Lumen Gentium*,

Constituía o vértice e o centro das decisões conciliares. Do ponto de vista histórico, concluía a procura da Igreja de sua própria natureza e de seu significado íntimo. Essa procura havia sido iniciada no final do século XIII, trazendo graves consequências aos concílios do século XV e em Trento, e não havia sido concluída no Vaticano I. à sua luz são interpretados todos os decretos do Concílio. A definição da Igreja como Povo de Deus rompe com o conceito institucional unilateralmente jurídico e com a concepção de que a Igreja se identificava com o clero e de que os leigos desempenhavam um papel passivo.¹²⁶

2.2.4 O Sacerdócio Ministerial

A Igreja de Cristo não é formada somente por um grupo de pessoas que pretendem e se esforçam para viver segundo Suas palavras, é muito mais do que somente isso, “*Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para sua luz maravilhosa, vós que outrora não éreis povo, mas agora sois o Povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia*” (1Pd 2, 9-10). Todo batizado recebe esta consagração é sacerdote de Deus. Esse sacerdócio é chamado no número 28 da *Lumen Gentium* de “sacerdócio comum”, do qual todos os batizados são revestidos para a Glória de Nosso Senhor Jesus Cristo. Porém, o mesmo documento diferencia sacerdócio comum de sacerdócio ministerial.

¹²⁵ Cf. ALBERIGO, G., O Concílio Vaticano II (1962-1965), In: ALBERIGO, G. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015, p. 430.

¹²⁶ SOUZA, N., Contexto e Desenvolvimento Histórico do concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Prospectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p.58.

A diferenciação não se dá somente em grau, mas também em essência. Mesmo sendo todos sacerdotes, a *Lumen Gentium* entende e esclarece que o sacerdócio ministerial é revestido de um poder sagrado (*sacra potestas*), que permite ao sacerdote agir e servir ao povo em nome de Cristo, como mediador de todo o povo. O sacerdócio torna-se assim um serviço com raiz na sucessão apostólica, como os ministros, assim como os apóstolos, servidores de Cristo e da Igreja, para governo pastoral dos fiéis.¹²⁷

O sacerdócio comum é assim, para todos os fiéis, ordenados ou não, visto que é recebido por intermédio do batismo e o sacerdócio ministerial é um desenvolvimento posterior, recebido pelo sacramento da Ordem. Os dois sacerdócios participam do sacerdócio único de Cristo

O ministério ordenado fundamenta-se em Cristo e na Igreja e é ponto essencial da eclesiologia católica. O ministro ordenado assume, assim como o próprio Jesus afirmou, a “condição de servo” (Fl 2,7) e será, dessa maneira, servo da Igreja e de todo cristão.

Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens (cfr. Hebr. 5, 1-5), fez do novo povo um «reino sacerdotal para seu Deus e Pai» (Apor. 1,6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), dêem testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que lha pedirem dêem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15). O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo (16). Com efeito, o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; os fiéis, por sua parte, concorrem para a oblação da Eucaristia em virtude do seu sacerdócio real (17), que eles exercem na recepção dos sacramentos, na oração e acção de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade operosa.¹²⁸

2.2.5 O Ministério Comum e o Povo de Deus

O Concílio Vaticano II foi o que mais deu espaço ao laicato, afirmando que a Igreja é, antes de tudo, Povo de Deus, constituído por todos os batizados, sem distinção. Desta

¹²⁷ Cf. LG, n. 28.

¹²⁸ LG, n. 10.

maneira, o leigo participa do próprio mistério da Igreja e são agraciados com todo o quarto capítulo da constituição dogmática *Lumen Gentium*. O documento aplica aos leigos o *múnus* sacerdotal (LG 34), o *múnus* profético (LG 35) e o *múnus* de reger (LG 36) dos leigos, baseado em Ef 4, 15-16.

Ao novo Povo de Deus todos os homens são chamados. Por isso, este Povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou uma só natureza humana e resolveu juntar em unidade todos os seus filhos que estavam dispersos (cfr. Jo. 11,52). Foi para isto que Deus enviou o Seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas (cfr. Hebr. 1,2), para ser mestre, rei e sacerdote universal, cabeça do novo e universal Povo dos filhos de Deus. Para isto Deus enviou finalmente também o Espírito de Seu Filho, Senhor e fonte de vida, o qual é para toda a Igreja e para cada um dos crentes princípio de agregação e de unidade na doutrina e na comunhão dos Apóstolos, na fracção do pão e na oração (cfr. Act. 2,42 gr.) (...) Em virtude desta mesma catolicidade, cada uma das partes traz às outras e a toda a Igreja os seus dons particulares, de maneira que o todo e cada uma das partes aumentem pela comunicação mútua entre todos e pela aspiração comum à plenitude na unidade. Daí vem que o Povo de Deus não só se forma de elementos oriundos de diversos povos mas também se compõe ele mesmo de várias ordens. Existe de facto entre os seus membros diversidade, quer segundo as funções, enquanto alguns desempenham o sagrado ministério a favor de seus irmãos, quer segundo a condição e estado de vida, enquanto muitos, no estado religioso, buscando a santidade por um caminho mais estreito, estimulam os irmãos com o seu exemplo... Todos os homens são chamados a esta unidade católica do Povo de Deus, a qual anuncia e promove a paz universal; a ela pertencem, de vários modos, ou a ela se ordenam, quer os católicos quer os outros que acreditam em Cristo quer, finalmente, todos os homens em geral, pela graça de Deus chamados à salvação.¹²⁹

O documento afirmava também que os leigos tinham um apostolado baseado no Batismo e na Confirmação, que, deveriam receber formação espiritual adequada para cumprir sua missão composta de trabalhar pelos outros e por sua evolução junto a Deus e trabalhar para trazer justiça ao mundo¹³⁰.

Assim, a categoria “Povo de Deus” foi a chave da nova eclesiologia do Vaticano II, reconhecendo a importância de todos os fiéis, ministros ordenados ou leigos em sua índole missionária. Os leigos não apenas pertencem à comunidade eclesial, mas são também comunidade eclesial, com missão e funções próprias e de suma importância para a vivência do Evangelho, colocando para isso, seus dons a serviço da Igreja de Cristo. Sobre os leigos, diz a *Lumen Gentium*:

¹²⁹ LG, n. 13.

¹³⁰ Cf. O’MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo, Edições Loyola, 2014, p. 241-242.

É própria e peculiar dos leigos a característica secular. Com efeito, os membros da sagrada Ordem, ainda que algumas vezes possam tratar de assuntos seculares, exercendo mesmo uma profissão profana, contudo, em razão da sua vocação específica, destinam-se sobretudo e expressamente ao sagrado ministério; enquanto que os religiosos, no seu estado, dão magnífico e privilegiado testemunho de que se não pode transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças. Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e actividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. São chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade. Portanto, a eles compete especialmente, iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais, a que estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo e progridam e glorifiquem o Criador e Redentor.¹³¹

Desta maneira, segundo o documento, todos os fiéis leigos são chamados, dentro de seu mundo e suas especificidades a contribuir para a edificação do Reino em um campo que, embora possa ser trabalhado pelos ministros ordenados, seriam muito melhor e mais eficientes trabalhados pelos leigos, evangelizando em suas famílias, em seu trabalho, nas relações políticas ou sociais. O leigo deve trabalhar em cooperação com os pastores, como membro de um corpo único com a cabeça em Cristo, com um só Senhor, uma só fé e um só Batismo (Ef 4,5).

O supremo e eterno sacerdote Cristo Jesus, querendo também por meio dos leigos continuar o Seu testemunho e serviço, vivifica-o pelo Seu Espírito e sem cessar os incita a toda a obra boa e perfeita. E assim, àqueles que intimamente associou à própria vida e missão, concedeu também participação no seu múnus sacerdotal, a fim de que exerçam um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por esta razão, os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos no Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são instruídos para que os frutos do Espírito se multipliquem neles cada vez mais abundantemente. Pois todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cfr. 1 Ped. 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.¹³²

¹³¹ LG, n. 31.

¹³² Idem, n. 34.

Baseado na participação do leigo na construção do Reino, juntamente com o ministério ordenado, a Igreja volta ao seu princípio, com a união todos os crentes em Cristo, propagando a fé e se ajudando mutuamente com dons e carismas próprios, sob a orientação dos apóstolos, como irmãos e mestres responsáveis pela formação do povo. Trabalhando em conjunto, sempre com um só mestre: Nosso Senhor Jesus Cristo.

Conclusão

Após anos de separação entre os fiéis leigos e o ministério ordenado, com a Igreja sendo representada quase que exclusivamente por seus pastores, o Vaticano II, sempre atento ao sinal dos tempos, percebe que o fiel leigo já vinha contribuindo independentemente para a evangelização em diversos setores, obtendo, principalmente no século XX, relativo sucesso. Nota-se a necessidade da formação desses fiéis para que possam melhor trabalhar, sempre sob orientação da hierarquia e a ela submetida.

Durante o concílio, a visão que a Igreja tem de si muda radicalmente: não se descartam mais as correntes filosóficas, a história e a sociologia. A Igreja percebe que vive imersa em um mundo em constante mudança e procura um *aggiornamento* para que possa viver no mundo e para o mundo, como serva que deve ser, seguindo o exemplo de Cristo. Vários fatores precisam ser atualizados para que haja maior participação do povo na vida da Igreja e da Igreja entre seu povo. Mudanças na liturgia, no estudo bíblico, na formação dos sacerdotes, no contato com outras denominações cristãs e religiosas, com a modernidade e também com seu próprio povo são requeridas e aceitas depois de anos de discussão e trabalho intenso.

Os fiéis leigos são chamados, juntamente com o ministério ordenado, a fazer parte de uma só nação, um só povo, o Povo de Deus, composto por sacerdotes, com a mesma missão, trabalhar juntos, apoiando-se mutuamente, cada um dispondo de seus dons, de seus carismas, faculdades e posições sociais, sempre com o mesmo propósito: servir, como Jesus serviu. O leigo deve ir onde o ministro ordenado não está presente e onde pode servir com mais propriedade e os pastores devem instruir e formar seu rebanho para uma ação mais eficiente. Já não há mais distinção de classe ou grau, mas sim membros trabalhando, cada um com sua função, unidos em um só corpo, movendo-se todos em uma só direção, com o mesmo objetivo, orientados por uma só cabeça, que é Jesus Cristo.

É necessário reconhecer que o conceito, apesar de meio século de distância do final do Concílio Vaticano II, ainda não foi bem entendido ou bem aceito por parte de alguns sacerdotes e bispos, bem como de muitos leigos. Ainda prevalece para estes os conceitos anteriores ao concílio. Mas muito se tem feito no mundo todo e na América Latina para a solidificação, não só do conceito de Povo de Deus, mas de todo o trabalho feito pelos padres conciliares. Teólogos e pastores têm trabalhado árdua e constantemente para que todo o espírito do concílio seja aceito e abraçado pela Igreja, pelo Povo de Deus.

CAPÍTULO III

O SACERDÓCIO COMUM – O PAPEL DO LEIGO NA IGREJA CATÓLICA DA AMÉRICA LATINA E NA IECLB

Introdução

Pretende-se mostrar neste capítulo, a evolução do papel do leigo no sacerdócio comum em sua relação com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e com a Igreja Católica na América Latina, nas Conferências de Medellín e Puebla.

Primeiramente far-se-á uma breve introdução histórica do estabelecimento e evolução da Igreja de confissão luterana no Brasil, desde o período colonial até os dias de hoje, da perspectiva da IECLB, passando pelas dificuldades criadas pela Segunda Guerra mundial e sua perspectiva ecumênica relacionada ao movimento leigo da Teologia da Libertação.

Posteriormente será comentado o ministério ordenado na IECLB, desde seu início, sem ministros ordenados em suas comunidades, passando pelo envio de pastores de países de língua germânica para o Brasil. Será analisado o fenômeno do pastorcentrismo, isto é do fato de as comunidades de confissão luterana viverem sob a liderança do pastor (ministro ordenado), como autoridade religiosa e não raramente, civil. Afirma Brakemaier, que, sob algumas condições,

(...) não há lugar para outros/as obreiros/as ao lado do/a pastor/a, tendo por consequência a instalação do diletantismo em muitas áreas, a exemplo do ensino religioso. Pois o pastor ou a pastora não podem ser competentes em tudo. Ademais, a vida da comunidade sofre perigosa padronização, excludente de quem não se enquadra. A predominância do ministério pastoral tem conduzido ao protesto de outros ministérios, que se viam marginalizados. O quadro tal como desenhado certamente contém exageros. Não obstante, reproduz alguma verdade. Pois é forte na IECLB o clamor por iniciativas renovadoras, por maior valorização do membro leigo e por recuperação de vigor missionário e diaconal.¹³³

As comunidades luteranas, sob orientação de seus pastores e membros, vão se comunicando ao longo dos anos e estabelecendo uma unidade comum, alinhando-se em sua fé. Acabam perdendo o direito, nos anos 40 e 50 de celebrar em língua alemã, perdem

¹³³ BRAKEMEIER, G., Teses Referentes à Compreensão de Ministério na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) Avaliação e Questões Abertas. In: Estudos Teológicos v. 35, n. 2 (1995), São Leopoldo, p. 121.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/847> Acesso em 25 nov. 2019.

também alguns estabelecimentos de ensino, mas se unem na Federação Sinodal, posteriormente IECLB.

Pretende-se mostrar também o papel que o ministro ordenado foi exercendo, desde as primeiras comunidades até os dias de hoje. Primeiramente, com comunidades sem os ministros, posteriormente com pastores enviados dos países de língua alemã, até a formação de pastores no Brasil. Será comentada a cooperação das comunidades com seus pastores e a influência desses pastores na condução da comunidade religiosa. Posteriormente, será analisado o papel do leigo no ministério da IECLB, sua cooperação com a liturgia e pastorais e também a influência da teologia católica na América Latina (Teologia da Libertação) na formação de comunidades e participação ativa do laicato.

Em um momento posterior será avaliada a teologia acerca da participação do leigo na construção do Evangelho em cooperação com o clero na Igreja Católica. Serão analisados o papel que deve ser desenvolvido pelo leigo na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e no Decreto *Apostolicam Actuositatem*, oriundos do Concílio Vaticano II. Segundo a *Lumen Gentium*, todos os que creem em Cristo, sem distinção, formam o Povo de Deus, povo da Nova aliança,

Em todos os tempos e em todas as nações foi agradável a Deus aquele que O teme e obra justamente (cfr. Act. 10,35). Contudo, aprouve a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluindo qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente. Escolheu, por isso, a nação israelita para Seu povo. Com ele estabeleceu uma aliança; a ele instruiu gradualmente, manifestando-Se a Si mesmo e ao desígnio da própria vontade na sua história, e santificando-o para Si. Mas todas estas coisas aconteceram como preparação e figura da nova e perfeita Aliança que em Cristo havia de ser estabelecida e da revelação mais completa que seria transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne. Eis que virão dias, diz o Senhor, em que estaberecerei com a casa de Israel e a casa de Judá uma nova aliança... Porei a minha lei nas suas entranhas e a escreverei nos seus corações e serei o seu Deus e eles serão o meu povo... Todos me conhecerão desde o mais pequeno ao maior, diz o Senhor (Jer. 31, 31-34). Esta nova aliança instituiu-a Cristo, o novo testamento no Seu sangue (cfr. 1 Cor. 11,25), chamando o Seu povo de entre os judeus e os gentios, para formar um todo, não segundo a carne mas no Espírito e tornar-se o Povo de Deus. Com efeito, os que crêem em Cristo, regenerados não pela força de germe corruptível mas incorruptível por meio da Palavra de Deus vivo (cfr. 1 Ped. 1,23), não pela virtude da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cfr. Jo. 3, 5-6), são finalmente constituídos em «raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo conquistado... que outrora não era povo, mas agora é povo de Deus» (1 Ped. 2, 9-10).

Este povo messiânico tem por cabeça Cristo, «o qual foi entregue por causa das nossas faltas e ressuscitado por causa da nossa justificação» (Rom. 4,25) e, tendo agora alcançado um nome superior a todo o nome, reina glorioso nos céus. E condição deste povo a dignidade e a liberdade

dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como num templo. A sua lei é o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou (cfr. Jo. 13,34). Por último, tem por fim o Reino de Deus, o qual, começado na terra pelo próprio Deus, se deve desenvolver até ser também por ele consumado no fim dos séculos, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cfr. Col. 3,4) e «a própria criação for liberta do domínio da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus» (Rom. 8,21). Por isso é que este povo messiânico, ainda que não abranja de facto todos os homens, e não poucas vezes apareça como um pequeno rebanho, é, contudo, para todo o género humano o mais firme germe de unidade, de esperança e de salvação. Estabelecido por Cristo como comunhão de vida, de caridade e de verdade, é também por Ele assumido como instrumento de redenção universal e enviado a toda a parte como luz do mundo e sal da terra (cfr. Mt. 5, 13-16).

Mas, assim como Israel segundo a carne, que peregrinava no deserto, é já chamado Igreja de Deus (cfr. 2 Esdr. 13,1; Num. 20,4; Deut. 23,1 ss.), assim o novo Israel, que ainda caminha no tempo presente e se dirige para a futura e perene cidade (cfr. Hebr. 13-14), se chama também Igreja de Cristo (cfr. Mt. 16,18), pois que Ele a adquiriu com o Seu próprio sangue (cfr. Act. 20,28), encheu-a com o Seu espírito e dotou-a dos meios convenientes para a unidade visível e social. Aos que se voltam com fé para Cristo, autor de salvação e princípio de unidade e de paz, Deus chamou-os e constituiu-os em Igreja, a fim de que ela seja para todos e cada um sacramento visível desta unidade salutar (15). Destinada a estender-se a todas as regiões, ela entra na história dos homens, ao mesmo tempo que transcende os tempos e as fronteiras dos povos. Caminhando por meio de tentações e tribulações, a Igreja é confortada pela força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor para que não se afaste da perfeita fidelidade por causa da fraqueza da carne, mas permaneça digna esposa do seu Senhor, e, sob a acção do Espírito Santo, não cesse de se renovar até, pela cruz, chegar à luz que não conhece ocaso.¹³⁴

O Decreto *Apostolicam Actuositatem* dirá aos leigos qual o papel que lhes cabem na edificação do Reino de Deus:

(...) Esta espiritualidade dos leigos deverá assumir características especiais, conforme o estado de matrimónio e familiar, de celibato ou viuvez, situação de enfermidade, actividade profissional e social. Não deixem, por isso, de cultivar assiduamente as qualidades e dotes condizentes a essas situações, e utilizar os dons por cada um recebidos do Espírito Santo.

Além disso, aqueles leigos que, seguindo a própria vocação, se alistaram em alguma das associações ou institutos aprovados pela Igreja, devem de igual modo esforçar-se por assimilar as características da espiritualidade que lhes é própria.

Tenham também em muito apreço a competência profissional, o sentido de família e o sentido cívico e as virtudes próprias da convivência social, como a honradez, o espírito de justiça, a sinceridade, a amabilidade, a fortaleza de ânimo, sem as quais também se não pode dar uma vida cristã autêntica.¹³⁵

¹³⁴ LG, n. 9.

¹³⁵ AA, n. 4.

Após a introdução do conceito de Povo de Deus, com o reconhecimento do sacerdócio comum do leigo como fundamental para o bem da Igreja e do esclarecimento de seu papel como colaborador na evangelização, serão analisados os documentos das Conferências de Medellín e de Puebla, do ponto de vista do protagonismo do fiel leigo da América Latina, bem como a Opção pelo Pobre como chave de leitura para esses documentos. A situação política, social e econômica na América Latina pós concílio pedia uma teologia que desse conta de seu povo, miserável e sofrido. Assim escreve Martina:

Na segunda metade do século XIX, a América Latina se aventurou de modo crônico em tentativas de reforma, que em geral acabaram sendo utopistas pela rapidez de evolução, as expectativas irrealistas, os contrastes entre demagogias e ditaduras sustentadas por forças militares, por sua vez fundamentada numa “doutrina de segurança nacional” (ou seja, num anticomunismo radical e ferrenho), ou, ao contrário, no marxismo. O grande fenômeno da urbanização, o desenvolvimento concentrado nas grandes cidades, reformas agrárias improvisadas, exploração unilateral dos recursos naturais, nada resolveu os problemas.

(...)

Em 1955 nasceu o CELAM (Conferência Episcopal da América Latina), que em suas reuniões periódicas foi um estímulo e um instrumento de ligação. Os três encontros mais importantes do episcopado latino-americano são os de Medellín (na Colômbia, a cerca de 300 km ao sul da capital, Bogotá, a 1500 m de altitude, numa eterna primavera), em agosto-setembro de 1968, de Puebla (México, a 100 km a sudeste da capital, Cidade do México), em janeiro-fevereiro de 1979, e de Santo Domingo, capital da República Dominicana, em outubro de 1992, no quinto centenário da descoberta da América. A preocupação fundamental de Medellín foi a condenação da violência institucionalizada, a crítica à invasão econômica do continente por parte das grandes multinacionais. O documento de Puebla, sob vários pontos de vista, pode ser considerado um passo adiante: rejeição à violência; empenho pela libertação total do homem da pobreza, que é fruto também do capitalismo liberal, do marxismo ateu, de uma visão do homem restrita aos aspectos sócio-econômico-político; reavaliação da religiosidade indígena e popular; opção preferencial pelos “índios, camponeses, operários, marginalizados, (...) mulheres duplamente marginalizadas”.¹³⁶

3.1 A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)

¹³⁶ MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 364-366.

Desde o descobrimento do Brasil, em 1500, até meados do século XIX, a presença de protestantes, sobretudo de confissão luterana no Brasil, não era significativa, uma vez que, além de ser proibida outra confissão religiosa no Brasil que não a católica apostólica romana, só houve mesmo uma parcela significativa de religiosos protestantes no Brasil, com as imigrações no meio do século XIX. Assim afirma Wachholtz,

Desde a invasão colonizadora em 1500 até o século XIX, o Brasil experimentou o catolicismo romano como religião oficial. As experiências e tentativas protestantes (e outras!) antes do século XIX, ao invés de levarem à tolerância religiosa, levaram ao extremo oposto. Em outras palavras, enquanto a Europa Central se abriu para a heterogeneidade confessional, no Brasil da Inquisição portuguesa se defendia uma pretensiosa homogeneidade religiosa e confessional. A entrada de protestantes no Brasil após as invasões holandesas no Nordeste do Brasil (1624/1630-1650) foi fortemente proibida e fiscalizada sob alegação de “(...) alerta contra os hereges, isto é, calvinistas franceses, reformados holandeses, anglicanos, protestantes alemães, etc”¹³⁷

As comunidades de confissão evangélica luterana começam a se estabelecer no Brasil pós a vinda a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, sobretudo com a imigração de famílias de alemães protestantes de confissão luterana. O início dá-se com formações das congregações suíça em maio de 1824 em Nova Friburgo, RJ; e de alemães em São Leopoldo, RS, em julho de 1824; Blumenau, SC, em 1854; na cidade do Rio de Janeiro 1827; em Domingos Martins, ES, em 1846; Teófilo Otoni - MG em 1862; Limeira - SP em 1873 e Ponta Grossa, PR, em 1877. Porém, mesmo com essas congregações admitidas em solo brasileiro, continuavam sendo proibidas construções com forma exterior de templo e os colonos que não fossem católicos praticamente não tinham direitos civis, seus casamentos e batismos não eram considerados válidos a não ser que fossem feitos diante de um padre católico. Porém, essas comunidades perseveraram em sua fé e foram se organizando. Ainda segundo Wachholz,

Aos poucos, as comunidades foram se unindo em estruturas eclesiais: o Sínodo Riograndense (1886), o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados, mais conhecido como Sínodo da “Caixa de Deus” (1905), a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911) e o Sínodo Evangélico Brasil Central (1912). Esses Sínodos constituiriam a Federação Sinodal em 1949, isto é, a IECLB.¹³⁸

¹³⁷ WACHHOLZ, W., Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. In: Estudos Teológicos v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo, p. 180-181.
Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82> Acesso em 25 nov. 2019.

¹³⁸ WACHHOLZ, W., Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. In: Estudos Teológicos v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo, p. 183.

Desta maneira, a Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil (IECLB), foi se organizando, inicialmente com membros da própria comunidade exercendo o papel de Ministro da Palavra e ministrando sacramentos, exercendo o ministério diaconal e criando escolas para as suas comunidades. Com o tempo, vieram da Alemanha pastores formalmente consagrados para auxiliar e guiar as comunidades de língua alemã. Porém, a comunidade luterana, exclusivamente de ascendência germânica teve problemas com o governo Getúlio Vargas e com a Segunda Guerra Mundial. Escreve Wachholz:

A partir de fins de 1937, os ideais nativistas do governo do presidente da república Getúlio Vargas se radicalizaram de forma que o trabalho étnico-eclesiástico logo era associado ou confundido com nacional-socialismo. De outro lado, o cultivo, por exemplo, da língua alemã no âmbito das comunidades protestantes, reforçava as desconfianças e repressões ao elemento étnico alemão. O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Reich em 22 agosto de 1942, por pressão dos EUA, levou a excessos maiores do que na Primeira Guerra Mundial: prisões em massa de alemães, entre os quais pastores dos quatro sínodos, sob acusação de 5ª coluna, destruição de patrimônio alemão por parte da população instigada – por exemplo, destruição de escolas e templos em Santa Maria e Pelotas/RS, revistas domésticas. Em 1943, a situação foi afrouxada um pouco, embora em maio ainda continuassem presos 25 pastores e, em meados de setembro, ainda eram 20 os presos. Através do decreto de 2 de dezembro de 1937, a atividade de partidos políticos havia sido proibida no Brasil. Impulsionado pelo ideal nativista, em 19 de abril de 1938, o presidente Vargas proibiu toda e qualquer atividade política de estrangeiros no Brasil. Um decreto de 25 de agosto de 1939 visava impedir a concentração de imigrantes vindos de um mesmo Estado ou região e obrigava a língua portuguesa nas prédicas. Pelo mesmo ideal nativista, Vargas nacionalizou o sistema escolar, fazendo das escolas centros cívicos, onde se deveria realizar “cultos patrióticos”, descerrar quadros de políticos, prestar juramento à bandeira. Em fevereiro de 1941, Vargas decretou que, a partir de seis meses, qualquer tipo de publicação somente poderia ser feito em língua portuguesa, o que representou o fim dos periódicos eclesiais em língua alemã. Ainda assim, as dificuldades variavam de acordo com o Estado.... O programa de Vargas e o de Adolf Hitler confrontaram-se no Brasil. Tratava-se de dois programas semelhantes, mas mutuamente excludentes. De um lado, a ideologia do nativismo e da brasilidade e, de outro, a do nacional-socialista-étnica.¹³⁹

O período pós-guerra foi particularmente difícil, para as comunidades Evangélicas Luteranas. Os pastores eram em sua totalidade alemães e os cultos eram em alemão.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82> Acesso em 25 nov. 2019.

¹³⁹ WACHHOLZ, W., Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. In: Estudos Teológicos v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo, p. 185-186.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82> Acesso em 25 nov. 2019.

Como esses pastores não falavam a língua portuguesa, os cultos não puderam ser ministrados. As escolas haviam sido tomadas pelo governo e pastores foram presos. Além disso, a ajuda financeira, que costumava vir da Alemanha, não mais existia, pois a Alemanha não tinha mais condições, afinal fora praticamente destruída pela guerra. O Sínodo realizado em Blumenau pedia que leigos se reunissem para o culto dominical e que um deles pudesse pelo menos ler um sermão e cantar hinos com as comunidades. Tudo isso fez com que os evangélicos luteranos no Brasil e no mundo todo refletissem sobre a necessidade da língua alemã no seu culto.

No Concílio da Federação Sinodal de 1950 foi determinado que:

1. A Federação Sinodal é Igreja de Jesus Cristo no Brasil com todas as consequências daí advindas para a proclamação do Evangelho neste País e para a co-responsabilidade pela formação da vida política, cultural e econômica de seu povo.
2. Esta Igreja é confessionalmente determinada pela Confissão de Augsburgo e Pequeno Catecismo de Lutero, pertence à família das Igrejas moldadas pela Reforma de Martin Lutero, e quando adotar em lugar de “Federação” a denominação de “Igreja”, o que esperamos para breve, exprimi-lo-á nesta mesma denominação.
3. Como Igreja assim determinada confessionalmente, a Federação Sinodal se encontra na comunhão das Igrejas representadas no Conselho Mundial, as quais reconhecem o Evangelho de Jesus Cristo, que nos transmite a Sagrada Escritura, com única regra e diretriz de sua obra evangélica e de doutrina.
4. A Federação Sinodal cultiva a comunhão de fé com a Igreja-Mãe, a Igreja Evangélica na Alemanha, que pela sua Ordem Básica evidencia a comunhão da cristandade evangélica na Alemanha e se enquadra na ordem ecumênica.¹⁴⁰

Em 1954 a Federação Sinodal passa oficialmente ser chamada de Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil e abre-se para o ecumenismo. Já, anteriormente, a Federação procurou ser aceita na Federação Luterana Mundial e no Conselho Mundial de Igrejas e, em 1958, decidiu-se filiar à Conferência Evangélica do Brasil.¹⁴¹

A partir dos anos 70, a IECLB, atenta aos problemas do Brasil e da América Latina, começa a se identificar um pouco menos com sua identidade alemã e olhar para a realidade do pobre e do marginalizado, aproximando-se da visão da Igreja Católica e com ela trabalhando pelo povo carente, afetando inclusive sua eclesiologia. Assim escreve Brakemeier:

¹⁴⁰ *Primeiro Concílio da Federação Sinodal, São Leopoldo, 14-16 de Maio de 1950*, São Leopoldo: Rotermund & Co, 1950, p. 4.

¹⁴¹ Cf. WACHHOLZ, W., *Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios*. In: *Estudos Teológicos* v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo, p. 191-193.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82> Acesso em 25 nov. 2019.

1.O paradigma eclesiológico da teologia da libertação é a comunidade eclesial de base. Pretendia, originalmente, revolucionar a Igreja. Opunha a uma “Igreja de cúpula” a “Igreja popular”; à Igreja de cima, a Igreja de baixo; à Igreja da elite, a Igreja dos pobres. Entrementes, o resultado está claro: a Igreja hierárquica incorporou as comunidades eclesiais de base, não vice-versa. Estas são bem-vindas na Igreja como um segmento entre outros. Mas já não representam o incômodo questionamento à instituição como antes. As razões devem ser detectadas prioritariamente no enorme poder da estrutura episcopal da Igreja Católica Romana, que mais esta vez se impôs. Entretanto, há perguntas críticas a dirigir também à própria concepção da comunidade eclesial de base. Possui traços que dificultam seja apreendida como embrião de uma nova Igreja. É-lhe peculiar, por exemplo, considerável grau de exclusivismo. Isto, sempre que a opção pelos pobres deixa de ser preferencial e se toma absoluta, deixando de resultar do amor e passando a ser uma questão de princípio e de fé. O fantasma da cisão, então, aparece no horizonte. Também nas comunidades da IECLB a ideia introduziu conflitos. O privilégio dos pobres tem sido interpretado e não raro articulado como agressão a quem não se enquadrava na categoria de povo oprimido. A padronização da comunidade eclesial de base traria em seu bojo a necessidade da recomposição da IECLB em novos e inseguros fundamentos. Entendidas como movimento na Igreja, as comunidades eclesiais de base, sem dúvida, atestam o sopro do Espírito. Despertaram para a realidade da opressão; ensinam como unir à espiritualidade a ação política; sacodem estruturas petrificadas, fazendo vislumbrar o sacerdócio dos crentes. Mas elas não são o modelo estrutural de uma nova forma de ser Igreja e, conforme muitos de seus protagonistas, nem deve ser esta a sua intenção.

2. Algo análogo vale para a visão eclesiológica do movimento evangelical na IECLB. Para ele, comunidade se realiza essencialmente como “encontrão”. Não são os pequenos círculos fechados do pietismo tradicional que determinam a concepção de Igreja, e sim a concentração maior das pessoas comprometidas para a oração, a reflexão, a festa conjunta. Encontrão é expressão de evangelização e de comprometimento com ela. Entende-se declaradamente como movimento renovador vindo “de baixo”, do laicato, do sacerdócio, não de cima, do “clero”. A criação de um novo padrão estrutural de Igreja não faz parte de suas aspirações. Sensibilidade para com as necessidades espirituais das pessoas, incluindo a atenção ao fenômeno carismático, bem como aguda percepção das distorções sociais no País, destacam o movimento. Aliás, de modo muito semelhante ao movimento da libertação, não se permite qualificá-lo como bloco uniforme. Caracteriza-o considerável variedade de expressões. A todas, porém, é comum a oposição à herança iluminista que penetrou, entre outras, também na teologia da libertação, e a insistência na decisão pessoal em favor da fé.¹⁴²

¹⁴² BRAKEMEIER, G., Um Novo Modo de Ser IECLB?: Ensaio de Eclesiologia Contemporânea. In: Estudos Teológicos v. 34, n. 1 (1994), São Leopoldo, p. 51-52.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/875> Acesso em 25 nov. 2019.

Ainda sobre a colaboração e busca do ecumenismo por parte da ISCLB, afirma Wachholz:

Desta forma, pode-se assistir à IECLB assumindo sua responsabilidade pública. Isso foi se evidenciando através da cooperação crescente com a Igreja Católica Romana, como, por exemplo, através da participação de pastores na Comissão da Pastoral da Terra. Em 1982, a escolha do lema da Igreja “Terra de Deus – Terra para Todos”, também evidencia seu engajamento. Esse engajamento ainda se refletiu na participação da IECLB, junto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e algumas igrejas protestantes, na criação, em 1982, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), e visando à cooperação mais estreita no âmbito do protestantismo, na criação do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).¹⁴³

Esses movimentos continuam ainda hoje na IECLB, com visões eclesiológicas consideradas inovadoras, mas próximas da visão ecumênica iniciada nos anos 50 e 60, procurando uma dimensão espiritual, porém, sem se distanciar muito da dimensão institucional da Igreja.

3.1.1 O Ministério Ordenado Ontem e Hoje

Lutero, em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão* não propõe a extinção do ministério ordenado, mas envolve todo cristão batizado na tarefa de evangelizar. O proposto é que não haja distinção entre clérigos e leigos, toda a comunidade tem a autoridade do sacerdote. O Ministro da palavra seria o responsável pelo ensino da doutrina e pelos sacramentos. Para isso, requeria que o escolhido pela comunidade fosse um estudioso das Escrituras e da doutrina. Seria sacerdote e mestre de sua comunidade. Afirma Brakemaier:

O ministério se distingue do sacerdócio pela convocação e pelo âmbito da atuação, que é público. Apesar de todas as prerrogativas, o sacerdócio não é um ministério. É um status, uma função, atividade, mas não um “encargo oficial”.

O ministério precisa de “credenciais”, implícitas na convocação, respectivamente ordenação. Não se trata da concessão de um mandato democrático. Pois a autoridade do ministério não emana do povo, e sim da palavra de Deus, o que garante a liberdade dos ministros frente à comunidade. Esta, por sua vez, não fica isenta de responsabilidade. Cabe-lhe “controlar” a pregação da palavra de Deus e a prática dos sacramentos. A comunidade continua tendo uma eminente tarefa teológica.¹⁴⁴

¹⁴³ WACHHOLZ, W., Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. In: Estudos Teológicos v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo, p. 197.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82> Acesso em 25 nov. 2019.

¹⁴⁴ Idem, p. 56.

Porém tal conceito pode gerar algumas confusões: o Ministro da palavra exerceria papel de líder da comunidade? A exerceria essa liderança e teria plenos poderes sobre o Ministro? Uma comunidade que escolhe seu Ministro, poderia se sentir tentada a fazê-lo de modo a satisfazer suas vontades, reafirmar suas ideias. Continua Brakemeier:

Com essa concepção, o luteranismo novamente se move entre duas frentes: se a autoridade se concentrar exclusivamente na mão do ministério, o resultado será a dominação episcopal e pastoral na comunidade. A Igreja luterana, com boas razões, reprovava o magistério infalível de uma instância central. Não pode desincumbir a comunidade do sacerdócio. Mas também esta não pode monopolizar a autoridade. O resultado seria o congregacionalismo, com a permanente ameaça de instalar a “ditadura de baixo”. A palavra de Deus estaria sujeita à manipulação humana, podendo facilmente sucumbir a interesses muito dúbios..¹⁴⁵

Deve haver um equilíbrio entre o Ministério e a comunidade para que não seja sufocado o sacerdócio de todos os crentes ou para que o Ministério da palavra não se torne um cargo burocrático. É muito comum que ocorra o primeiro caso, com o Pastor ocupando um cargo de destaque e liderança na comunidade, sobretudo na época em que pastores eram enviados da Alemanha e a comunidade de confissão luterana era fechada apenas a imigrantes e descendentes. Sobre o status de liderança do pastor, afirma Calvani:

A compreensão do caráter sacramental e representativo das ordens ministeriais tradicionalmente sempre dividiu as igrejas. Porém é inegável que todas têm em alta conta o ministério ordenado. Do contrário, não investiriam tantos recursos financeiros na manutenção de seminários ou faculdades de teologia, além de desenvolverem ritos próprios de ordenação ou consagração que visualizam publicamente a autoridade espiritual e institucional conferida a um pastor ou pastora. Isso significa que o pastor e a pastora estão imbuídos de certo carisma que lhes confere poder. Eles e elas são vistos como representantes do sagrado, veiculadores de bênçãos e cuidado espiritual, intérpretes autorizados das Escrituras e orientadores éticos. Ou seja, há um inegável distanciamento entre a pessoa que recebe o título de “pastor/a” ou “reverendo/a” e o povo que se dirige a ele ou a ela com essas expressões. Ainda que pastores e pastoras mais jovens tentem diminuir ou minimizar essa distância, dificilmente conseguirão evitar que o povo assim os veja. Mesmo aqueles pastores que rejeitam ser tomados como “modelos” reconhecem que a própria comunidade assim os vê e deles espera um comportamento diferenciado. Apesar de toda ênfase protestante no “sacerdócio universal de todos os crentes”, há um carisma institucional que diferencia o pastor – seja pelo título, pelas vestes que usa no momento do culto, pelo domínio maior que possui da interpretação bíblica, de versículos, de doutrinas ou pela oratória.

¹⁴⁵ BRAKEMEIER, G., Um Novo Modo de Ser IECLB?: Ensaio de Eclesiologia Contemporânea. In: Estudos Teológicos v. 34, n. 1 (1994), São Leopoldo, p. 57. Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/875> Acesso em 25 nov. 2019.

Muitos membros da igreja os veem não apenas como alguém “a parte”, mas como alguém “acima” deles. Em confraternizações, almoços ou festas de aniversário sempre se espera que o pastor ou a pastora dirija a oração de ação de graças. Afinal, ele ou ela são líderes da comunidade, ao mesmo tempo em que não pertencem a ela. Ou seja, social e antropologicamente há uma função representativa e vicária no ministério ordenado. O pastor ou a pastora, queiram ou não, representam Deus, Cristo e a igreja.¹⁴⁶

Como reflexão e possível solução, propõe Brakemeier:

1. Urge reativar o sacerdócio dos crentes, tendo-se em mira a comunidade adulta, capaz de “avaliar doutrina”, conforme Lutero quis. Seria uma ilusão pretender a transformação de todos os membros em especialistas em teologia. Importante é o membro motivado, consciente, imune às seduções religiosas de fora e capaz de responsabilizar a sua fé. Consequentemente, a comunidade vai ter que investir na formação religiosa de seus membros e na abertura de espaços para a participação. O discurso teológico deve se adaptar a isso. Exige proximidade com a vida real, com as perguntas de hoje, com o dia-a-dia das pessoas. O leigo precisa assumir seu sacerdócio. Na IECLB, infelizmente, o ministério atrofiou a missão da comunidade. Este juízo certamente não permite ser generalizado, mas reproduz alguma verdade. Tal atrofiamento é teologicamente ilegítimo e altamente imprudente numa sociedade zelosa da autodeterminação individual. A comunidade evangélica não necessita de “freguesia”. Esta é sempre um grupo inconstante e de mero consumo. A comunidade precisa de membros no sentido pleno da palavra.
2. Urge romper as cercas que a comunidade evangélica ergueu em tomo de si. Se é verdade que a graça de Deus fundamenta a comunidade, por que há tantos entraves para a filiação de gente que não comunga a mesma origem étnica, a mesma classe social, o mesmo nível cultural? A padronização do “estilo de vida” de uma comunidade redundaria em exclusão das pessoas que nela não se sentem em casa nem encontram espaço. Onde estão, por exemplo, os jovens, os intelectuais, os negros luteranos? A comunidade evangélica precisa arriscar variedade, abrir suas portas e convidar à participação. Caso contrário, seus templos acabarão vazios, e o pequeno grupo que sobrar estará ameaçado de submergir em absoluta inexpressividade.
3. Urge diversificar os serviços e dirigir a atenção conscientemente a grupos, segmentos e setores específicos, como, por exemplo, de operários, agricultores, mulheres, universitários e outros. Também os movimentos se inserem aqui. Devem ter reservado seu espaço. A comunidade precisa de movimentos, embora ela mesma não deva se constituir como tal. Se o fizesse, estaria obrigada a assumir os mecanismos de exclusão característicos de todos os movimentos de algum perfil. É função da comunidade unir a diversidade própria do corpo de Cristo. Isto, não pelos métodos da exclusão, e sim da integração e cooperação.¹⁴⁷

¹⁴⁶ CALVANI, C., Tensões e Tesões no Ministério Pastoral: Um desafio à Ética Profissional. In: Estudos Teológicos v. 56, n. 2 (2016), São Leopoldo, p. 353.
Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/2724> Acesso em 28 nov. 2019.

¹⁴⁷ BRAKEMEIER, G., Um Novo Modo de Ser IECLB?: Ensaio de Eclesiologia Contemporânea. In: Estudos Teológicos v. 34, n. 1 (1994), São Leopoldo, p. 58-59.

Sem isso, a comunidade seguiria isolada do mundo e seus pastores decidiriam seu rumo. Esse fato, com absoluta certeza, traria problemas dentro do próprio ministério, com os outros ministérios se sentindo inferiores e desprestigiados em relação o ministério pastoral. A procura por diáconos catequistas e obreiros, diversificando o ministério, criando um ministério compartilhado, seria mais saudável para a própria comunidade. Afinal, o ministério deve estar a serviço da comunidade e a comunidade deve trabalhar juntamente com o ministério para seu bem e de toda a Igreja de Jesus Cristo.

Deve prevalecer a autoridade teológica do pastor, que para isso foi preparado e escolhido, e deve ele, como liderança teológica, investir em sua formação para melhor servir a Deus e à comunidade. Deve também investir na formação de parceiros de ministério, respeitando suas atribuições e contribuindo para o bom e correto desempenho de todo o ministério compartilhado. Deve também ser respeitada a diversidade da comunidade, com formação de grupos com diferentes funções. Para tanto, a correta formação do fiel leigo é fundamental.

Deve se esperar que da diversidade surjam conflitos, mas também a diversidade vem do Espírito Santo. Cabe ao pastor e demais ministérios administrar esses conflitos e dele extrair diferentes ideias e sugestões, evitando cisões. Pastorear um rebanho não é só alimentá-lo adequadamente com o Evangelho, mas também evitar que se perca em meio a vaidades e divergências.

Cabe ao pastor recordar que o exercício do ministério e sobretudo do sacerdócio tem como horizonte o Reino de Deus, o qual não existe sem seu povo, com todas as desigualdades, divergências e conflitos, mas com sua diversidade que produz riqueza de dons e carismas que permitem à toda a comunidade ser o sal da Terra e a Luz do mundo. Assim, escreve Volkmann:

... todos os cristãos são iguais diante de Deus e que, como membros deste corpo, têm participação na sua missão. Por isso o ministério é da comunidade. A ela cabe dar continuidade da obra de Cristo através da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos, conforme a Confissão de Augsburgo em seu quinto artigo. Mas pela razão de que a própria comunidade não vive sem que ela mesma seja constantemente confrontada com e alimentada pelo evangelho, determinadas pessoas são incumbidas de tarefas específicas em relação à comunidade. Temos aí os ministérios específicos. Assim como na comunidade primitiva havia os apóstolos, profetas, mestres, etc., da mesma forma a Igreja de hoje necessita de pessoas que estão especificamente a serviço do anúncio da Palavra e da administração dos sacramentos para a

comunidade... São mencionados inclusive diversos outros obreiros: professores-catequistas, professores de ensino cristão, diáconos e diaconisas, leitores e pregadores, orientadores de grupos. No entanto, há um destaque especial para a “função específica do pastor”, enquanto as atribuições de todos os demais obreiros são analisadas conjuntamente. Leia-se, portanto: na IECLB sempre permaneceu viva a consciência da diversidade de ministérios especiais.¹⁴⁸

Finalmente, pode-se afirmar que a liderança exercida pelo pastor, ou Ministro da palavra não é necessariamente algo ruim ou desastroso para a comunidade, desde que seu papel não seja centralizador e procure entre seu povo dons para exercer os demais ministérios. Há que se pense na formação de leigos para equipes de liturgia, atendimentos a idosos e enfermos, preparação para batismo, matrimônio e outros. Os dons e carismas podem e devem ser aproveitados para a edificação da comunidade segundo suas facilidades e qualidades. E, por outro lado, o Ministro da palavra não deve ser tomado somente como um mestre de cerimônia durante a liturgia, mas como guia espiritual, mestre e orientador para a formação dos leigos que possam contribuir para a igreja.

3.1.2 O Fiel Leigo e a IECLB

Desde o proposto por Lutero em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã Acerca da Reforma do Estado Cristão*, espera-se do fiel leigo a participação como sacerdote que é, na divulgação do Evangelho e na edificação da Igreja Cristã. Para tanto, já se propunha que a comunidade não necessitasse exclusivamente de um ministro ordenado para continuar existindo e servindo a Cristo. Dessa maneira, da comunidade depende o ministro e, com a colaboração dos ministros, cresce e se solidifica a comunidade. O leigo tem seu papel no ministério de Cristo e não necessariamente como Ministro da palavra ou líder da comunidade. Segundo Volkmann,

Assim, o primeiro desafio provém do conceito de comunidade. Mesmo que a comunidade não exista sem o ministério, este não representa uma grandeza à parte que poderia, por sua vez, existir sem a comunidade. Por isso, o mais importante é a comunidade que, na compreensão luterana, é a Igreja, porque é ali que se dá a comunhão dos santos que vive do evangelho, em Palavra e Sacramento. Por isso, falar de ministério compartilhado é falar da comunidade. E aí o grande desafio é passarmos da ideia de comunidade no sentido de sociedade para a compreensão de comunidade como idêntica à comunhão dos santos. Ou seja, importa resgatarmos e desenvolvermos entre os membros, a

¹⁴⁸ VOLKMANN, M., Edificação da comunidade a partir do Ministério compartilhado. In: Estudos Teológicos v. 37, n.21 (1997), São Leopoldo, p. 156-157.

Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/787> Acesso em 25 nov. 2019.

consciência de que, a partir do Batismo, todos são sacerdotes e sacerdotisas. Logo, eles não dependem, em princípio, da intermediação do clero (ministérios especiais) para chegar a Deus, obter a salvação e vivenciar a fé. Pelo contrário, a partir do Batismo os membros da comunidade formam a comunhão dos santos onde esta salvação é continuamente vivenciada e anunciada. Esta é a atribuição do ministério da Igreja. Os ministérios específicos existem em função dessa tarefa intrínseca à comunidade; eles são o desdobramento desse ministério único da Igreja. Seu objetivo consiste em “facilitar o surgimento de uma comunidade mais acolhedora, solidária, terapêutica, participativa, aberta, integradora, enfim, missionária. Tal comunidade está aí para o louvor e a glória de Deus, para a bênção do mundo e para a sua própria alegria”, conforme consta no próprio documento sobre o Ministério compartilhado.¹⁴⁹

Partindo do Ministro da palavra, que tem sua maior visibilidade durante a liturgia, pode-se pensar no papel do leigo durante a liturgia. Lutero sugere que, mesmo sem um ministro ordenado, a liturgia poderia ocorrer, presidida e amparada por fieis leigos. E assim foi no início das comunidades de confissão luterana no Brasil. Sem a presença de pastores, os imigrantes se reuniam para celebrar seus cultos e atribuíam a membros da comunidade os ministérios necessários. Diz Volkmann:

... O primeiro exemplo é a origem das próprias comunidades, no século XIX, com os imigrantes alemães. Eles vieram para um país em que a Igreja Católica Romana era Igreja oficial. Não havia Igreja evangélica. Caso quisessem continuar fiéis à sua fé evangélica, teriam que organizar a sua vida comunitária a partir do nada. E foi o que fizeram. E o fizeram inicialmente sem a presença de pastores. Estes só vieram mais tarde. Quer dizer, a partir da consciência de pertencer ao povo de Deus e com base nos subsídios materiais de que dispunham (Bíblia, hinário e catecismo), eles próprios continuaram a reunir-se em culto, a instruir seus filhos na fé, a consolar-se mutuamente em suas dificuldades. Para coordenar essa vida comunitária, e assumindo geralmente também a função de professor, foram escolhidas do próprio seio da comunidade lideranças locais: os pastores-colonos. Assim, nesta pessoa estavam conjugadas as tarefas pastoral e educativa, esta última entendida em sentido bem amplo (formação geral e educação na fé).¹⁵⁰

Hoje são discutidas as formações de diversos ministérios não pastorais na IECLB. Em primeiro lugar, podemos citar as equipes de liturgia. Há que se visualizar a importância do culto e da liturgia para a comunidade, como centro da pregação da Palavra e da doutrina. Para tanto, as equipes de liturgia, formada por membros instruídos da

¹⁴⁹ VOLKMANN, M., Edificação da comunidade a partir do Ministério compartilhado. In: Estudos Teológicos v. 37, n.21 (1997), São Leopoldo, p. 163-164. Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/787> Acesso em 25 nov. 2019.

¹⁵⁰ Idem, p. 158.

comunidade é de vital importância. Os cultos são realizados pela e para a comunidade, com ou sem a presença de um pastor, como líder ou autoridade constituída.

Para a IECLB a equipe de liturgia é composta de fiéis batizados, membros da comunidade, suficientemente preparados através de cursos e seminários que têm como missão preparar, juntamente com o pastor, os cultos de sua comunidade, tornando-os mais participativos e agradáveis. Cabe ao pastor motivar e preparar a comunidade para esta missão, sem pressa, com cautela e preocupação nessa formação, para que o culto mantenha sua seriedade e santidade.¹⁵¹

Já em 1990 a IECLB recomendava a formação de equipes de liturgia, além dos quatro ministérios ordenados (pastoral, catequético, diaconal e missionário), coordenados pelo Instituto de Capacitação Teológica Especial, da Escola Superior de Teologia (EST). Os resultados foram positivos, como uma ação já desejada pelas comunidades. Assim relata Belard,

Essa experiência inicial trouxe bons frutos para as celebrações e cultos dentro da IECLB. A partir dessas formações surgiram grupos de liturgia no oeste paranaense, leste catarinense e no sul, centro e norte rio-grandense. Certamente outras regiões do país também tiveram a oportunidade de formar suas equipes de liturgia, mas infelizmente nem todas as experiências foram registradas e publicadas dentro da IECLB. Nas edições da Revista Tear encontram-se vários relatos de equipes de liturgia formadas a partir desse movimento iniciado em 1990. São eles: Estrela/RS (1996), Imigrante/RS (1995), e no Sínodo Noroeste Rio-Grandense.

... Esses relatos mostram que o trabalho com equipes de Liturgia, iniciado de forma forte na década de 90, deu bons frutos e contribuíram para um renovo espiritual das comunidades. O culto foi devolvido à comunidade. As celebrações ganharam alegria e despertaram dons antes escondidos no meio da comunidade. A formação das equipes de liturgia faz o membro entender o culto e a sua dinâmica, passando de uma simples ação passiva e receptora para uma ação ativa e participativa. A comunidade vai passando por um processo de alfabetização litúrgica, onde cada vez mais pessoas passam a entender a celebração e a sentir-se parte integrante da comunidade.

Mas nem tudo são flores. Mesmo com esses bons exemplos o trabalho com as equipes de liturgia ainda enfrenta muitos obstáculos e dificuldades, tanto por parte dos ministros ordenados quanto por membros das comunidades. No âmbito da IECLB, poucas comunidades conhecem o trabalho de uma equipe de liturgia e, portanto, as

¹⁵¹ Cf. BELARD, A., Equipes de Liturgia: aspectos Teóricos e Práticos de Uma Vivência Comunitária no Âmbito da IECLB e da ICAR. In: TEAR Online v. 2, n. 1 (2013), São Leopoldo, p. 49. Disponível em <<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/tear/article/view/792>> Acesso em 28 nov. 2019.

celebrações ficam exclusivamente sob a condução do ministro ordenando.¹⁵²

Não só em equipes de liturgia o leigo pode e deve atuar. Cabe também a ele decidir sobre a convocação de ministros, garantir o disposto nos documentos da IECLB, decidir campos de atuação e propagar a palavra de Deus. Além dos ministérios ordenados, há a necessidade de assistentes sociais, visitantes, secretários, organistas e muitas outras funções primordiais para o bom andamento da comunidade. A palavra que melhor definiria o papel do leigo nas comunidades de confissão luterana é colaboração.

Tais atuações também são vistas e incentivadas na Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e se intensificaram a partir dos anos 70, influenciadas pela Teologia da Libertação e pelas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Esse movimento acabou também influenciando a participação dos leigos na IECLB. Afirma Hoch:

A nível de América Latina, há que ser mencionada a Teologia da Libertação (TdL) no que concerne à contribuição que teve para a conscientização do papel dos leigos na Igreja. Quando L. Boff fala em “Eclesiogênese”, tem em mente justamente a nova Igreja que está surgindo na base e que encontra na mobilização dos leigos sua expressão maior. A força maior da TdL reside exatamente na força dos leigos.

A IECLB, como uma Igreja aberta ecumenicamente, não permaneceu imune à influência da TdL, também no que diz respeito à participação de leigos na vida da Igreja. Acredito inclusive que a mobilização de leigos na IECLB esteja se dando menos do que, por exemplo, na Igreja Católica por uma crise aguda de vocações ao ministério pastoral. (...)

A nível nacional, deve ser lembrado o processo de redemocratização que se viveu no Brasil nesses últimos anos. A grande participação popular na luta pelas diretas-já e posteriormente nas eleições, a organização dos operários e dos agricultores e o fortalecimento do sindicalismo, a crescente mobilização das mulheres, dos professores, dos aposentados e de muitas outras classes sociais têm levado a um desejo de maior participação também na vida da Igreja.¹⁵³

3.2 A Igreja Católica Apostólica Romana

¹⁵² Cf. BELARD, A., Equipes de Liturgia: aspectos Teóricos e Práticos de Uma Vivência Comunitária no Âmbito da IECLB e da ICAR. In: TEAR Online v. 2, n. 1 (2013), São Leopoldo, p. 51-53. Disponível em <<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/tear/article/view/792>> Acesso em 28 nov. 2019.

¹⁵³ HOCH, L., O Ministério dos Leigos: Genealogia de um Atrofiamento. Uma Contribuição para o Debate sobre a Formação Teológica na IECLB. In: Estudos Teológicos v. 30, n. 3 (1990), São Leopoldo, p. 257-258. Disponível em <http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/1044> Acesso em 22 nov. 2019.

A natureza da Igreja, que era vista como uma instituição organizada e imutável, fundada por Jesus Cristo, com os cristãos dela dependentes e receptores passivos, sujeitos ao clero, semelhante a um Estado, propões uma outra visão de si mesma, após o concílio Vaticano II, com a constituição dogmática *Lumen Gentium*. Surgem novos conceitos como “Corpo Místico de Cristo” (LG 8), “Povo de Deus” (LG II) e “Templo do Espírito Santo” (LG 17). A respeito da eclesiologia proposta neste documento, escreve Souza:

(...) Constituía o vértice e o centro das decisões conciliares. Do ponto de vista histórico, concluía a procura da Igreja de sua própria natureza e de seu significado íntimo. Essa procura havia sido iniciada no final do século XIII, trazendo graves consequências aos concílios do século XV e em Trento e não havia sido concluída no Vaticano I. à sua luz são interpretados todos os decretos do concílio. A definição da Igreja como povo de Deus rompe com o conceito institucional unilateralmente jurídico e com a concepção de que a Igreja se identificava com o clero e de que os leigos desempenhavam um papel passivo.¹⁵⁴

A Igreja não é mais vista como uma instituição da qual fazem parte presbíteros, bispos e o Papa, mas formada por homens e mulheres, religiosos e leigos, trabalhando juntos e não mais separados por uma ordenação, contribuindo todos para a edificação do Reino. Essa afirmação fica ainda mais clara no seguinte parágrafo:

O filho de Deus, vencendo, na natureza humana a Si unida, a morte, com a Sua morte e ressurreição, remiu o homem e transformou-o em nova criatura (cfr. Gál. 6,15; 2 Cor. 5,17). Pois, comunicando o Seu Espírito, fez misteriosamente de todos os Seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o Seu Corpo.

É nesse corpo que a vida de Cristo se difunde nos que crêem, unidos de modo misterioso e real, por meio dos sacramentos, a Cristo padecente e glorioso(6). Com efeito, pelo Baptismo somos assimilados a Cristo; «todos nós fomos baptizados no mesmo Espírito, para formarmos um só corpo» (1 Cor. 12,13). Por este rito sagrado é representada e realizada a união com a morte e ressurreição de Cristo: ; «fomos sepultados, pois, com Ele, por meio do Baptismo, na morte»; se, porém, ; «nos tornámos com Ele um mesmo ser orgânico por morte semelhante à Sua, por semelhante ressurreição o seremos também (Rom. 6, 4-5). Ao participar realmente do corpo do Senhor, na fracção do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós. ; «Porque há um só pão, nós, que somos muitos, formamos um só corpo, visto participarmos todos do único pão» (1 Cor. 10,17). E deste modo nos tornamos todos membros desse corpo (cfr. 1 Cor. 12,27), sendo individualmente membros uns dos outros» (Rom. 12,5).

E assim como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cfr. 1 Cor. 12,12). Também na edificação do Corpo de Cristo

¹⁵⁴ SOUZA, N., Contexto e Desenvolvimento Histórico do concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Prospectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p. 58.

existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza e as necessidades dos ministérios para utilidade da Igreja (cfr. 1 Cor. 12, 1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submeteu também os carismáticos (cfr 1 Cor. 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela coesão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente; e se algum membro recebe honras, todos se, alegram (cfr. 1 Cor. 12,26).

A cabeça deste corpo é Cristo. Ele é a imagem do Deus invisível e n'Ele foram criadas todas as coisas. Ele existe antes de todas as coisas e todas n'Ele subsistem. Ele é a cabeça do corpo que a Igreja é. É o princípio, o primogénito de entre os mortos, de modo que em todas as coisas tenha o primado (cfr. Col. 1, 15-18). Pela grandeza do Seu poder domina em todas as coisas celestes e terrestres e, devido à Sua supereminente perfeição e acção, enche todo o corpo das riquezas da Sua glória (cfr. Ef. 1, 18-23) (7).

Todos os membros se devem conformar com Ele, até que Cristo se forme neles (cfr. Gál. 4,19). Por isso, somos assumidos nos mistérios da Sua vida, configurados com Ele, com Ele mortos e ressuscitados, até que reinemos com Ele (cfr. Fil. 3,21; 2 Tim. 2,11; Ef. 2,6; Col. 2,12; etc.). Ainda peregrinos na terra, seguindo as Suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos nos seus sofrimentos como o corpo à cabeça, sofrendo com Ele, para com Ele sermos glorificados (cfr. Rom. 8,17).

É por Ele que «o corpo inteiro, alimentado e coeso em suas junturas e ligamentos, se desenvolve com o crescimento dado por Deus» (Col. 2,19). Ele mesmo distribui continuamente, no Seu corpo que é a Igreja, os dons dos diversos ministérios, com os quais, graças ao Seu poder, nos prestamos mutuamente serviços em ordem à salvação, de maneira que, professando a verdade na caridade, cresçamos em tudo para Aquele que é a nossa cabeça (cfr. Ef. 4, 11-16 gr.).

E para que sem cessar nos renovemos n'Ele (cfr. Ef. 4,23), deu-nos do Seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a Sua acção à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano(8).

Cristo ama a Igreja como esposa, fazendo-se modelo do homem que ama sua mulher como o próprio corpo (cfr. Ef. 5, 25-28); e a Igreja, por sua vez, é sujeita à sua cabeça (ib. 23-24). «Porque n'Ele habita corporalmente toda a plenitude da natureza divina» (Col. 2,9), enche a Igreja, que é o Seu corpo e plenitude, com os dons divinos (cfr. Ef. 1, 22-23), para que ela se dilate e alcance a plenitude de Deus (cfr. Ef. 3,19).¹⁵⁵

Além do capítulo “Povo de Deus” (LG II), que une o fiel leigo à hierarquia (citada no capítulo III), o documento dedica todo um capítulo (LG IV) ao fiel leigo. Pois, segundo o documento,

Cada leigo deve ser, perante o mundo, uma testemunha da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e um sinal do Deus vivo. Todos em conjunto,

¹⁵⁵ LG, n. 7.

e cada um por sua parte, devem alimentar o mundo com frutos espirituais (cfr. Gál. 5,22) e nele difundir aquele espírito que anima os pobres, mansos e pacíficos, que o Senhor no Evangelho proclamou bem-aventurados (cfr. Mt. 5, 3-9). Numa palavra, «sejam os cristãos no mundo aquilo que a alma é no corpo».¹⁵⁶

Assim, a nova eclesiologia propõe que a Igreja não é uma instituição somente, nem tampouco algo abstrato, mas composta por seres humanos concretos, sem distinção de classe. Todos recebem igualmente o Espírito Santo, participam do magistério e dos sacramentos. O povo é anterior à hierarquia, que ministra os sinais do Espírito Santo, mas não são os únicos agraciados ou representantes do Pai. O povo, assim como o clero recebe uma fundamental missão: dar testemunha de Jesus Cristo.

3.2.1 O Povo de Deus na *Lumen Gentium* – *Apostolicam Actuositatem*

O capítulo II da constituição dogmática *Lumen Gentium*, apresenta, de 9 a 18 o conceito de Povo de Deus, mudando a eclesiologia até então vigente e inserindo todos os seres humanos como partes integrantes e atuantes da Igreja. O leigo, que teve por séculos, papel passivo na Igreja, é citado não só no capítulo II, mas tem para si todo um capítulo em um documento conciliar (capítulo IV) ressaltando sua importância e seu papel na evangelização. A Igreja é agora o povo da nova aliança, com a sua cidadania batismal igualando a todos, clero e leigos.

Em todos os tempos e em todas as nações foi agradável a Deus aquele que O teme e obra justamente (cfr. Act. 10,35). Contudo, aprouve a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente. Escolheu, por isso, a nação israelita para Seu povo. Com ele estabeleceu uma aliança; a ele instruiu gradualmente, manifestando-Se a Si mesmo e ao desígnio da própria vontade na sua história, e santificando-o para Si. Mas todas estas coisas aconteceram como preparação e figura da nova e perfeita Aliança que em Cristo havia de ser estabelecida e da revelação mais completa que seria transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne. Eis que virão dias, diz o Senhor, em que estabalecerei com a casa de Israel e a casa de Judá uma nova aliança... Porei a minha lei nas suas entranhas e a escreverei nos seus corações e serei o seu Deus e eles serão o meu povo... Todos me conhecerão desde o mais pequeno ao maior, diz o Senhor (Jer. 31, 31-34). Esta nova aliança instituiu-a Cristo, o novo testamento no Seu sangue (cfr. 1 Cor. 11,25), chamando o Seu povo de entre os judeus e os gentios, para formar um todo, não segundo a carne mas no Espírito e tornar-se o Povo de Deus. Com efeito, os que crêem em Cristo, regenerados não pela força de germe corruptível mas incorruptível por meio da Palavra de Deus vivo (cfr. 1 Ped. 1,23), não pela virtude da carne, mas pela água e pelo Espírito

¹⁵⁶ LG, n. 38.

Santo (cfr. Jo. 3, 5-6), são finalmente constituídos em «raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo conquistado... que outrora não era povo, mas agora é povo de Deus» (1 Ped. 2, 9-10) (...)

Mas, assim como Israel segundo a carne, que peregrinava no deserto, é já chamado Igreja de Deus (cfr. 2 Esdr. 13,1; Num. 20,4; Deut. 23,1 ss.), assim o novo Israel, que ainda caminha no tempo presente e se dirige para a futura e perene cidade (cfr. Hebr. 13-14), se chama também Igreja de Cristo (cfr. Mt. 16,18), pois que Ele a adquiriu com o Seu próprio sangue (cfr. Act. 20,28), encheu-a com o Seu espírito e dotou-a dos meios convenientes para a unidade visível e social. Aos que se voltam com fé para Cristo, autor de salvação e princípio de unidade e de paz, Deus chamou-os e constituiu-os em Igreja, a fim de que ela seja para todos e cada um sacramento visível desta unidade salutar (15). Destinada a estender-se a todas as regiões, ela entra na história dos homens, ao mesmo tempo que transcende os tempos e as fronteiras dos povos. Caminhando por meio de tentações e tribulações, a Igreja é confortada pela força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor para que não se afaste da perfeita fidelidade por causa da fraqueza da carne, mas permaneça digna esposa do seu Senhor, e, sob a acção do Espírito Santo, não cesse de se renovar até, pela cruz, chegar à luz que não conhece ocaso.¹⁵⁷

O Povo de Deus é o tema escolhido como chave para ler todo o documento, é a luz que ilumina e desvenda todos os outros capítulos: a Igreja mistério e sacramento (capítulo I), a hierarquia (capítulo III), o laicato (capítulo IV), a santidade na Igreja (capítulo V), a vida religiosa (capítulo VI), a caminhada da Igreja (capítulo VII) e finalmente, Maria mãe de Jesus, no mistério da salvação (capítulo VIII). A Igreja sociedade perfeita torna-se a Igreja de todos os cristãos, membros do Corpo Místico de Cristo.

Formada por todos os cristãos, tendo como símbolo de unidade o batismo, a Igreja se mostra aberta, estendendo sua relação a outros povos e culturas (LG 13), com outros cristãos (LG 15), com outras confissões religiosas (LG 16), com a prática missionária (LG 17) e reconhecendo em todos os seus membros, o sacerdócio comum, com suas peculiaridades (LG 10-12). O sacerdócio comum, diferente do sacerdócio ministerial confere ao batizado a tarefa de evangelizar, de contribuir para o Reino de Deus, como testemunha em todo tempo e lugar, na oração, na caridade, na recepção dos sacramentos.

Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens (cfr. Hebr. 5, 1-5), fez do novo povo um «reino sacerdotal para seu Deus e Pai» (Apor. 1,6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), dêem.

¹⁵⁷ LG, n. 9.

testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que Lha pedirem dêem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15). O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo (16). Com efeito, o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; os fiéis, por sua parte, concorrem para a oblação da Eucaristia em virtude do seu sacerdócio real (17), que eles exercem na recepção dos sacramentos, na oração e acção de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade operosa.

O exercício do sacerdócio comum nos sacramentos

A índole sagrada e, orgânica da comunidade sacerdotal efectiva-se pelos sacramentos e pelas virtudes. Os fiéis, incorporados na Igreja pelo Baptismo, são destinados pelo carácter baptismal ao culto da religião cristã e, regenerados para filhos de Deus, devem confessar diante dos homens a fé que de Deus receberam por meio da Igreja (18). Pelo sacramento da Confirmação, são mais perfeitamente vinculados à Igreja, enriquecidos com uma força especial do Espírito Santo e deste modo ficam obrigados a difundir e defender a fé por palavras e obras como verdadeiras testemunhas de Cristo (19). Pela participação no sacrifício eucarístico de Cristo, fonte e centro de toda a vida cristã, oferecem a Deus a vítima divina e a si mesmos juntamente com ela (20); assim, quer pela oblação quer pela sagrada comunhão, não indiscriminadamente mas cada um a seu modo, todos tomam parte na acção litúrgica. Além disso, alimentados pelo corpo de Cristo na Eucaristia, manifestam visivelmente a unidade do Povo de Deus, que neste augustíssimo sacramento é perfeitamente significada e admiravelmente realizada.

Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência, obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e ao mesmo tempo reconciliam-se com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão. Pela santa Unção dos enfermos e pela oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor padecente e glorificado para que os salve (cfr. Tg. 5, 14-16); mais ainda, exorta-os a que, associando-se livremente à Paixão e morte de Cristo (cfr. Rom. 8,17; Col. 1,24; 2 Tim. 11,12; 1 Ped. 4,13), concorram para o bem do Povo de Deus. Por sua vez, aqueles de entre os fiéis que são assinalados com a sagrada Ordem, ficam constituídos em nome de Cristo para apascentar a Igreja com a palavra e graça de Deus. Finalmente, os cônjuges cristãos, em virtude do sacramento do Matrimónio, com que significam e participam o mistério da unidade do amor fecundo entre Cristo e a Igreja (cfr. Ef. 5,32), auxiliam-se mutuamente para a santidade, pela vida conjugal e pela procriação e educação dos filhos, e têm assim, no seu estado de vida e na sua ordem, um dom próprio no Povo de Deus (cfr. 1 Cor. 7,7) (21) Desta união origina-se a família, na qual nascem novos cidadãos da sociedade humana os quais, para perpetuar o Povo de Deus através dos tempos, se tornam filhos de Deus pela graça do Espírito Santo, no Baptismo. Na família, como numa igreja doméstica, devem os pais, pela palavra e pelo exemplo, ser para os filhos os primeiros arautos da fé e favorecer a vocação própria de cada um, especialmente a vocação sagrada.

Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um por seu caminho.¹⁵⁸

É resgatado assim, o sacerdócio comum dos fiéis, depois de séculos de história da Igreja, reconhecendo a importância dos fiéis comuns, segundo a tradição antiga da comunidade, no acolhimento das normas do magistério.¹⁵⁹ Assim, afirmam Modena e Souza:

Embora muito se tenha de refletir e crescer nesse tema, dada a própria historicidade da eclesiologia dos últimos séculos, o tema sobre os leigos possibilitou a volta de uma comunidade inclusiva, onde todos possuem a mesma dignidade. Também foi resgatado o valor do sacerdócio comum dos fiéis, que juntamente com o sacerdócio ministerial, participam do sacerdócio único de Cristo (cf. LG, 10).
(...) Isso para dizer que, independentemente de serem ordenados ou não, pelo batismo da fé, todos são chamados à santidade. Aspecto importante é ressaltado ao se dizer que a Igreja “é indefectivelmente santa” (cf. LG, 39), pois ela o é não devido à santidade de seus membros, mas porque foi santificada por Cristo, que se entregou por ela com esse objetivo (cf. Ef 5, 25-26).¹⁶⁰

Cabe aos leigos atuar no mundo secular, na sociedade que o cerca. Que sejam testemunho e exemplo de conduta cristã, irradiando fé, esperança e caridade, iluminando a todos os que o cercam e o ambiente no qual vivem e exercem seu ofício.¹⁶¹ Na verdade não se trata de uma colaboração com o ministério ordenado, mas de uma cooperação, cada qual segundo sua vocação e seus dons e carismas, guiados pelo Espírito, visto que o horizonte deve ser o mesmo para todo cristão: a construção do Reino de Deus. Deve o fiel leigo ter ciência de sua responsabilidade, alimentando e fortalecendo sua vocação e missão.

O supremo e eterno sacerdote Cristo Jesus, querendo também por meio dos leigos continuar o Seu testemunho e serviço, vivifica-o pelo Seu Espírito e sem cessar os incita a toda a obra boa e perfeita. E assim, àqueles que intimamente associou à própria vida e missão, concedeu também participação no seu múnus sacerdotal, a fim de que exerçam um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por esta razão, os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos no Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são instruídos para que os frutos do Espírito se multipliquem neles cada vez mais abundantemente. Pois todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do

¹⁵⁸ LG, n. 10-11.

¹⁵⁹ Cf. Alberigo, G., *Breve História do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Editora Santuário, 2013, p. 143-144.

¹⁶⁰ MODENA, E; SOUZA, N., Concílio Vaticano II: o olhar da Igreja para si mesma. In: SOUZA, N. (org), *Vaticano II. História, Teologia e Desafios*, Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 53.

¹⁶¹ Cf. LG, n. 31.

corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cfr. 1 Ped. 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.¹⁶²

Além da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, o Concílio Vaticano II publicou o decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos, reforçando o olhar que o concílio depositou sobre os leigos e sua missão na Igreja. O apostolado dos leigos é uma consequência de sua identidade cristã e se faz ser reconhecido e estimulado pela Igreja, para que seja exercido correta e coerentemente a fim de oferecer ao mundo fé e esperança. Vivendo em sociedade, cabe ao leigo aperfeiçoar as atividades humanas conforme o espírito do Evangelho para a salvação da humanidade.

O espaço de atuação do leigo é sua família, seu trabalho, sua convivência social, cívica e política. Deve ele zelar por uma prática digna de testemunha do Evangelho, buscando a verdade e a justiça como meios de vida. E cabe ao clero a formação adequada do fiel leigo para que, iluminado pelo Espírito Santo, segundo sua vocação e capacidade, possa exercer sua missão onde for requisitado. Diz o decreto,

A Igreja nasceu para tornar todos os homens participantes da redenção salvadora (1) e, por eles, ordenar efectivamente a Cristo o universo inteiro, dilatando pelo mundo o seu reino para glória de Deus Pai. Toda a actividade do Corpo místico que a este fim se oriente, chama-se apostolado. A Igreja exerce-o de diversas maneiras, por meio de todos os seus membros, já que a vocação cristã é também, por sua própria natureza, vocação ao apostolado. Do mesmo modo que num corpo vivo nenhum membro tem um papel meramente passivo, mas antes, juntamente com a vida do corpo, também participa na sua actividade, assim também no Corpo de Cristo, que é a Igreja, todo o corpo «cresce segundo a operação própria de cada um dos seus membros» (Ef. 4, 16). Mais ainda: é tanta neste corpo a conexão e coesão dos membros (cfr. Ef. 4, 16), que se deve dizer que não aproveita nem à Igreja nem a si mesmo aquele membro que não trabalhar para o crescimento do corpo, segundo a própria capacidade.

Existe na Igreja diversidade de funções, mas unidade de missão. Aos Apóstolos e seus sucessores, confiou Cristo a missão de ensinar, santificar e governar em seu nome e com o seu poder. Mas os leigos, dado que são participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm um papel próprio a desempenhar na missão do inteiro Povo de Deus, na Igreja e no mundo (2). Exercem, com efeito, apostolado com a sua acção para evangelizar e santificar os homens e para impregnar e aperfeiçoar a ordem temporal com o espírito do Evangelho; deste modo, a sua actividade nesta ordem dá claro testemunho de Cristo e contribui para a salvação dos homens. E sendo próprio do estado dos

¹⁶² LG, n. 34.

leigos viver no meio do mundo e das ocupações seculares, eles são chamados por Deus para, cheios de fervor cristão, exercerem como fermento o seu apostolado no meio do mundo.¹⁶³

Sugere o decreto que o leigo não desenvolva seu apostolado somente pelo exempli, mas o faça por palavras. E não somente aos cristãos, mas também aos não cristãos, sobretudo em um tempo onde a moral cristã, e a própria sociedade humana são colocados constantemente em questionamento. Assim, deve o fiel leigo agir de maneira a elucidar e defender a correta aplicação dos valores cristãos na sociedade.¹⁶⁴

Que os leigos, em seu campo de atuação, que é o das coisas temporais, trate de ensinar e procurar corrigir os erros constantemente cometidos ao longo da história em seus abusos e corrupções dos costumes e das instituições. Devem cooperar com o clero na instrução e no bom comportamento em família, em seu trabalho, na sociedade e também em sua vida religiosa (lembremo-nos que a instrução religiosa deve começar na família). Para tanto, deve procurar a correta formação com a finalidade de, individual ou coletivamente, prestar seu serviço a Deus da melhor forma possível. Sobre a formação dos leigos, diz o decreto,

Para os leigos consagrados ao apostolado, existem já muitos meios por exemplo, sessões, congressos, recolecções, exercícios espirituais, reuniões frequentes, conferências, livros, revistas para se conseguir um mais perfeito conhecimento da Sagrada Escritura e da doutrina católica, para alimentar a vida espiritual e ainda para conhecer o estado do mundo e para encontrar e cultivar métodos adaptados (8).

O sagrado Concílio alegra-se com essas iniciativas, já florescentes nos ambientes em que este se exerce.

Para este fim foram também criados centros ou institutos superiores que já produziram ótimos frutos.

O sagrado Concílio alegra-se com essas iniciativas, já florescentes em algumas partes, e deseja que se promovam noutros lugares onde forem necessárias.

Criem-se, além disso, centros de documentação e de estudo não só de teologia, mas também de antropologia, psicologia, sociologia, metodologia, para fomentar mais as qualidades dos leigos, homens e mulheres, jovens e adultos, em todos os campos do apostolado.¹⁶⁵

É papel do leigo colaborar não só com o clero, mas também com outros irmãos leigos na busca de uma sociedade mais justa, com esperança, fé e caridade, sempre buscando e tendo como meta o Reino de Deus.

3.2.2 A Igreja no contexto da América Latina

¹⁶³ AA, n. 2.

¹⁶⁴ Cf. AA, n. 6.

¹⁶⁵ AA, n. 32.

22 dias após o encerramento do concílio Vaticano II, no dia 16 de novembro de 1965, por volta de 40 bispos se reuniram nas Catacumbas de São Domitila para celebrar a Eucaristia. A maioria era formada de bispos latino-americanos, dentre eles Dom Helder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom Batista Motta e Albuquerque e Dom José Maria Pires. Os bispos presentes se comprometeram a viver uma vida simples, abraçando a pobreza e promovendo a justiça e a libertação. Posteriormente, 500 dos cerca de 2500 bispos participantes do Concílio Vaticano II assumiram essa causa e inspiraram Medellín e Puebla em sua busca por justiça social.¹⁶⁶

Algumas semanas depois do Pacto das Catacumbas, os bispos voltaram aos seus países de origem e o bispo Larraín e outros bispos iniciaram uma série de eventos que levaram à Segunda Conferência Geral dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, Colômbia, no ano de 1968.

O Papa Paulo VI convocou os bispos da América latina para se reunir em Medellín, com o objetivo de trazer à Igreja e ao povo latino-americano o espírito do Concílio. Esse encontro tem por objetivo ser uma leitura da América Latina sobre o concílio Vaticano II a partir do Terceiro Mundo, a partir do pobre, do povo que sofre com injustiças sociais e com a miséria. A sociedade da América latina vive em constante transformação e é completamente diferente da sociedade europeia e especificamente, da sociedade romana. Por isso há critérios específicos que devem ser entendidos sob a óptica do povo e principalmente do pobre latino-americano. Escreve Libanio,

Foi um sonho de João XXIII que a Igreja saísse do Vaticano II bem próxima dos pobres, de modo que esses se sentissem em casa no seu seio. Mas no enorme acervo de documentos as pepitas de ouro sobre os pobres se perdem.

Há duas maneiras de retomar a questão dos pobres: resistir e avançar. Resistir ao desgaste que a opção pelos pobres tem sofrido no interior da Igreja e na sociedade. Na Igreja, desde a Assembleia de Puebla batalham na América latina forças eclesiais conservadoras no sentido de anular o peso político e libertador dessa opção.

A sua primeira estratégia consistiu em substituir a expressão “opção pelos pobres” por “amor aos pobres”. Em Puebla, não conseguiram modifica-la. Ela guardava a aura de Medellín, que lhes era antes um espectro. A persistência de bispos batalhadores reteve-a em sua semântica inicial, entretanto, diminuíram-lhe a força, adjetivando-a: preferencial, evangélica, não excludente nem ideológica etc. os adjetivos, respectivamente os advérbios, nas lutas ideológicas cumprem função importante de desviar o olhar voltado para o substantivo (a realidade) ou para o verbo (ação). Depois de Medellín, onde soou a expressão em sua pureza inicial, somaram-lhe outros apostos

¹⁶⁶ Cf. BEOZZO, J.O., *Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*, São Paulo: Paulinas, 2015, p. 27-28.

enfraquecedores. Cabe resistir para não lhe perder o significado primigênio.¹⁶⁷

No início dos anos 1970, 90% do povo latino-americano se declarava católico o que tornava a região a esperança para a Igreja católica em oposição à cada vez mais secularizada Europa. Os governos da América Latina adotaram uma política desenvolvimentista, alimentada por um neocapitalismo, que visava um crescimento econômico. Esse programa favoreceu as elites, porém não melhorou a qualidade de vida da maioria da população pobre.

Necessitava a Igreja de diretrizes baseadas na pobreza de seu povo.

Afirmou o Papa Paulo VI, ainda no ano de 1967, em sua carta encíclica *Populorum Progressio*:

Antes da nossa elevação ao sumo Pontificado, duas viagens, uma à América Latina (1960) outra à África (1962), puseram-nos em contato imediato com os lancinantes problemas que oprimem continentes tão cheios de vida e de esperança. Revestido da paternidade universal, por ocasião de novas viagens à Terra Santa e à Índia, pudemos ver com os nossos próprios olhos e como que tocar com as nossas próprias mãos as gravíssimas dificuldades que assaltam povos de civilização antiga lutando com o problema do desenvolvimento. Enquanto decorria em Roma o Concílio Ecumênico Vaticano II, circunstâncias providenciais levaram-nos a dirigirmos à Assembleia geral das Nações Unidas: fizemo-nos, diante deste vasto areópago, o advogado dos povos pobres.¹⁶⁸

E afirma ainda, ser aspirações dos homens:

Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, quando um grande número dentre eles está condenado a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. Por outro lado, os povos que ainda há pouco tempo conseguiram a independência nacional, sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de ocuparem o lugar que lhes pertence no concerto das nações..¹⁶⁹

¹⁶⁷ LIBANIO, J.B., *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*, São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 201.

¹⁶⁸ PP, n.4.

¹⁶⁹ PP, n.6.

A reflexão sobre os problemas da América Latina e o modo de agir da Igreja Católica com relação à pobreza já poderia ser vista em teólogos como Gustavo Gutiérrez, O.P. (que era sacerdote diocesano na época) e Juan Luis Segundo, S.J.. Gutiérrez, em seus escritos, mostra uma teologia comprometida com a libertação dos povos de sua miséria e em denunciar o subdesenvolvimento como causa da pobreza. Assim, escreve Gonçalves:

A recepção da teologia conciliar na América Latina realizou-se na emergência da teologia da Libertação, cuja história compreende dois momentos distintos e complementares: formação e consolidação. No primeiro, equivalente às décadas de 1960 e 1970, essa teologia foi gestada no interior do concílio Vaticano II, do qual surgiu a necessária e útil intuição a respeito da produção teológica em contexto e da relevância da historicidade em teologia. Em seguida surgiu a Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez, o qual aponta a necessidade de se elaborar uma Teologia da Libertação capaz de teorizar a práxis histórica de libertação dos pobres. Os teólogos Hugo Assman e Juan Luis Segundo acentuaram a necessidade de afirmar a Teologia da Libertação como uma teologia política latino-americana e sua imprescindível libertação de determinados vícios teóricos de uma formulação ineficaz em sua práxis histórica.¹⁷⁰

Influenciados por essa visão do subdesenvolvimento e da pobreza, os bispos da América Latina se reuniram entre 1965 e 1968, criando a estrutura e a linguagem que seria usada em Medellín.

3.2.3 O leigo em Medellín e Puebla

As reuniões do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), criado na Conferência do Rio de Janeiro e ratificada por Pio XII, em 2 de novembro de 1955, sempre tiveram como finalidade criar um canal de diálogo para o trabalho da Igreja no continente. Havia a necessidade de uma linguagem comum entre os bispos para que propusessem soluções que ajudassem a erradicar os problemas que atingem o povo.

Segundo Souza,

Entre 1968 e 1979, de Medellín a Puebla, numa década fecunda, setores católicos, por meio de suas pastorais, CEB's e sua reflexão teológica, tiveram um papel pioneiro. No Brasil, isso se deu num contexto de repressão política, em que parte da Igreja foi a voz dos sem-voz, denunciando a tortura realizada pelas ditaduras militares.¹⁷¹

¹⁷⁰GONÇALVES, P.S.L., A Teologia do Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P.S.L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Prospectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p. 86-87.

¹⁷¹ SOUZA, N., Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P.S.L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Prospectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005, p. 66.

A conferência de Medellín procura reafirmar a opção pelos pobres, tendo como base o Concílio Vaticano II e o Pacto das Catacumbas, propondo uma Igreja mais próxima aos pobres, testemunhando sua pobreza e miséria, convidando os pobres a serem protagonistas de uma nova visão de uma teologia que os abrace, que compreenda sua dor e que proponha soluções, com recomendações pastorais por vezes se sobrepondo às doutrinárias, para responder concretamente ao drama vivido pelas famílias latino-americanas. A Igreja deve caminhar junto de seu povo, sofrer com seu povo para assim compreender seus problemas na busca de soluções iluminada pelo Evangelho.

Sobre Medellín, afirmam Sbardelotti e Souza:

Neste redescobrimento do documento de Medellín, busca-se reafirmar e reassumir a opção pelos pobres, o Pacto das Catacumbas da Igreja pobre e servidora, o método ver-julgar-agir, acrescido do rever-celebrar-sonhar, que, para muitas pessoas será a primeira experiência desse chamado do Espírito Santo que há cinco décadas ecoa por este chão continental semeado com o sangue dos mártires da caminhada no seguimento do Mártir Jesus de Nazaré. (...)

Os bispos de Medellín desejavam uma “Igreja livre de amarras temporais, conveniências e prestígio ambíguo” (Med 18) e que esteja “próxima dos pobres” (Med 9). Os pobres em Medellín são tratados como “sujeitos”! Eis a novidade do documento: os pobres não são reduzidos a “objetos” de cuidado, ou de práticas assistencialistas.¹⁷²

Já havia na América Latina a presença de leigos, de maneira organizada, na Ação Católica, porém, agora abre-se uma nova concepção da atividade leiga, trazendo autonomia e legitimação em sua atuação na sociedade.

O Documento de Medellín lembra que a pobreza afeta primordialmente a família, já ameaçada pelo divórcio, pelas precárias condições financeiras e pelo difícil acesso à moradia, gerando desagregação, a qual compromete o bem-estar emocional de seus membros e o sadio desenvolvimento dos jovens. A família é responsável pela educação na fé e no bom desenvolvimento dos valores cristãos na sociedade. Nesse sentido, a pastoral familiar deveria ter um papel fundamental na pastoral do conjunto. Da família parte a formação dos jovens e, consequentemente da sociedade. Escreve Sousa:

Considerando as instruções do Concílio Vaticano II, especialmente a *Gaudium et Spes* e a *Lumen Gentium*, não por acaso reconhecidas como os dois grandes textos do Vaticano II, Medellín destacou três valores fundamentais que a doutrina da Igreja atribuiu à família cristã, a fim de que essa possa cumprir sua missão:

a) Família formadora de pessoas: como responsável pela formação de indivíduos, a família é chamada a assumir a missão recebida

¹⁷² SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (orgs), *Medellín memória, profetismo e esperança na América Latina*, Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 19.

diretamente de Deus. É dever dos pais a criação de um ambiente animado pelo amor. É necessária a presença dos modelos distintos e complementares do pai e da mãe (masculino e feminino).

b) educadora na fé: muitas famílias da América Latina são incapazes de se tornar educadoras na fé. Continuam com o modelo patriarcal ou com o mero tradicionalismo. Espera-se dos esposos cristãos que sejam cooperadores da graça e testemunhas da fé.

c) Promotora do desenvolvimento: espera-se que a família cumpra sua missão de ser “a primeira escola das virtudes sociais necessárias às demais sociedades” (GS 3) e, assim, promova a justiça e demais boas obras a serviço de todos os irmãos que padecem de necessidade.¹⁷³

Havia também uma séria preocupação com os jovens, inseridos em um mundo cada vez mais secularizado e não raras vezes se distanciando da Igreja. Afirma Costa:

A evangelização da juventude exige, portanto, uma atualização permanente do conhecimento da dinâmica de sua subjetividade. O ideal de construir um mundo melhor foi sendo substituído por uma preocupação com os sentimentos, com o próprio corpo, com a confiança e a autoestima, enfim, com as necessidades pessoais. O perigo de viver para suprir as necessidades pessoais na busca de sensações e emoções passageiras é fortalecer a cultura do descartável, imediatista e individualista.¹⁷⁴

Para a juventude, Medellín recomenda:

Desenvolver, em todos os níveis, nos setores urbanos e rurais, dentro da pastoral de conjunto, uma autêntica pastoral da juventude. Esta pastoral haverá de tender à educação da fé dos jovens, partindo de sua vida, de modo que eles participem plenamente da comunidade eclesial, assumindo consciente e cristã mente seu compromisso temporal. Esta pastoral implica:

a) A necessidade de elaboração de uma pedagogia orgânica da juventude através da qual se estimule no jovem uma sólida formação humana e cristã e se apoiem os esforços em adquirir uma autêntica personalidade. Personalidade que os capacite, por uma parte, assimilar com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências que recebem através dos diversos meios de comunicação social e lhes permita, por outra parte, fazer frente ao processo de despersonalizado e massificação, que ataca de modo particular a juventude. Pedagogia que eduque também no sentido (valor e relatividade) do institucional.

b) A necessidade de um conhecimento da realidade sócio religiosa da juventude constantemente atualizado.

c) A necessidade de promover centros de investigação e estudos no que se refere à participação da juventude na solução dos problemas do desenvolvimento.

¹⁷³ SOUSA, C.S., A família no centro dos desafios da Igreja: de Medellín a Francisco. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (orgs), *Medellín memória, profetismo e esperança na América Latina*, Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 185-186.

¹⁷⁴ COSTA, R.F., A opção pelos jovens e o caminho das juventudes no século XXI. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (orgs), *Medellín memória, profetismo e esperança na América Latina*, Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 218-219.

d) Esta pastoral exige, em particular, da parte dos ministros da Igreja, um diálogo sincero e permanente com a juventude, tanto de movimentos organizados, como de setores não organizados, através dos conselhos pastorais ou outras formas de diálogo.¹⁷⁵

O documento recomenda ainda a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, prioritariamente nas áreas marginalizadas das grandes cidades e nas zonas rurais, orientadas por um bispo, com a finalidade de desenvolver um sentimento de pertença e solidariedade entre os membros da comunidade.

Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo.

A comunidade se formará na medida em que seus membros adquirirem um sentido de pertença que os leve a ser solidários numa missão comum, e consigam uma participação ativa, consciente e frutificante, na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para isso, se torna mister fazê-los viver como comunidade, incluindo-lhes um objetivo comum: alcançar a salvação mediante a vivência de fé e de amor.¹⁷⁶

O Documento de Medellín convida os leigos a assumirem um papel ativo na sociedade, promovendo assim a libertação, a conscientização e a evangelização, cada qual em sua área específica de atuação. Deve o leigo atuar de modo a promover a justiça social, a caridade e o equilíbrio entre os povos. A Igreja reconhecia que muitos foram perseguidos, torturados, mortos e abandonaram a Igreja ou buscavam uma luta mais radical e violenta contra o regime que lhes era imposto, como resultado da descrença em uma luta pacífica e até mesmo descrença em uma defesa u acolhimento por parte da hierarquia da Igreja. O episcopado, preocupado com essa situação, questiona os métodos das associações de leigos e aponta um caminho de espiritualidade e fé.

(...) deve ser promovida a criação de equipes apostólicas ou de movimentos seculares nos lugares ou estruturas funcionais, sobretudo naquelas onde se elabora e se decide o processo de libertação e humanização da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma estrutura adequada e de uma pedagogia baseada no discernimento dos sinais dos tempos, no cerne dos acontecimentos.

Reconhecendo a crescente interdependência entre as nações e o peso das estruturas internacionais de dominação, que condicionam de forma decisiva o subdesenvolvimento dos povos periféricos, os leigos devem assumir seu compromisso cristão ao nível dos movimentos e organismos internacionais para promover «o progresso dos povos mais pobres e favorecer a justiça entre as nações (PP 5).

¹⁷⁵ *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Conclusões de Medellín 1968*, 6. Ed., São Paulo: Edições Paulinas, 1987, p. 54.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 62.

As equipes ou movimentos que já existirem para tais tarefas devem ser apoiadas decididamente, e que não se abandone seus militantes quando, pelas implicações so-ciais do Evangelho, são levados a compromissos que ocasionam dolorosas consequências.

Os movimentos de apostolado dos leigos, situados no plano de uma mais estreita colaboração com a hierarquia e que tanto contribuíram para a ação da Igreja, continuam tendo vigência como apostolado organizado. Hão de ser, portanto, promovidos, ainda que se deva evitar “ir para além do limite de vida útil de associações e métodos antiquados” (AA 19 d).

Deve ser fomentada uma espiritualidade própria dos leigos, baseada em sua própria experiência de compromisso com o mundo, ajudando-os a se entregarem a Deus, entregando-se aos homens. Ensinando-os a redescobrir o sentido da oração e da liturgia como expressão e alimento dessa dupla e recíproca doação. «Seguindo o exemplo do Cristo, que exerceu o artesanato, alegrem-se os cristãos de poder exercer todas as suas atividades temporais, fazendo uma síntese vital do esforço humano, familiar, profissional, científico ou técnico, com os valores re-ligiosos, tudo cooperando para a glória de Deus» (GS 43).

Finalmente, que se preste o devido reconhecimento e apoio a todos os movimentos internacionais de apostolado dos leigos, que através de seus organismos de coordenação promovem e edificam com tanto sacrifício o apostolado neste continente, atentos às exigências peculiares de sua problemática social.¹⁷⁷

Deve agir o leigo em sua comunidade, com autonomia e responsabilidade, em vista de um novo projeto social, mais próximo do Evangelho. Diz o documento:

(...) como a fé exige ser compartilhada e por isso mesmo implica uma exigência de comunicação ou de proclamação, compreende-se a vocação apostólica dos leigos dentro, e não fora, de seu próprio compromisso tem-poral. Mais ainda: ao ser assumido este compromisso no di-namismo da fé e da caridade, ele adquire em si mesmo um valor de testemunho e se confunde com o testemunho cristão. A evangelização do leigo, nesta perspectiva, nada mais é que a explicação ou a proclamação do sentido trans-cendente deste testemunho.

Vivendo “nas ocupações e nas condições ordinárias de vida familiar e social, pelas quais sua existência está como que tecida”, os leigos são chamados por Deus ali mesmo “para que, desempenhando sua própria profissão e guiados pelo espírito evangélico, contribuam para santificação do mundo, penetrando-o como fermento... A eles, pois, corresponde iluminar e ordenar as realidades temporais, às quais estão estreitamente vinculados” (LG 31).¹⁷⁸

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, ocorreu na cidade de Puebla de Los Angeles (México), entre 27 de janeiro de 1979 e 13 de fevereiro do mesmo ano e teve como linha mestra a Opção pelos Pobres que deve servir como

¹⁷⁷ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Conclusões de Medellín 1968, 6. Ed., São Paulo: Edições Paulinas, 1987, p. 91.

¹⁷⁸ Idem, p. 90-91.

chave de leitura e interpretação de todo o documento. Uma Igreja que luta pela promoção humana, pela liberdade dos povos, pelos jovens, pelo respeito à cultura e pela religiosidade popular.

A situação na América Latina era de enfraquecimento das ditaduras militares, com mortos, desaparecidos e presos pelo regime, pobreza e miséria ainda afligindo a maioria da população. Ainda havia repressão e cerceamento da liberdade de expressão. Nestas condições alguns movimentos leigos se distanciaram do ponto de vista eclesial e agiam de modo diferente (oposto até) da fé que diziam professar.¹⁷⁹

Assim, a Conferência de Puebla se identificou com o homem pobre e sofrido, com seu direito à terra e ao trabalho e com sua correta evangelização. Os bispos procuraram encorajar os leigos como protagonistas na Igreja e no mundo, atuando frente às mudanças sociais, não só na família e na sociedade, mas também na política, tanto nacional, quanto internacional. O documento ressalta o valor do leigo e afirma que este deve exercer a evangelização em seu próprio campo, como fora ressaltado na encíclica *Populorum Progressio*.

Segundo o Documento de Puebla,

789. Mas é no mundo que o leigo encontra seu campo específico de ação. Pelo testemunho de sua vida, por sua palavra oportuna e sua ação concreta, o leigo tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus.

790. No vasto e complexo mundo das realidades temporais, algumas exigem especial atenção dos leigos: a família, a educação, as comunicações sociais.

791. Entre essas realidades temporais, não se pode deixar de salientar com ênfase especial a atividade política.²³⁹ Esta abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis.

792. Em todos os casos, o leigo deverá buscar e promover o bem comum, na defesa da dignidade do homem e dos seus inalienáveis direitos, na proteção dos mais fracos e necessitados, na construção da paz, da liberdade, da justiça; na criação de estruturas mais justas e fraternas.

(...)

795. Por outro lado, o leigo deve trazer ao conjunto da Igreja a sua experiência de participação nos problemas, desafios e urgências do seu “mundo secular” - de pessoas, famílias, grupos sociais e povos - para que a evangelização eclesial se enraíze com vigor. Neste sentido, será preciosa contribuição do leigo, pela sua experiência de vida, competência profissional, científica e trabalhista, de sua inteligência cristã, tudo quanto possa contribuir para o desenvolvimento, estudo e investigação do ensinamento social da Igreja.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Cf. DP, n. 783.

¹⁸⁰ DP, n. 789-795.

Deve o leigo atuar, segundo a Conferência.

- * no âmbito da “vizinhança” (paróquia, bairro), a existência de numerosos leigos e movimentos de leigos;
- * no âmbito do “apoio pastoral” (entendendo-se como tal o que reúne os serviços de formação doutrinal do laicato, convite ao compromisso, espiritualidade, etc.) há uma presença apreciável, mas com deficiências nos serviços de formação;
- * no âmbito de “construção da sociedade” (operários, camponeses, empresários, técnicos, políticos, etc.) a presença é muito fraca; quase total ausência no domínio da criação e difusão cultural (intelectuais, artistas, educadores, estudantes e comunicadores sociais).¹⁸¹

Em Puebla é ressaltado o conceito de Povo de Deus e reconhece que fazem parte desse povo a hierarquia, os religiosos e os leigos, os quais têm em comum uma única missão: construir uma “Igreja como comunidade de fé, de oração, de caridade fraterna”¹⁸²

Escreve Di Fiore,

A III Conferência do Episcopado Latino-Americano, mesmo enfrentando resistências próprias do contexto histórico da época, permitiu um desenvolvimento de uma teologia do laicato e da práxis pastoral leiga na América Latina que viria a influenciar o processo de evangelização no continente e a visão da Igreja e leigos nas décadas seguintes. A partir de um olhar para o futuro, Puebla foi na realidade uma continuidade crítica da conferência de Medellín, sendo que a missão dos bispos reunidos em Puebla foi a de estruturar a evangelização no continente a partir dos frutos de Medellín, mas com um olhar crítico, atualizando e corrigindo possíveis distorções baseadas nas transformações sociais da época.¹⁸³

Conclusão

Séculos separaram o conceito de Lutero do Sacerdócio Universal do Crente e o Sacerdócio Comum do Povo de Deus contido na constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Foi também necessário muito tempo para que a igreja de confissão Luterana desenvolvesse seu conceito de sacerdócio universal, dando aos leigos a missão de evangelizar ao lado de seus ministros ordenados e não sob eles. O mesmo ocorreu na Igreja Católica Apostólica Romana, que via somente no clero a representação da Igreja.

Ambas as Igrejas tiveram (e ainda têm) dificuldade em entender que todos, e não somente os ministros ordenados, são Igreja; que todos são sacerdotes e são convidados

¹⁸¹ Idem, n. 821-823.

¹⁸² Cf. DP, n. 788.

¹⁸³ DI FIORI, A., Os Leigos em Puebla e na Evangelização na América Latina. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (orgs), *Puebla Igreja na América Latina e no Caribe – Opção pelos pobres, libertação e resistência*, Petrópolis: Editora Vozes, 2019, p. 355.

por Deus a ser Seu Povo e contribuir para a Edificação do Seu Reino. Como afirmou Lutero e como afirmaram os documentos do Magistério da Igreja, todo batizado é sacerdote e o sacerdócio comum vem antes do sacerdócio ministerial. O sacerdote ministerial está incumbido de zelar pelas almas de sua comunidade, mas não deixa de ser um sacerdote nas mesmas condições que o leigo. Cabe a todo o Povo de Deus, leigo ou ordenado, o cuidado para com a propagação e vivência do Evangelho.

Todos os fiéis são chamados, cada qual segundo sua vocação (ministerial ou não) e segundo seus dons e carismas, a serem parte de um só corpo, cuja cabeça é Jesus Cristo. Assim como cada membro, cada órgão de um corpo tem sua função e especificidade (1 Cor 12, 12-27), assim também, cada membro da Igreja tem sua maneira de evangelizar, seja como membros de pastorais, em uma função mais próxima do ministro ordenado, seja na sociedade civil, campo de atuação própria do fiel leigo. Cabe ao fiel leigo a função específica de promover o bem-estar social, a justiça, a paz, a fé, em suas famílias, seu trabalho, em suas relações sociais e na política.

Assim como na Igreja Católica houve o estímulo para que leigos se reunissem em comunidade sob orientação de um bispo para estudar a palavra de Cristo e também para evangelizar, o mesmo ocorre na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Percebendo que as tarefas são as mesmas, que as dificuldades são as mesmas e que é a mesma cabeça, o Cristo que nos guia, aceitar o sacerdócio comum, marca recebida pelo batismo de todo cristão, pode nos levar católicos e evangélicos de confissão luterana, a seguirmos juntos o caminho do Evangelho, colocando de lado as diferenças e percebendo que temos muito em comum a oferecer a Deus no caminho da salvação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o conceito do sacerdócio universal nos fez perceber o quanto esse conceito é fundamental para a continuidade da mensagem de Jesus Cristo. A questão não é sobre poder como pode ter parecido, à primeira vista, quando proposto por Lutero. A ideia por trás do conceito nunca foi e não é diminuir ou fazer cessar a autoridade religiosa de competência do ministro ordenado. Não era assim no Antigo Testamento ou nos primeiros anos do cristianismo e não deve ser assim hoje. Lembremo-nos que nas origens do cristianismo, o leigo foi uma força ativa na propagação do Evangelho e, sem ele, a missão dada por Jesus Cristo, “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado” (Mc 16,15-16) não seria realizada com o alcance e eficiência que foi realizada. A missão foi cumprida (e continua sendo) somente pela fé e pelo amor a Cristo, com a cooperação de todos os batizados. Assim foi se construindo o Reino de Deus na Terra.

A proposta é que todo o Povo de Deus caminhe unido rumo à Jerusalém celeste e que cada batizado possa contribuir e cooperar para o sucesso de seu irmão em sua caminhada. Essa cooperação não diminui em nada a autoridade do ministro ordenado. Pelo contrário, a reforça na medida em que todo fiel leigo passa a cooperar na divulgação da Boa Nova juntamente com os ministros ordenados da Igreja. É toda uma comunidade ministerial, de caráter sacerdotal em comunhão de dons e carismas, sem distinção de grau devido à situação de seu ministério, ordenado ou não. Não há e não deve haver uma estrutura piramidal, com o povo na base e camadas formadas pela hierarquia. Todos são sacerdotes e ministros de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Felizmente a pesquisa mostra que há interesse e empenho por parte, tanto da IECLB quanto da Igreja Católica, em estabelecer o sacerdócio universal de todos os fiéis como base da comunidade cristã, como foi anunciado no Antigo Testamento e realizado por Jesus Cristo no Novo Testamento. A doutrina proposta por Lutero, desenvolvida ao longo dos anos e a eclesiologia do Concílio Vaticano II trazem esperança e vida nova para a Igreja. A participação em equipes de liturgia, na catequese, no ensino religioso e secular e na condução das comunidades, pode ser sentida na IECLB nos últimos anos. As comunidades católicas, principalmente as CEB's, influenciadas pela TdL, serviram como exemplo de comunidades formadas e dirigidas por leigos, fazendo excelente trabalho, não só de evangelização, mas de assistência social às camadas mais necessitadas da nossa sociedade.

Na Igreja Católica, a recepção do Concílio Vaticano II na América Latina e no Brasil, aconteceu sob uma situação de um povo em sua maioria pobre, miserável e oprimido. A visão dos bispos não poderia ser outra que não fosse a opção pelo pobre, o acolhimento e a busca de uma sociedade mais justa. O laicato não poderia deixar de ser mencionado nos documentos do CELAM de Medellín e Puebla.

Não bastava só olhar para o leigo como necessitado, precisando de conforto espiritual e material, o laicato também deveria agir, cooperar com a Igreja, da qual é parte integrante.

Em ambos os documentos, os bispos da América Latina e do Caribe convidam os leigos a exercer seu sacerdócio, a evangelizar, a cooperar para a consolidação do Reino de Deus, em seu lugar natural, o mundo que o cerca.

É dada especial atenção ao jovem, à sua formação, à sua vocação natural de se expressar onde quer que vá, de se reunir com semelhantes. O jovem deve ser bem orientado e deve receber todo o suporte possível para que possa desenvolver seu ministério no seu meio social.

Lembram os documentos que o jovem é formado primeiramente nas famílias e por essa razão, as famílias também têm destaque especial na evangelização. Sobre tudo em um momento no qual estão sendo açoitadas pelo desemprego, pela falta de moradia e por uma gama enorme de situações desfavoráveis para a manutenção de uma sadia condição familiar.

O leigo também deve notar que o Povo de Deus não somente sua família e é convidado a exercer seu ministério em seu trabalho, em seu círculo social e também na política.

Por fim, nota-se que o conceito de sacerdócio de todo fiel tem o mesmo propósito na IECLB e na Igreja Católica. O sacerdócio não deve ser exercido individualmente, somos sacerdotes uns dos outros e devemos interceder e ministrar uns aos outros, o cristão deve estar a serviço da solidariedade; somos antes de tudo, todos leigos (de *laós*, Povo de Deus), alguns são chamados e treinados para a pregação da palavra, mas todos temos compromisso com o Evangelho; devemos todos cooperar para a caminhada rumo à Jerusalém Celeste, o Reino de Deus, sem graus hierárquicos que nos diferenciem; somos diferenciados apenas por dons, que nos ajudam a exercer determinadas funções dentro do ministério; o sacerdócio batismal é que torna todo cristão discípulo de Cristo.

Para tanto devemos superar a barreira que coloca o leigo como um cristão de natureza inferior, o bom desempenho da missão depende do comprometimento de todo o

Povo de Deus. Assim foi no início e assim deve ser. Enquanto alguns entenderem que o laicato segue passivamente as orientações da hierarquia e “espera sentado” que a Igreja ande para que possam segui-la, a Igreja permanecerá estagnada, desvinculada do mundo em que vive e o *aggiornamento* querido e proposto por João XXIII não terá acontecido.

Admitir que o leigo deve agir, cooperando com a divulgação da Boa Nova certamente é um caminho para o diálogo ecumênico entre católicos e luteranos, pois reconhecerão que lutam pela mesma causa: a união dos batizados pela edificação do Reino de Nosso Senhor Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERIGO, G., *Breve História do Concílio Vaticano II*, Aparecida: Editora Santuário, 2006.

_____. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo: Paulus, 2015.

BARRET, M. *Teologia da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

BAYER, O. *A Teologia de Martin Lutero: uma atualização*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2007.

BEOZZO, J.O., *Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*, São Paulo: Paulinas, 2015.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulus, 2002.

BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L.(orgs), *Concílio Vaticano II Análise e Perspectivas*, São Paulo: Paulinas, 2. Ed., 2005.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO – Codex Iuris Canonici, 19. Ed, São Paulo, Edições Loyola, 2010.

DAWSON, C. *O Divisão da Cristandade - Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*, São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2014.

DE MATTEI, R., *O Concílio Vaticano II – Uma História Nunca Escrita*, São Paulo: Ambientes & Costumes Editora, 2013.

DENZINGER, H, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo: Paulinas/Loyola, 2006.

DREHER, M. *De Luder a Lutero – Uma Biografia*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2017.

HOBBSAWN, E. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUBERT, J, *Manual de Historia de La Iglesia V*, Barcelona: Editorial Herder, 1972.

_____. *Manual de Historia de La Iglesia IX*, Barcelona: Editorial Herder, 1984

KAUFMANN, T.; KONJE, R.; MOELLER, B.; WOLF, H (Orgs.), *História Ecumênica da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; ASE_Editora Sinodal: São Leopoldo, 2014.

_____. *História Ecumênica da Igreja. 3. Da Revolução Francesa até 1989*, São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014; São Paulo: Paulus, 2014; São Leopoldo: ASE Editora Sinodal, 2014

LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2016.

_____. *O Nascimento do Purgatório*, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2017.

LIBANIO, J.B., *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LINDBERG, C. *História da Reforma*, Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LUTERO, M. *Martinho Lutero: uma coletânea de escritos*; São Paulo: Vida Nova, 2017.

MARTINA, G, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, I - O Período da Reforma*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias, Volume IV-A Era Contemporânea*, 5. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MODENA, E; SOUZA, N., *A Igreja no Mundo Contemporâneo; os antecedentes histórico-teológicos do Concílio Vaticano II*. In: SOUZA, N. (org), *Vaticano II. História, Teologia e Desafios*, Curitiba: Editora CRV, 2019.

MONDIN, B., *Dicionário Enciclopédico dos Papas: história e ensinamentos*, 1. Ed., São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

O'MALLEY, John W., *O Que Aconteceu no Vaticano II*, São Paulo, Edições Loyola, 2014.

Primeiro Concílio da Federação Sinodal, São Leopoldo, 14-16 de Maio de 1950, São Leopoldo: Rotermond & Co, [1950].

SOUZA, N. (org), *Vaticano II. História, Teologia e Desafios*, Curitiba: Editora CRV, 2019.

_____; GONÇALVES, P. S. L., *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*, São Paulo: Paulus, 2013.

_____; SBARDELOTTI, E. (orgs), *Medellín memória, profetismo e esperança na América Latina*, Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

_____. *Puebla Igreja na América Latina e no Caribe – Opção pelos pobres, libertação e resistência*, Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

VIZENTINI, P. G. F., *Da Guerra Fria à Crise*, Porto Alegre: Editora da Universidade, 1990.

WESSON, R. G., *A Nova Política Externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZAGHENI, G. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja III*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2011.

_____. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja IV*, 2. Ed., São Paulo: Paulus, 1999.

Artigos eletrônicos

CALVANI, C., *Tensões e Tesões no Ministério Pastoral: Um desafio à Ética Profissional*. In: Estudos Teológicos v. 56, n. 2 (2016), São Leopoldo.

Disponível em

<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/2724>

Acesso em 28 nov. 2019.

BELARD, A., *Equipes de Liturgia: aspectos Teóricos e Práticos de Uma Vivência Comunitária no Âmbito da IECLB e da ICAR*. In: TEAR Online v. 2, n. 1 (2013), São Leopoldo.

Disponível em <<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/tear/article/view/792>>

Acesso em 28 nov. 2019.

BRAKEMEIER, G., *Um Novo Modo de Ser IECLB?*. Ensaio de Ecclesiologia Contemporânea. In: Estudos Teológicos v. 35, n. 2 (1995), São Leopoldo.

Disponível em

<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/847>

Acesso em 25 nov. 2019.

HOCH, L., *O Ministério dos Leigos: Genealogia de um Atrofiamento. Uma Contribuição para o Debate sobre a Formação Teológica na IECLB*. In: Estudos Teológicos v. 30, n. 3 (1990), São Leopoldo.

Disponível em

<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/1044>

Acesso em 22 nov. 2019.

VOLKMANN, M., *Edificação da comunidade a partir do Ministério compartilhado*. In: Estudos Teológicos v. 37, n.21 (1997), São Leopoldo.

Disponível em

<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/787>

Acesso em 25 nov. 2019.

WACHHOLZ, W., *Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios*. In: Estudos Teológicos v. 49, n. 2 (2009), São Leopoldo.

Disponível em

<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/82>

Acesso em 25 nov. 2019.

Documentos Pontifícios

JOÃO XXIII, *Gaudet Mater Ecclesia*, Disponível em

<http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html> Acesso em 03 nov. 2019.

PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio*, Disponível em

<http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> Acesso em 20 ago. 2019.

Documentos Conciliares

Decreto *Apostolicam Actuositatem*, Disponível em

<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html> 12 set. 2018

Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, Disponível em

<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html> Acesso em 12 set. 2018

Documentos das Conferências Episcopais

II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Conclusões de Medellín 1968, 6. Ed., São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

Conclusões da III Conferência do EPISCOPAD LATINO-AMERICANO, Evangelização no presente e no Futuro da América Latina, Texto Oficial, Puebla de Los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979, São Paulo: Edições Paulinas